

# **REMINISCÊNCIA**

## **O caso do Bairro Portugal Novo**

**Rita Maria Bento Massano**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Arquitetura**

Mestrado Integrado

Orientador: Prof. Doutor Luís Miguel de Barros Moreira Pinto

**janeiro de 2024**



### **Declaração de Integridade**

Eu, Rita Maria Bento Massano, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 33771 de/o Arquitetura da Faculdade de Engenharias, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 30 /01 /2024

Rita Massano

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)



## Agradecimentos

Serve este momento, nesta dissertação para agradecer a todos os que contribuíram favoravelmente para a sua conclusão.

Ao professor Luís Moreira Pinto pela orientação e pela clareza imprescindível que transmitia com as suas colaborações e opiniões.

À AMPAC, na pessoa do Sr. Nuno Furtado, pela disponibilidade e paciência dispensadas nas visitas ao bairro e na passagem de informações.

À Mariana, sempre a mais querida, por mesmo passados tantos anos, demonstrar interesse e estar disponível a ajudar.

Aos meus pais e irmã pelo apoio constante durante todo o meu percurso académico. À minha mãe pela mente sempre aberta, pronta a abraçar tudo e todos, e pelo espírito comunicador, com que muito aprendo. Ao meu pai por nunca estar de acordo comigo - e assim fomentar a minha capacidade argumentativa - pelos vídeos do Whatsapp com dicas sempre esclarecedoras. Agradeço a ambos pelo esforço e dedicação. À minha irmã, por ser o exemplo mais presente de foco e disciplina que tenho e por ter sido sempre uma amiga.

Ao Silvestre e à Amália por me entenderem sempre, sem ser preciso falar.

À avó Graça, por ter sido o primeiro e mais presente exemplo, na minha existência, do que é ser empático e solidário. À avó Céu e ao avô Joaquim pelo carinho e apoio durante toda esta jornada.

Ao Bruno, pelo companheirismo, por manter sempre a calma enquanto calamidades acontecem no meu sistema nervoso e por ser o melhor companheiro de galhofas e de tristezas.

Aos amigos, pelas boas memórias e momentos marcantes que relembrarei sempre.

A todos, o meu mais sincero e sentido, obrigada!



## Resumo

Depois do 25 de abril de 1974 formou-se o projeto SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), que trouxe à discussão assuntos que antes eram quase desconhecidos ao cidadão comum, como políticas de habitação social e o direito a habitação. Formaram-se brigadas de arquitetos e engenheiros que percorreram Portugal numa interessante experiência com condições socioculturais singulares, em busca de soluções arquitetónicas para pessoas com poucas condições económicas e/ou marginalizadas. Os moradores eram uma peça tida como fundamental, e um dos princípios fundamentais era que estes fossem integrados e acompanhassem todo o processo de projeto e construção.

Foram várias as localidades abrangidas por esse processo, mas, na minha dissertação, vou abordar principalmente o caso da cidade de Lisboa, com especial incidência no Bairro Portugal Novo. Localizado nas Olaias, freguesia do Areeiro, começou a ser construído nos anos 80 para alojar moradores dos “comboios” (habitações informais, vulgo barracas) que se encontravam implantadas nas proximidades da Qta. do Monte Coxo e do Vale Areeiro. Para a gestão e manutenção das habitações do bairro constituiu-se uma cooperativa habitacional (Cooperativa Portugal Novo), que acabou por abrir insolvência. Com isto, o bairro foi deixado ao abandono, sem nenhum tipo de gestão municipal ou privada, tanto dos edifícios habitacionais como dos espaços comuns, e a responsabilidade pela resolução do problema foi sendo empurrada entre o Estado, a Câmara Municipal, os moradores e a Cooperativa. O abandono das entidades responsáveis levou a que o local fosse um alvo fácil para atos isolados de criminalidade, somando o estereótipo subjacente aos bairros de habitação social. Com uma localização privilegiada, bem no centro da cidade, acabou por ser circundado por outras construções (os edifícios das Olaias e mais tarde, os Serviços Sociais da CML), tendo ficado quase impercetível a quem cruza as ruas circundantes. Houve já várias tentativas de municipalização e até já existe uma associação formada pelos moradores.

Mais do que simplesmente reabilitar os edifícios habitacionais, é necessário arranjar formas dos moradores gerarem liquidez para terem autonomia para reabilitar, dinamizar o bairro. Da mesma forma, também, dar visibilidade a estes territórios, para que os órgãos de poder sejam pressionados a atuar. Assim, espaços comunitários e de lazer, para uso das comunidades, são chamativos para pessoas exteriores ao bairro e para, conseqüentemente, valorização da comunidade que habita o bairro.

## Palavras-chave

Arquitetura; Bairro Portugal Novo; Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL); Aporofobia; Participação Comunitária



## Abstract

After April 25, 1974, the SAAL project (Local Ambulatory Support Service) was formed, which brought to discussion issues that were previously almost unknown to ordinary citizens, such as social housing policies and the right to housing. Brigades of architects and engineers were formed and toured Portugal in an interesting experience with unique socio-cultural conditions, in search of architectural solutions for people with poor economic conditions and/or marginalized. Residents were considered a fundamental component, and one of the fundamental principles was that they were integrated and accompanied the entire design and construction process.

There were several locations covered by this process, but, in my dissertation, I will mainly address the case of the city of Lisbon, with a special focus on Bairro Portugal Novo. Located in Olaias, parish of Areeiro, it began to be built in the 1980s to house residents of “trains” (informal housing, commonly known as shacks) that were located close to Qta. Monte Coxo and Vale Areeiro. To manage and maintain housing in the neighborhood, a housing cooperative (Cooperativa Portugal Novo) was set up, which ended up going into insolvency. As a result, the neighborhood was left abandoned, without any type of municipal or private management, both of the housing buildings and common spaces, and the responsibility for resolving the problem was being pushed between the State, the City Council, the residents and the Cooperative. The abandonment of the responsible entities led to the location being an easy target for isolated acts of crime, adding to the stereotype underlying social housing neighborhoods. With a privileged location, right in the center of the city, it ended up being surrounded by other buildings (the Olaias buildings and later, the CML Social Services), becoming almost imperceptible to anyone crossing the surrounding streets. There have already been several attempts at municipalization and there is even an association formed by residents.

More than simply rehabilitating residential buildings, it is necessary to find ways for residents to generate liquidity to have the autonomy to rehabilitate and dynamize the neighborhood. In the same way, also, give visibility to these territories, so that the bodies of power are pressured to act. Thus, community and leisure spaces, for use by communities, are attractive to people outside the neighborhood and, consequently, enhance the value of the community that lives in the neighborhood.

## Keywords

Architecture; Portugal Novo neighborhood; Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) (Local Ambulatory Support Service); Aporophobia; Community Participation.



# Índice

Índice .....	xi
Lista de Figuras .....	xiv
Lista de Acrónimos.....	xxv
1	
Introdução .....	1
1.1. Objetivos.....	1
1.2. Justificação da escolha do tema e do local.....	1
1.3. Metodologias .....	2
1.4. Estrutura da dissertação .....	2
2	
Processo SAAL.....	6
2.1. Antes do SAAL.....	6
2.2. O SAAL .....	9
2.3. SAAL - O princípio do fim .....	17
2.4. Fim do SAAL .....	24
2.5. Conclusões finais.....	28
3	
Bairro Portugal Novo – um bairro com génese no processo SAAL.....	30
3.1. Formação do bairro Portugal Novo – enquadramento histórico .....	30
3.2. Atualidade - Contextualização social, habitacional e do edificado do bairro .....	38
3.3. Contexto imobiliário e económico-financeiro .....	48
4	
Habitabilidade, habitação e habitat .....	50
5	
A necessidade de novas políticas de habitação .....	55
6	
Aporofobia .....	61
6.1. Caso prático de aporofobia: bairro Portugal Novo .....	66
6.1.1. Análise mapeada de perspetivas visuais.....	66
6.2. Considerações sobre o bairro .....	73

7	
Desenvolvimento local e inovação social .....	76
7.1. Desenvolvimento local e desenvolvimento local de base comunitária (desenvolvimento comunitário).....	76
7.2. Estratégias de desenvolvimento local .....	78
7.3. Participação comunitária .....	79
7.3.1. Participação dos cidadãos.....	87
8	
Arquitetura participativa .....	90
8.1. A arquitetura participativa e participada– como mediar as necessidades dos moradores e o poder dos decisores.....	90
9	
Casos de Estudo .....	93
9.1. Casos de estudo concordantes .....	95
9.2. Casos de estudo contrários.....	111
9.3. Caso de estudo: o próprio caso em estudo – Bairro Portugal Novo .....	116
10	
Conclusão .....	120
11	
Referências bibliográficas.....	122
12	
Anexos .....	129
12.1. Moção de Repúdio (30/10/1976) .....	130
12.2. Inquérito.....	132



## Lista de Figuras

Figura 1 - Foto da construção da Ponte 25 de Abril, com a margem norte do Tejo em segundo plano.

[Fonte: obtida em [https://www.rtp.pt/noticias/pais/construcao-da-ponte-25-de-abril\\_es938173](https://www.rtp.pt/noticias/pais/construcao-da-ponte-25-de-abril_es938173)]

Figura 2 - À esquerda, Nuno Portas, e à direita, Nuno Teotónio Pereira.

[Fonte: obtida em <https://nunoteotoniopereira.pt/biografia/page/3/>]

Figura 3 - O capitão Salgueiro Maia (de costas para o Quartel do Carmo) durante o sítio ao Largo do Carmo.

[Fonte: obtida em <https://expresso.pt/politica/2023-03-26-25-Abril-NaoPodias-vai-dizer-aos-jovens-o-que-ha-50-anos-estavam-proibidos-de-fazer-b352f51f>]

Figura 4 - 1º de Maio de 1974, na Av. Almirante Reis, Lisboa.

[Fonte: fotografia de Gérald Bloncourt, obtida em <https://www.esquerda.net/content/fotogaleria-uma-viagem-ao-10-de-maio-de-1974/67620>]

Figura 5 - O arq. Nuno Portas com moradores de um bairro SAAL.

[Fonte: imagem do instante 04:44 do vídeo obtido em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/os-problemas-da-habitacao/>]

Figura 6 - Núcleo degradado do bairro Dona Leonor, em Benfica, um dos únicos onde a operação SAAL foi executada na sua totalidade.

[Fonte: fotografia do espólio Manuel Magalhães (1974-1975), obtida em <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/>]

Figura 7 - Esquema de Portas (1978) onde explica o funcionamento do programa SAAL.

[Fonte: esquema de Portas (1978) na p. 93, obtido em <https://www.optecfilmes.com/>]

Figura 8 - Assembleia de bairro, durante o processo SAAL, onde moradores e técnicos das brigadas apresentavam e debatiam propostas.

[Fonte: obtida em <https://ricardosantos.net/investigacao/74-14-saal-and-architecture/>]

Figura 9 - Todas as gerações contribuíam, mulheres, crianças e homens a limpar “(...) terreno de árvores e produzir carvão de sobro para vender e obter as primeiras receitas da CHE 25 de Abril do Seixal, para a operação SAAL no Bairro do Barateiro, no Seixal (...)” (Pires, 2023) em 1976.

[Fonte: fotografia cedida por Fernando Bagulho ao jornal “A Mensagem”, obtida em <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/>]

Figura 10 - Na operação SAAL do bairro da Curraleira, placas que indicavam as cooperativas que contribuíam para a construção daquele bairro.

[Fonte: fotografia nº 05343 do Fundo Nuno Portas (Coleções CD25A-UC) , obtida em <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/> ]

Figura 11 - Os arquitetos Manuel Tainha e Fernando Bagulho apresentam a maquete do projeto aos moradores do Páteo Vila Fernandes, em São Bento, Lisboa (1976). (Este projeto não chegou a ser construído).

[Fonte: fotografia cedida por Fernando Bagulho ao jornal “A Mensagem”, obtida em <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/>]

Figura 12 - Obras da operação SAAL em curso em Lagos.

[Fonte: obtida em <https://www.optecfilmes.com/as-operacoes-saal>]

Figura 13 - Moradores numa reunião do processo SAAL.

[Fonte: obtida em <https://www.optecfilmes.com/as-operacoes-saal>]

Figura 14 – Rostos das mulheres, moradoras dos bairros SAAL.

[Fonte: imagens dos instantes 31:23, 22:04, 22:09 e 30:26 (respetivamente), do vídeo obtido em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/os-problemas-da-habitacao/>]

Figura 15 – Cartaz contra o desmantelamento do processo SAAL (1976).

[Fonte: fotografia do Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Coleção de Alexandre Alves da Costa, obtida em <https://archis.org/volume/saal-sweat-and-tears/>]

Figura 16 - Moradores de bairros SAAL em manifestação.

[Fonte: fotografia de Pedro Ramalho, obtida em [https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias\\_geral.ver\\_noticia?p\\_nr=60122](https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=60122)]

Figura 17 - Membros da Intercomissões de Moradores dos Bairros de Lata de Lisboa, Arredores e Setúbal, durante uma manifestação em Lisboa pelo direito a casas.

[Fonte: fotografia de Albano Pereira, José Carlos Pereira e Rui Martins (Equipa SAAL da Portela/Outurela, em Carnaxide), obtida em <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/> ]

Figura 18 - Parte das barracas do núcleo habitacional do Monte Coxo. Em plano de fundo o Bairro Portugal Novo em construção.

[Fonte: fotografia com o código de referência PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/000181 do Arquivo Municipal de Lisboa, obtida em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=3839497&type=PCD>]

Figura 19 - Planta da área de intervenção SAAL da Quinta do Bacalhau, Monte Coxo e Rua Alberto Pimentel, no início da década de 1970.

[Fonte: obtida em Silva & Almeida (2021, p. 64)]

Figura 20 - Rua Alberto Pimentel (Junho de 1975).

[Fonte: fotografia de Nuno Matos Silva, obtida em Silva & Almeida (2021, p. 67)]

Figura 21 - Vista para a Praça do Areeiro (década de 1950).

[Fonte: fotografia de António Passaporte, obtida no Arquivo Municipal de Lisboa, com o código de referência PT/AMLSB/PAS/001739]

Figura 22 - Planta de localização do projeto (do arq. Manuel Vicente) do bairro da CHE Portugal Novo.

[Fonte: obtida em Silva & Almeida (2021, p. 68)]

Figura 23 - Planta de implantação, a azul os edifícios de habitação e a rosa os dos equipamentos (1974).

[Fonte: obtida em Silva & Almeida (2021, p. 68)]

Figura 24 - Alçados e plantas do projeto inicial do bairro Portugal Novo.

[Fonte: obtida em Bandeirinha (2007, p. 375)]

Figura 25 - Fotos do bairro Portugal Novo em construção (1983).

[Fonte: fotografia de Nuno Matos Silva, obtida em Silva & Almeida (2021, p. 70)]

Figura 26 - Bairro Portugal Novo (azul) e Bairro das Olaias, gerido pela Gebalis (a amarelo).

[Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro; desenhos e edições pela autora.]

Figura 27 - À esquerda, os edifícios do bairro construídos a propósito dos programas PIMP e PER (bairro das Olaias, gerido pela Gebalis), e à direita os edifícios do processo SAAL, o bairro Portugal Novo.

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 28 - Espaços exteriores nucleares, assinalados a azul os do Bairro Portugal Novo, a amarelo os do Bairro das Olaias.

[Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro; desenhos e edições pela autora.]

Figura 29 - Um dos espaços exteriores, “nichos”, este dos edifícios a Este (assinalados no mapa anterior a azul).

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 30 – Espaço exterior (assinalados no mapa anterior a amarelo).

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 31 - Edifícios da fase de construção do projeto SAAL (em primeiro plano) e o bairro das Olaias, contruído posteriormente, ao fundo (em segundo plano).

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 32 – Usos dos espaços exteriores e públicos (mais utilizados – roxo) e dinâmicas de entradas (setas a cor-de-laranja), de circulação e de movimentos pedestres (linha vermelha).

[Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro; desenhos e edições pela autora.]

Figura 33 -Um dos espaços exteriores, “nichos”, este dos edifícios a Oeste.

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 34 - Campo de jogos (forma oval assinalada no mapa a roxo).

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 35 – Espaço, mais a Norte (assinalado no mapa a roxo) onde as crianças brincam e jogam.

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 36 - A entrada mais a sul do bairro (a passagem pode não ser clara - subindo as escadas, que vemos na imagem, viramos à direita e entramos no bairro).

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 37 – Uma das ruas, a oeste, por onde se pode aceder ao bairro.

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 38 - Fachada Oeste do bairro, localizada atrás do edifício dos Serviços Sociais da CML.

[Fonte: fotografia pela autora.]

Figura 39 - Imagem do filme “Boyz n the Hood” (1991) retirado do vídeo “Ficção Imobiliária” do Coletivo Left Hand Rotation (2014).

[Fonte: <https://vimeo.com/101156947#t=39s>]

Figura 40 - Imagens do filme “Tower Block” (2012) retirado do vídeo “Ficção Imobiliária” do Coletivo Left Hand Rotation (2014).

[Fonte: <https://vimeo.com/101156947#t=810s>]

Figura 41 - Imagens do filme “Le mani sula città” (1963) retirado do vídeo “Ficção Imobiliária” do Coletivo Left Hand Rotation (2014).

[Fonte: <https://vimeo.com/101156947#t=157s>]

Figura 42 – O conceito de habitação relaciona-se, e de certo modo está abrangido, pelo de habitat, quando entendemos que a habitação se compreende pelo local/estrutura onde o indivíduo desenvolve a sua vivência abrigado, devendo ser à sua medida e semelhança; o habitat é também o entorno da habitação (= unidade habitacional), que de certo modo dialoga com esta, mas que prima por ser onde se estabelecem as relações de comunidade, de uso de equipamentos de utilização pública. A habitabilidade traz a coesão necessária para que estas relações aconteçam - as condições sociais, ambientais e urbanísticas – de certa forma, a harmonia que as cimenta. Com esta imagem e de um ponto de vista alegórico, a autora da presente dissertação, pretende transmitir exatamente isso, sem a habitabilidade, o ovo não é um ovo estrelado, a estabilidade e coesão que a frigideira confere a um ovo, deixa de existir.

[Fonte: imagem pela autora.]

Figura 43 - O bairro das Olaias em construção, resultante de processos PER e PIMP. Na parte superior da imagem, o bairro Portugal Novo, resultante do processo SAAL.

[Fonte: <https://www.lisboa.pt/per-30-anos/bairros/oriental>]

Figura 44 - Bairro do 2º Torrão (Trafaria, Setúbal); à esquerda em maio 2022, à direita em outubro 2022. Em junho os moradores foram informados que deviam desocupar “(...) a parte superior da estrutura que cobre a vala existente no bairro (...)” (Stop Despejos!, 2022). As demolições foram ordenadas pela Câmara Municipal de Almada e executadas sem que houvesse em vista solução digna de alojamento temporário “(...) nem sobre o realojamento permanente que a câmara promete para a comunidade do 2º torrão para 2025. (...)” (Stop Despejos!, 2022).

[Fonte da imagem da esquerda: imagem retirada do Google Earth Pro; Fonte da imagem da direita: <https://stopdespejos.wordpress.com/2022/10/11/comunicado-de-imprensa-demolicoes-e-desocupacoes-no-bairro-2o-torrao/>]

Figura 45 - Manifestação a propósito das demolições no bairro do 2º Torrão.

[Fonte: <https://observador.pt/2023/03/13/bairros-prometem-regressar-ao-ministerio-da-habitacao-se-despejos-nao-acabarem/>]

Figura 46 - Imagens do filme “Life stinks” (1991) retirado do vídeo “Ficção Imobiliária” do Coletivo Left Hand Rotation (2014).

[Fonte: <https://vimeo.com/101156947#t=207s>]

Figura 47 - Mapa explicativo e esquemático das obstruções visuais de, e para, o bairro de vários pontos de vista chave (semáforos, cruzamentos,...)

[Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro; desenhos e edições pela autora.]

Figura 48 - Mapa explicativo e esquemático das obstruções visuais (numeradas de 1 a 7) de, e para, o bairro, no sentido Noroeste (NO) - Sudeste (SE) e no sentido Sudoeste (SO) – Nordeste (NE), e respetivas fotos dos pontos de vista.

[Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro; desenhos e edições pela autora.]

[Fonte fotografias A a G: fotografias pela autora.]

Figura 49 - Mapa explicativo e esquemático das obstruções visuais (numeradas de 8 a 12) de, e para, o bairro, no sentido Sudeste (SE) - Noroeste (No) e no sentido Nordeste (NE) – Sudoeste (SO), e respetivas fotos dos pontos de vista.

[Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro; desenhos e edições pela autora.]

[Fonte fotografias H a N: fotografias pela autora.]

Figura 50 - Bairro Portugal Novo (dentro do retângulo vermelho) com a envolvente.

[Fonte: fotografia com o código de referência PT/AMLSB/PAE/GFOT/01/024/005303 do Arquivo Municipal de Lisboa, obtida em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=1109095&type=PCD>]

Figura 51 - Vista aérea do bairro e a sua relação volumétrica com a envolvente.

[Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro; edições pela autora.]

Figura 52 - Campo de jogos coletivos conseguido através dos esforços da AMPAC com o apoio da Junta de Freguesia

[Fonte: Fotografia pela autora]

Figura 53 - Workshop de serigrafia organizado pela AMPAC (Associação de moradores do Bairro Portugal Novo e Bairro das Olaias) com a Bazofa & Dentu Zona (marca sustentável, livraria, biblioteca e atelier de serigrafia sediada na Cova da Moura).

[Fonte: <https://www.instagram.com/ampac.olaias/>]

Figura 54 – Instalação urbana efémera "Caixa de boxe", "(...) uma estrutura de ginásio construída no Bairro Portugal Novo (...)". Da autoria do arquiteto Daniel de León Languré, "(...) projeto associado da Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2019, contou com a mediação, produção e construção da Oficina do GatoMorto da EDA. (...) León Languré e o atelier Diseño Espacial de Carlos Aramburo, pesquisaram sobre áreas marginalizadas da Cidade do México que apostaram no boxe como instrumento capaz de gerar ativação espacial e cívica. Estudos atestam que o boxe contribui para a diminuição da violência por ser um treino que implica uma grande autodisciplina, controle e resistência física e mental. Também por ser uma prática que envolve

poucos recursos e infraestruturas, León Languré projeta um novo esquema de ginásio de exterior para promover a prática do boxe em zonas com poucos acessos a equipamentos desportivos ou mesmo de ginástica ao ar livre.(...)” (Ensaios & Diálogos Associação, 2019)

[Fonte: <https://e-da.pt/portfolio/caixas-de-boxe/>]

Figura 55 - Membros da comunidade a participar na construção da "Caixa de boxe". “A proposta foi apresentada e muito bem acolhida pela Associação de Moradores do Bairro Portugal Novo (AMPAC Olaias). Os moradores foram envolvidos desde a conceção do projeto na escolha do local onde instalar a estrutura tubular de aço e na realização das fundações. Um processo que reforçou laços de vizinhança e levou a uma utilização do espaço após a sua inauguração. De facto, a estrutura de boxe foi desde logo apropriada, as crianças transformaram-na num parque infantil, e é também um espaço de encontro e de festas. (...)” (Ensaios & Diálogos Associação, 2019)

[Fonte: <https://e-da.pt/portfolio/caixas-de-boxe/>]

Figura 56 – Crianças moradoras num bairro SAAL junto a maquetes do futuro bairro.

[Fonte: <https://www.optecfilmes.com/as-operacoes-saal>]

Figura 57 – Reuniões (durante o processo SAAL) entre moradores, cooperativas habitacionais e brigadas técnicas.

[Fonte: <https://www.optecfilmes.com/as-operacoes-saal>]

Figura 58 - Cartaz de apelo à luta pelo direito à habitação (1975), do fundo do Arq. Alexandre Alves da Costa (SAAL), existente no centro de documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (Coleções CD25A-UC).

[Fonte: <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/>]

Figura 59 - A "escada" com oito degraus - níveis - de participação dos cidadãos.

[Fonte: <https://www.citizenshandbook.org/arnsteinsladder.html>]

Figura 60 - Armazéns das salas de aula (fachada sul).

[Fonte: fotografia de Fernando Guerra | FG + SG, obtida em <https://www.promontorio.net/projects/Fonte-da-Prata-Community-Centre>]

Figura 61 – Os antigos armazéns agrícolas, agora salas de aula, e o Palácio da Fonte da Prata.

[Fonte: fotografia de Fernando Guerra | FG + SG, obtida em <https://www.promontorio.net/projects/Fonte-da-Prata-Community-Centre>]

Figura 62 - Armazéns das salas de aula.

[Fonte: fotografia de Fernando Guerra | FG + SG, obtida em <https://www.promontorio.net/projects/Fonte-da-Prata-Community-Centre>]

Figura 63 - Fachada principal do Instituto Vila Praia, vista da rua.

[Fonte: [https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praiacomunita?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praiacomunita?ad_source=search&ad_medium=projects_tab); autor: Carolina Lacaz]

Figura 64 - Crianças da comunidade em atividades numa das salas.

[Fonte: [https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praiacomunita?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praiacomunita?ad_source=search&ad_medium=projects_tab); autora: Carolina Lacaz]

Figura 65 – Sala de atividade (à esquerda) e a sala de costura (à direita).

[Fonte: [https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praiacomunita?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praiacomunita?ad_source=search&ad_medium=projects_tab); autor: Carolina Lacaz]

Figura 66 – Edifício da sede do Conselho de Vizinhos Manuel Rodríguez.

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/1006713/sede-conselho-de-vizinhos-manuel-rodriguez-social-arquitectura>; autor: Pablo Alarcón Fernández]

Figura 67 - O pátio (espaço exterior).

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/1006713/sede-conselho-de-vizinhos-manuel-rodriguez-social-arquitectura>; autor: Pablo Alarcón Fernández]

Figura 68 – Interior do edifício.

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/1006713/sede-conselho-de-vizinhos-manuel-rodriguez-social-arquitectura>; autor: Pablo Alarcón Fernández]

Figura 69 - A cozinha comunitária, à esquerda, imediatamente ao lado, o bairro das Terras da costa e, ao fundo, a Costa da Caparica.

[Fonte: fotografia de Fernando Guerra | FG + SG, obtida em <https://www.ateliernob.com/projects/cozinha-comunitaria-terras-da-costa>]

Figura 70 - Uma das laterais da cozinha comunitária.

[Fonte: fotografia de Fernando Guerra | FG + SG, obtida em <https://www.ateliernob.com/projects/cozinha-comunitaria-terras-da-costa>]

Figura 71 - Ponto de abastecimento de água.

[Fonte: fotografia de Fernando Guerra | FG + SG, obtida em <https://www.ateliernob.com/projects/cozinha-comunitaria-terras-da-costa>]

Figura 72 - Espaço de refeições e cozinha.

[Fonte: fotografia de Fernando Guerra | FG + SG, obtida em <https://www.ateliernob.com/projects/cozinha-comunitaria-terras-da-costa>]

Figura 73 - Entrada para o Palácio Marquês de Abrantes.

[Fonte: fotografia de Francisco Nogueira, obtida em <https://www.ateliermob.com/projects/276-reabilitacao-do-palacio-marques-de-abrantes>]

Figura 74 - Interior do palácio com as intervenções feitas pelo atelier.

[Fonte: fotografia de Francisco Nogueira, obtida em <https://www.ateliermob.com/projects/276-reabilitacao-do-palacio-marques-de-abrantes>]

Figura 75 - Reuniões com os moradores e aliados do processo.

[Fonte: fotografia de Francisco Nogueira, obtida em <https://www.ateliermob.com/projects/276-reabilitacao-do-palacio-marques-de-abrantes>]

Figura 76 - Fachada principal do centro comunitário.

[Fonte: obtida em <https://www.archdaily.com/782762/community-centre-kastelli-lahdelma-and-mahlamaki>]

Figura 77 – Hall central.

[Fonte: obtida em <https://www.archdaily.com/782762/community-centre-kastelli-lahdelma-and-mahlamaki>]

Figura 78 - Planta do centro comunitário.

[Fonte: obtida em <https://www.archdaily.com/782762/community-centre-kastelli-lahdelma-and-mahlamaki>]

Figura 79 - Exterior do edifício do centro comunitário e alguns campos de jogos.

[Fonte: obtida em <https://www.archdaily.com/1010092/churchill-meadows-community-center-and-sports-park-mjma>]

Figura 80 – Prolongamento da cobertura.

[Fonte: obtida em <https://www.archdaily.com/1010092/churchill-meadows-community-center-and-sports-park-mjma>]

Figura 81 - Piscina interior.

[Fonte: obtida em <https://www.archdaily.com/1010092/churchill-meadows-community-center-and-sports-park-mjma>]

Figura 82 - Edifício do centro comunitário com os campos de jogos.

[Fonte: obtida em <https://www.archdaily.com/1010092/churchill-meadows-community-center-and-sports-park-mjma>]

Figura 83 - Imagens promocionais do Festa Criola que aconteceu entre o dia 2 e 4 de Novembro de 2023, sendo que as atividades e atuações de dia 2 se passaram no Bairro Portugal Novo.

[Fonte: (à esquerda) imagem retirada de vídeo de Shot and Cut Films, João Alkmim e Henrique Montalvão, obtido em <https://www.instagram.com/p/CocGfaNsmaO/>; (à direita) obtida em [https://www.instagram.com/p/CzCNosKM7gY/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CzCNosKM7gY/?img_index=1)]

Figura 84 – Um dos itinerários inseridos no festival Lisboa 5L e (à direita) atuação das batucadeiras das Olaias.

[Fonte: (à esquerda) obtida em <https://www.instagram.com/p/Crv3RELscbo/>; (à direita) obtida em [https://www.instagram.com/p/Cr8uJAyt2iK/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Cr8uJAyt2iK/?img_index=1)]

Figura 85 - Comemorações da festa da N<sup>a</sup> Sra. da Graça, organizada pela comunidade cabo-verdiana.

[Fonte: (à esquerda) obtida em [https://www.instagram.com/p/CwH2MzIsXNL/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CwH2MzIsXNL/?img_index=1); (à direita) obtida em <https://www.instagram.com/p/CvrvaA9MDVs/>]

Figura 86 - Celebrações durante o mês sagrado da comunidade indiana do bairro, no espaço da AMPAC.

[Fonte: obtida em [https://www.instagram.com/p/CvH-OX\\_sGdd/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CvH-OX_sGdd/?img_index=1)]



## Lista de Acrónimos

AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMPAC	Associação de Moradores Paz Amizade e Cores do Bairro Portugal Novo
BIP/ZIP	Bairros de Intervenção Prioritária/Zonas de Intervenção Prioritária
ENA	Encontro Nacional de Arquitetura
EPUL	Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
FFH	Fundo de Fomento a Habitação
GRIMU	Grupo de Intervenção no Meio Urbano
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
MFA	Movimento das Forças Armadas
MHUC	Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
PER	Programa Especial de Realojamento
PIB	Produto Interno Bruto
PIMP	Programa de Intervenção a Médio Prazo
PSP	Polícia de Segurança Pública
QUAR	Qualidade Arquitetónica Residencial
SAAL	Serviço Ambulatório de Apoio Local



# Capítulo 1

## Introdução

(Slow j – “*Só Queria Sorrir*”; álbum: “*You Are Forgiven*”; 2019)

### 1.1. Objetivos

A presente dissertação elaborará uma análise urbana, histórica e social do Bairro Portugal Novo. Nela será apresentado um bairro, explicada a sua história, observado o seu presente e analisadas soluções para o seu futuro. Um dos objetivos é promover a visibilidade destes territórios, entendendo as suas mais valias, problemas e como a arquitetura pode intervir e ajudar a resolvê-los. Mais precisamente, uma das ambições durante esta dissertação é relacionar conceitos teóricos com a realidade e perceber como ao ganhar essa percepção, se possa compreender melhor a realidade do bairro em estudo, os problemas, as virtudes e como, percecionando todas estas questões, as mesmas podem ajudar a resolver questões e melhorar a vida dos moradores.

Assim, será importante perceber qual o contexto histórico que tinha precedido a existência do bairro, como se tinha proporcionado a sua construção e quem eram as pessoas que o habitavam.

Para além disso será importante analisar como é que os habitantes da cidade, exteriores ao bairro, o percecionam. No entanto, estando ciente dos estigmas e da ostracização que existem quanto a bairros sociais, que por sua vez, conduzem a marginalização dos cidadãos que habitam esse território, interessa também perceber como podem esses estigmas quebrar-se e integrar esses territórios na cidade.

Será também um ponto importante a interação com a associação de moradores do bairro (AMPAC), para perceber as dinâmicas sociais, quotidianas e as necessidades dos moradores – um dos objetivos ao integrar o bairro na cidade é proporcionar, aos moradores do bairro, oportunidades iguais às dos restantes moradores da cidade, dar-lhes a oportunidade de ter uma participação ativa no território que habitam.

### 1.2. Justificação da escolha do tema e do local

A escolha deste tema deriva de um conhecimento prévio acerca da situação do bairro, que se localiza na zona onde a autora desta dissertação passou a sua infância e estudou. Ao longo dos anos a degradação do bairro foi-se acentuando, este foi ficando cada vez mais “escondido” e isolado. Sabendo a situação irregular em que o bairro se encontra, iniciou-se uma jornada de descoberta e pesquisa sobre como poderia o vasto universo que a arquitetura engloba solucionar

questões como essa, em que uma das premissas será dar visibilidade e relevância a este território, explicando que o real problema neste bairro, e noutros como ele, está a ser infligido pelos órgãos governamentais.

Compreendendo o imbróglio em que o bairro está, foram várias as hipóteses pensadas, pela autora, sobre o que poderia fazer, que intervenções poderiam melhorar as condições do bairro, do edificado e para os moradores. Por isso, formou-se a vontade de querer abordar este território, entendê-lo, dá-lo a conhecer, descrever o conhecimento adquirido ao longo da pesquisa e relacionar as informações adquiridas com o conhecimento teórico e científico já existentes.

### **1.3. Metodologias**

A metodologia utilizada desenvolveu-se a partir de um conhecimento prévio da situação irregular do bairro, e conseqüentemente numa reflexão e pesquisa, em como poderia a arquitetura intervir de forma positiva em situações como esta.

Primeiro, começou-se com uma pesquisa documental histórica sobre a gênese do bairro, essencialmente como ou porque tinha surgido este bairro, o que conseqüentemente levou à pesquisa sobre o processo SAAL.

Em seguida foi essencial, para entender a perspectiva dos próprios moradores, visitar o bairro e falar com a associação de moradores, perceber a realidade concreta e não apenas a teórica, perceber também como funcionam as dinâmicas sociais e urbanas dos moradores dentro do bairro.

Após a anterior fase, procedeu-se a uma pesquisa, para contextualização teórica, sobre situações de marginalização e/ou abandono de comunidades/territórios, onde se chegou ao conceito de aporofobia. Estando ciente desse conceito, foi necessário perceber como se relacionava com ele o caso do bairro em estudo, assim como sinalizar as situações em que o mesmo se aplicava. Para além disso, houve também uma preocupação na comunicação e explicação das problemáticas existentes, a todos os cidadãos.

Da mesma forma, foi também importante encontrar métodos que possam gerir e atenuar as questões mencionadas anteriormente. Essencialmente, era importante perceber como pode a arquitetura atuar e resolver questões sociais e urbanas como a que se trata em territórios como o que está em questão; por outro lado abordar também quais os mecanismos de apoio e de desenvolvimento local que poderiam ser uma ferramenta para as comunidades.

Por último, foram mencionados vários casos de estudo onde são mencionadas situações semelhantes à do bairro, casos de estudo com situações contrastantes à do bairro e por último o próprio caso do bairro apresentado à semelhança e em comparação com os anteriores.

### **1.4. Estrutura da dissertação**

A estrutura da dissertação que se seguirá, será marcada por doze capítulos, que vão explicar momentos diferentes, da história de um bairro, mas relacionados entre si.

No presente, e primeiro, capítulo explanam-se os motivos que levaram a escolha desta temática, quais os propósitos que se pretendem alcançar com ela e os métodos usados.

Introduz-se então, no segundo capítulo, um contexto histórico com o enquadramento social, político e económico do país antes e depois da Revolução do 25 de Abril, mas principalmente sobre o processo que levou a formação de várias cooperativas de habitação e consequentemente a construção de vários bairros de habitação económica – o processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local). Depois, acompanhar-se-á o desenrolar do processo, o seu fim e quais as conclusões que podemos tirar, atualmente, sobre o mesmo e o seu desfecho.

No terceiro capítulo é elaborada a apresentação do bairro, começando pelo início, o bairro de barracas que já existia naqueles terrenos, e como evoluiu, apoiado no cooperativismo e na participação dos moradores, até se chegar ao projeto do bairro de génese SAAL. Em seguida, é feita uma exposição da atual situação burocrática e das últimas resoluções das entidades competentes. No fim do capítulo, elabora-se uma contextualização social, habitacional e do edificado sobre a situação atual do bairro, e por fim uma contextualização imobiliária e económico-financeira do território em que se encontra implantado o bairro.

É então no quarto capítulo, que se apontam alguns conceitos importantes para ter em conta perante o tema que se desenrolará, nomeadamente os de habitabilidade, habitação e habitat. A abordagem a estes conceitos - onde estão intimamente inseridos os cidadãos e moradores da cidade – é fundamentada com legislação das Leis de Bases da Habitação, por se ter considerado importante fundamentar conceitos, aparentemente algo abstratos, com algo mais concreto, como é a legislação. Entendendo então as questões levantadas, torna-se necessário perceber algumas soluções possíveis, a começar pela questão abordada no quinto capítulo, da necessidade de novas políticas de habitação.

Depois de percebermos o contexto e a envolvente do assunto que tratamos, a partir do sexto capítulo, podemos começar a analisar como está, o bairro, inserido na malha urbana que o rodeia e como melhorar a inserção do mesmo na cidade e nas dinâmicas urbanas. Surge então, a pertinência de perceber o que é a aporofobia e como ela se relaciona com situações como a do bairro que tratamos. Assim, elabora-se uma análise, através de mapas e fotos, de como a cidade que se desenvolveu em volta do bairro, principalmente a envolvente limítrofe, se relaciona com este.

Na continuação do abordado anteriormente, explica-se então, nos sétimo e oitavo capítulos, como pode o uso de métodos de desenvolvimento local e de arquitetura participativa, onde há uma estreita colaboração de todos os atores envolvidos com as comunidades, funcionar e solucionar questões nestes territórios, com a participação ativa das comunidades locais. Mais particularmente, no caso da arquitetura, aborda-se como deve esta ser mais despretensiosa, para estar apta a servir plenamente as pessoas.

No nono capítulo analisam-se alguns casos de estudo de centros comunitários onde se cumprem os propósitos anteriores de proximidade e participação entre a comunidade e a arquitetura à sua disposição. Nestes casos, entende-se a influência e importância que

equipamentos como estes têm em comunidades e como funcionam como motores de empoderamento dos moradores. Foram também abordados alguns casos de estudo intitulados contraditórios, que se tratam de edifícios com os mesmos usos e funções, mas que, como se explica nesse mesmo capítulo, por alguma razão não se aplicam.

Por fim, no décimo capítulo, elaboram-se as últimas considerações e as conclusões finais sobre a dissertação, e no décimo primeiro apresenta-se a bibliografia.

Pode ainda encontrar-se em anexo, no décimo segundo capítulo, alguns documentos de apoio que foram utilizados durante a elaboração da dissertação e que se consideraram relevantes, devendo ser anexados a dissertação – a Moção de Repúdio, datada de 30 de Outubro de 1976, elaborada pelos Associações de Moradores dos Bairros de Lata dos arredores de Lisboa, Setúbal e Porto; e um inquérito elaborado, pela autora, sobre o bairro Portugal Novo.

Deixo ainda um apontamento para as músicas que acompanham cada capítulo, explicando que se tratam apenas de músicas que acompanharam a elaboração desta dissertação, e que pela própria melodia, letra ou mensagem, a autora associou a capítulos específicos. A playlist com todas as músicas pode ser consultada no seguinte link: <https://open.spotify.com/playlist/oybWdQqpLvQfgzRdivcXkx?si=8d9598b765a14fa4> , ou pelo QR code apresentado em baixo.



*“(...) E ao ver que os meus sonhos morrem ao chegar  
Nascem mais motivos p'ra saber teimar  
Teimar é p'ra quem não quer morrer  
Se mais ninguém teimar vais ver que nunca nada muda (...)”*

*Capitão Fausto – “Nunca Nada Muda”, 2024*

## Capítulo 2

### Processo SAAL

(Emile Mosseri – “Whatever Gets You Through The Night”; álbum: “The Last Black Man in San Francisco (Original Motion Picture Soundtrack)”, 2019.)

(Daniel Herskedal – “San Francisco (Be Sure to Wear Flowers in Your Hair) (Instrumental)”; álbum: “The Last Black Man in San Francisco (Original Motion Picture Soundtrack)”, 2019.)

(Sérgio Godinho – “Que força é essa”; álbum: “Os Sobreviventes”, 1971.)

(Sara Correia – “Balada de Outono”; álbum: “Liberdade”, 2023)

A revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe mudanças significativas no panorama político, governamental e social. Com ela, o povo sente presente a hipótese de melhores oportunidades e a alvorada de hipóteses diferentes, mais áureas, para colmatar as injustiças de quem vivia há tanto tempo com dificuldades, muitas vezes na miséria. A participação dos cidadãos começa a acontecer durante o próprio golpe militar e a mudança de panorama quanto ao envolvimento dos cidadãos é de imediato evidente. Neste capítulo será tida como importante referência o livro “ O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974” do Prof. Arq. José António Bandeirinha.

No 1º Governo Provisório, o Arq. Nuno Portas é nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, e este trazia, notoriamente marcado no seu discurso, a intensa noção do panorama nacional: “(...) falava na resolução imediata do problema da habitação, falava na criação de ‘brigadas de urbanismo ativo’ para descentralizar os serviços e contornar a burocracia, ainda teimosamente ‘colada’ às instituições. (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 13) Traz assim consigo, a estruturação e a concretização do processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) que vinha apoiar cidadãos que viviam em situações habitacionais precárias. (Bandeirinha, 2007, p. 13)

#### 2.1. Antes do SAAL

Na década de 60, a propósito da construção da ponte sobre o Tejo (atual ponte 25 de Abril), começaram por ser demolidas as “(...) áreas habitacionais do tipo espontâneo (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 66), vulgo barracas, que não permitiam a construção dos acessos a ponte, para, em seguida, com a aproximação da data de inauguração, as supostas “(...) operações de ‘saneamento’ (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 66) assumirem o objetivo de uma limpeza mais paisagística/visual nas redondezas da ponte. Os realojamentos dessa população foram desmazelados, não houve planeamento e os moradores acabaram em “(...) situações dramáticas, emolduradas por uma prepotência absoluta (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 66). O autor faz alusão a época que se vivia, quando explica que nenhuma destas situações foi noticiada pela imprensa e a atitude das populações foi inerte, as populações tinham noção de como eram insignificantes para

os governantes e como o facto de se manifestarem de alguma forma as poderia prejudicar mais do que ajudar.

Os realojamentos da população podiam ser feitos em “(...) prefabricados em chapa de ferro (...) no chamado Bairro do Relógio (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 66), em “(...) módulos habitacionais em tosco, com paredes de alvenaria de tijolo (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 66) para serem, supostamente, finalizadas posteriormente, ou podiam reconstruir as barracas com “(...) material reaproveitado das que se tinham demolido (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 66). Nos últimos dois tipos, o realojamento seria localizado “(...) num terreno camarário, a Quinta da Musgueira. (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 66).



Figura 1 - Foto da construção da Ponte 25 de Abril, com a margem norte do Tejo em segundo plano.

O Arq. Nuno Teotónio Pereira decide, então, elaborar um folheto clandestino, expressando a sua indignação acerca dos realojamentos e deslocalizações e onde denunciava como estes tinham sido executados pela entidade responsável, a CML, de uma forma deplorável e desumana. Explicava como a partir de certo ponto “(...) já não se tratava de desobstruir os acessos mas, tão só, de libertar as vistas de imagens comprometedoras (...)” e por outro lado como os moradores tinham sido deslocalizados abruptamente para “(...) uma zona mais periférica (...)”

Estes princípios e convicções não eram novidade: já em 1969 “(...) no atelier da Rua da Alegria, de Nuno Teotónio Pereira (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 91), se discutia a participação e envolvimento das populações em contrapropostas que se opunham às vigentes a propósito das “(...) ações de agitação e propaganda junto das populações afetadas, com denúncia e

esclarecimento das causas dos seus problemas habitacionais e urbanos (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 92), executadas pelo Grupo de Intervenção no Meio Urbano (GRIMU) que havia sido formado no rescaldo do Encontro Nacional de Arquitetura (ENA) de 1969. O GRIMU atuava assim como um grupo interdisciplinar, maioritariamente de arquitetos(as), arquitetos(as) estagiários(as), estudantes de arquitetura, engenheiros(as) e assistentes sociais, que elaborava “(...) soluções alternativas, a erguer como bandeira para as acções reivindicativas dos moradores (...)”



Figura 2 - À esquerda, Nuno Portas, e à direita, Nuno Teotónio Pereira.

(Bandeirinha, 2007, p. 92), semelhante ao que acontecia na mesma época em Itália.<sup>1</sup> Foi nesta altura que, nos textos de trabalho do GRIMU, surgiu a primeira referência a “ (...) ‘equipas de apoio local’ (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 93) e começaram a ser notórias as noções de equipas multidisciplinares que trabalhariam permanentemente em sincronia com as populações, sobre as realidades concretas, em benefício dos seus direitos.

As atividades do GRIMU acabam por não ter continuidade, mas o anseio por uma hipótese em que pudessem usar os “(...) pressupostos teóricos adquiridos ao longo destes anos de debate e de sistematização de ideias. (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 93) Vão ter a oportunidade de colocar os seus ideais em prática mais tarde, depois de uma proposta, executada por Nuno Portas e Margarida Sousa Lobo, e dirigida ao Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da CML. Nessa proposta era elaborada uma experiência que, como explica Bandeirinha (2007), teria como ideia base “(...) potenciar os recursos próprios dos habitantes dos bairros de barracas (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 94), pegar em características que lhes são intrínsecas, como o “(...) espírito de comunidade, capacidade organizativa e de auto-construção (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 94)

---

<sup>1</sup> “(...) revelando, assim, uma incontornável analogia com os contropiani italianos que, contemporaneamente, faziam o seu caminho na eclósiva efervescência das lutas di quartiere. (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 92), Bandeirinha (2007) fundamenta que estas afirmações são “(...) diretamente estabelecidas por Nuno Teotónio Pereira em vários manuscritos, apontamentos de registo ou de preparação de reuniões (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 92)

para principiarem com a execução do projeto de bairro e assim conseguirem obter melhores condições. Esse projeto seria desenvolvido pelos técnicos em conjunto com as comunidades e nele ficariam definidos “(...) o terreno a ocupar, as infraestruturas urbanas, o núcleo inicial de cada fogo e as suas possibilidades de evolução futura, definindo os materiais e os sistemas construtivos (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 94). Nenhum dos edifícios deste projeto se viriam a construir.

Os estudos, discussões, mas acima de tudo, as convicções nesta área continuaram a desenvolver-se neste grupo de arquitetos e técnicos. Mais tarde, Nuno Teotónio Pereira alerta para o risco da ideia de participação das populações ficar ao comando de quem está no poder e conseqüentemente ser usada de forma menos inócua, cedendo “(...) à tentação de considerar a sua satisfação pontual como o objetivo de luta (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 97). Esta participação também só deveria acontecer quando conduzir à “(...) ‘participação global’ (...)” e não for nociva, “(...) de cariz paternalista ou colaboracionista (...)”, tendo o efeito oposto do inicialmente proposto, e em vez de servir os interesses das comunidades, servir “(...) os interesses dos grupos que estão no Poder e precisam, também eles, mas de uma maneira radicalmente diferente, que haja uma certa movimentação, que as pessoas se empenhem em pequenas lutas, em pequenas reivindicações, etc.’ (...)” (Pereira, 1971, p. 140, citado por Bandeirinha, 2007, p. 97).

Para além disto, este tipo de movimentos sociais tinha condicionantes, a censura à comunicação social e a baixa quantidade de jovens, devido a questões como a guerra colonial e a emigração, ou, de forma menos direta, o consumismo que vinha a aumentar, faziam com que fosse mais fácil “(...) mobilizar para objetivos de luta ‘na linha da resistência, da recusa, da greve, do boicote, etc.’ do que ‘na linha [...] da construção de equipamentos, da conquista de uma gestão operária, coisas desse tipo que impliquem já algum avanço’. (...)” (Pereira, 1971, p. 140, citado por Bandeirinha, 2007, p. 97).

Por fim, até os poucos bairros sociais feitos antes da revolução, eram construídos longe do centro da cidade, ficavam vários anos sem infraestruturas, serviços, equipamentos ou rede de transportes. (Portas, 1979, 00:02:42)

Apesar das situações, preocupações e problemas antes descritos, se terem passado há mais de 50 anos e durante uma ditadura, é de notar como os problemas e impedimentos, ainda que em certas ocasiões com uma intensidade diferente, sejam semelhantes aos da atualidade.

## **2.2. O SAAL**

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 acaba com o regime ditatorial que durara quarenta e oito anos. Numa viragem político-ideológica e, como mais tarde se entenderia, social, o MFA (Movimento das Forças Armadas)<sup>2</sup> ocupa o exterior do Quartel do Carmo, onde o Presidente do

---

<sup>2</sup> “(...) O MFA foi, então, a reunião de um grupo de oficiais com posições políticas distintas, que elaborou um programa “minimalista”, cujos principais objetivos eram a solução política da guerra colonial, permitindo a livre expressão da vontade dos povos colonizados; a instauração de um regime democrático de acordo com

Conselho, Marcelo Caetano, se refugiara. O povo estava na rua, determinado, juntara-se a Salgueiro Maia e aos seus homens e foi graças a essa multidão que enchia as ruas de Lisboa que as forças do regime se viram impedidas de “(...) de enfrentar os homens de Salgueiro Maia, quando estes já sitiavam o Quartel do Carmo. (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 109) Marcelo Caetano insistira em fazer a rendição do governo ao General Spínola, não sem antes expressar o seu receio sobre a possibilidade do poder cair na rua. Algumas mudanças foram consensuais, quanto a questões como a censura ou a polícia política, no entanto “(...) a pedra de toque da discórdia foi, desde logo, a questão colonial (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 109). A divergência surgira entre o general e os operacionais e dirigentes do MFA, quanto ao “(...) direito à autodeterminação dos povos das colónias (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 109), isto levou a que este ponto não tenha ficado claro no comunicado emitido pela Junta de Salvação Nacional<sup>3</sup> “(...) que saiu a 26 de Abril (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 109).



Figura 3 - O capitão Salgueiro Maia (de costas para o Quartel do Carmo) durante o sítio ao Largo do Carmo.

---

a vontade popular, expressa através de eleições livres para uma Assembleia Constituintes, e uma aspiração à política antimonopolista e à melhoria de qualidade de vida dos portugueses, em particular, das classes mais desfavorecidas. (...)” (Lima, 2011, p. 55)

<sup>3</sup> “No dia 25 de abril, o Movimento das Forças Armadas (MFA) confiou a direção do país à Junta de Salvação Nacional, que assumiu os poderes dos órgãos do Estado. A Junta de Salvação Nacional foi um órgão de governo provisório, constituído por sete oficiais superiores e generais dos três ramos das Forças Armadas: António de Spínola, Francisco da Costa Gomes e Silvério Marques, do Exército; Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, da Armada; Galvão de Melo e Diogo Neto, da Força Aérea. A sua missão seria a de implementar o Programa do MFA, que naquela mesma data era publicamente anunciado, e que se poderia sintetizar na conquista dos chamados “três D”: Desenvolvimento, Democratização e Descolonização. (...)” (Assembleia da República, 2014)

Como afirma, estoicamente, Bandeirinha (2007), fazendo alusão a expressão utilizada por Marcelo Caetano, “(...) não foi o poder que caiu na rua, foi a argumentação e o debate, a atividade cultural e artística, o grito de revolta, os sentimentos mais variados, a alegria e a tristeza, foi a própria vida que conquistou o direito à rua e se transmitiu de praça em praça, de bairro em bairro, até à exorcização dos medos e à instalação de uma aura de liberdade generalizada que, enquanto perdurou, não teve paralelo no mundo seu contemporâneo. (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 109).

Não houve apenas um processo de evolução política, mas também um de evolução social. Foi sendo notória a “(...) urgência de ter expressão (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 109), a necessidade, que já existia, de manifestar opiniões, reivindicar pelas mesmas oportunidades e melhores condições laborais e de vida começava a brotar pela população. As enchentes nas manifestações do dia 26 de Abril asseguravam o começo de um processo que o primeiro 1º de Maio viria confirmar, com a certeza de “(...) que tudo o que se viesse a passar em seguida teria forçosamente de contar com a explosão coletiva de um desejo recalcado de participação e de mudança (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 109).



Figura 4 - 1º de Maio de 1974, na Av. Almirante Reis, Lisboa.

Com esta mudança de realidade e ao se aperceberem da “(...) liberdade de acção (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 110) que haviam ganho com a revolução, a inquietação, perante a situação em que se encontrava o elevado número de população em habitações precárias, aumentava. Assim entre “(...) 26 de Abril e 9 de Maio de 1974, foram ocupados cerca de 2000 fogos (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 110), a maioria dessas habitações eram municipais e encontravam-se em construção. Inicialmente, foram ocupados fogos, que tinham sido acabados de construir recentemente em “(...) bairros sociais de promoção pública e semi-pública (...)” (Bandeirinha,

2007, p. 110), por população que vivia, na proximidade desses bairros vazios, em más condições habitacionais e que esperavam há anos pela atribuição de habitações. Durante esse período, em listas de espera, foram claros os critérios desiguais e a falta de eficácia do processo. Perante as ocupações, que aconteciam então, por vários bairros de toda a cidade de Lisboa, o “(...) presidente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, Roque Laia, afirmava (...) que é imoral a existência de casas vazias com tanta gente a viver em barracas e que, portanto, achava justo que fossem ocupadas. (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 110). Entretanto os jornais noticiavam uma tentativa de resolução pela parte dos governantes, a Junta de Salvação Nacional propunha a “(...) legalização das ocupações (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 111), com a aplicação de algumas regras. Os ocupantes teriam de se organizar por bairro para se poderem iniciar as negociações com a administração; as rendas não deveriam ultrapassar o limite de “(...) 25% do salário (...)” (Bandeirinha, 2007, p.111); e os edifícios ainda em construção deviam ser desocupados “(...) para que as obras pudessem terminar (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 111).

Quando, a 15 de Maio de 1974, o primeiro governo provisório toma posse, o novo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, fica com a situação descrita anteriormente a seu cargo e com toda a tenacidade que esta demandava, mas principalmente “(...) com o profundo conhecimento que tinha da realidade da situação (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 111). Dentro desse conhecimento vinha também a propensão pelos “(...) processos de auto-construção tecnicamente assistida (...)” a que acrescentava a convicção na “(...) necessidade de adequar uma fórmula de participação total aos limites da realidade objectiva (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 115). Para que isso se concretizasse era necessário haver uma “(...) estrutura organizativa (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 115) que pudesse atuar durante todo e em todas as vertentes do processo, e que, acima de tudo, incluísse os futuros moradores a participarem diretamente na obra para assim “(...) promover a apropriação (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 115).



Figura 5 - O arq. Nuno Portas com moradores de um bairro SAAL.

No início de Julho de 1974, o Secretário de Estado assina um despacho intitulado “(...) Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 116) onde se explanava o “(...) envolvimento social (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 116) que já se referiu anteriormente, e uma reforma dos serviços do FFH (Fundo de Fomento a Habitação) <sup>4</sup> que incluía um “(...) processo de renovação e de democratização (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 116).

Como já referido por Bandeirinha (2007), este trabalho já vinha a ser pensado, analisado e estudado durante a última década e todo esse material estava pronto a ser utilizado mal fosse oportuno. O objetivo principal era que houvesse uma “(...) organização e a sistematização das carências, da oferta e da procura de habitação perante as novas condicionantes sociais e políticas



Figura 6 - Núcleo degradado do bairro Dona Leonor, em Benfica, um dos únicos onde a operação SAAL foi executada na sua totalidade.

<sup>4</sup> O FFH é criado em 1969, devido ao “(...) problema da instalação da população, previsivelmente de origens modestas, que acorreria a (...) novos pólos de oferta de trabalho, o que exigiria a disponibilização de espaços habitacionais em regime social, pois os de mercado livre não lhes seriam facilmente acessíveis. Deveriam ser criadas as infra-estruturas sociais para acolher estes migrantes esperados. É então prospetivada a construção de quase 50 mil fogos, sendo para isso criado o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), entidade que tinha como principal objetivo a promoção direta de habitação social para arrendamento a estratos sociais desfavorecidos. (...) Após o 25 de abril de 1974 e com as grandes mudanças registadas no panorama nacional, o FFH sofreu várias vicissitudes e acolheu a execução de programas e medidas políticas muito diversificadas (...)” (IHRU, s.d.)

Viria a ser extinto em 1982 e deu origem a diversos fundos, institutos e organismos ao longo do tempo, até chegar, em 2007, ao atual IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), que integra outros dois organismos extintos, IGAPHE e Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, à exceção das questões referentes ao património classificado. (IHRU, s.d.)

(...)” (Bandeirinha, 2007, p. 116), sendo o documento em questão, vasto, procurava incluir situações e ações diversificadas e organizá-las numa “(...) estratégia de coerência operativa (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 116).

Assim eram sugeridos nesse despacho, quatro grandes grupos de soluções onde, em cada um, se pudesse inserir as ofertas de habitação para a população, de acordo com as características e necessidade económico-financeiras de cada família. Num inserir-se-ia a população com “(...) capacidade de aquisição no mercado convencional, apoiada apenas por facilidades de crédito e de captação de aforro (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 117); noutra, a população que podia recorrer ao programa de renda limitada; num terceiro, quem somente tinha “(...) acesso a fogos de ‘rendas mínimas’ em bairros de promoção directa do Estado (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 117) e por último, a população que não tinha meios para adquirir habitação mas que tinha a vontade e a “(...) capacidade de ‘organização interna’ (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 117), o estado proporcionaria apoio imediato em “(...) terreno, técnica, infraestruturas e financiamento (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 117), assim como seria incentivado o recurso a “(...) ‘auto-soluções’ (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 117).

Neste despacho Nuno Portas pretendia avançar com soluções a curto prazo e que o FFH começasse de imediato a produzir e a administrar todo o processo. Esta parte do Programa de Ações foi, desde o momento inicial, intitulada de “(...) ‘serviço de apoio ambulatorio local’ (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 117).



Figura 7 - Esquema de Portas (1978) onde explica o funcionamento do programa SAAL.

Corria o mês de Julho de 1974, quando no dia 24, Nuno Teotónio Pereira entregou, no FFH, o primeiro documento que definia pormenorizadamente os “(...) objectivos , o âmbito de acção e a orgânica operativa do Serviço de Apoio Ambulatorio Local – SAAL (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 118). Os objetivos mantinham-se os mesmos do despacho entregue anteriormente, no entanto, quanto ao “(...) ao campo de acção e à estrutura organizativa (...)” (Bandeirinha, 2007,

p. 118) havia desenvolvimentos que demonstravam a praticidade que se pretendia encaixar no serviço. Esses desenvolvimentos referiam-se as questões territoriais, aos métodos de resposta, à estruturação das brigadas técnicas, ao trabalho a desenvolver, às questões contratuais e a criação de um “protótipo do SAAL” no núcleo do FFH.

Bandeirinha (2007) explica que este documento vem esclarecer que, ainda que se pressupusesse que estas ações fossem para “(...) aglomerados de habitação improvisada tipo bairros de lata (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 118), deviam também ser considerados outros tipos habitacionais, tais como “(...) zonas vetustas <sup>5</sup> no interior de aglomerados urbanos ou em zonas rurais ou suburbanas, bairros ditos provisórios de construção oficial, etc (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 118).



Figura 8 - Assembleia de bairro, durante o processo SAAL, onde moradores e técnicos das brigadas apresentavam e debatiam propostas.

As intervenções nos espaços habitacionais eram também definidas no documento, a iniciativa devia sempre partir das comunidades interessadas, do seu dinamismo, organização interna e posição reivindicativa. No caso de reconstruções totais, as populações deviam ser mantidas no local, ou o mais próximo possível, de onde habitavam (Bandeirinha, 2007, p. 118).

Finalmente, a 6 de Agosto era promulgado o despacho que confirmava os princípios básicos já elaborados anteriormente, especificando agora, questões legais, de coerência orgânica e afinando questões, prioridades e competências que poderiam ter ficado pendentes ou menos claras. Esse despacho estabelecia oficialmente o SAAL como um corpo técnico especializado, para “(...) apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido

---

<sup>5</sup> Vetusta – “(...) adjetivo; 1.velho; antigo; 2.respeitável pela sua idade ou antiguidade; 3. deteriorado pelo tempo; antiquado. (...)”. (Porto Editora, s.d.)

de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários (...)” (Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, 1974, p. 873).

Mais tarde, a 27 de Outubro, um despacho da Câmara Municipal divulgava a formação de brigadas e definia que as populações interessadas se deviam encaminhar para essa brigadas. Havia já, nesta altura, a solicitação para intervenções em mais de trinta bairros. Dias depois, a 9 de Novembro, em Lisboa estavam já criadas treze equipas para vários bairros, entre elas a “(...) Quinta do Bacalhau – Monte Coxo, sob a coordenação de Manuel Vicente (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 128). O processo SAAL estava finalmente prestes a ser posto em prática.

Com o começo do trabalho das brigadas e as movimentações sociais, que vinham a acontecer quase constantemente desde a revolução de Abril, o governo ia pressionando com a “(...) urgência da construção de ‘muita habitação social’ (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 131), o que revelava a enorme “(...) incompreensão da complexidade processual e política da produção habitacional (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 131).

Chegado ao fim do ano de 1974, iniciavam-se os processos de expropriação do solo para as futuras construções, que se não fossem para este fim, iriam abastecer o mercado de solos imobiliário. Assim começava a prever-se o impacto do SAAL nesse mercado, nas suas redes de interesses e como podia levar a perda de posições nesse negócio. Com isto, previa-se que houvessem tentativas de bloqueio do processo da aquisição dos terrenos, retendo “(...) ao máximo a utilização pública dos solos negociáveis (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 136). Os primeiros impactos causados pelo SAAL eram perceptíveis e o processo era percecionado como algo exterior, que se



Figura 9 - Todas as gerações contribuíam, mulheres, crianças e homens a limpar “(...) terreno de árvores e produzir carvão de sobro para vender e obter as primeiras receitas da CHE 25 de Abril do Seixal, para a operação SAAL no Bairro do Barateiro, no Seixal (...)” (Pires, 2023) em 1976.

desviava, com destreza, das amarras “(...) normativas e burocráticas (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 137) que mantinham as antigas e enraizadas relações de interesse e de poder.

Sendo esta uma altura de enorme instabilidade política, a 26 de Março de 1975 acontecia uma nova mudança de governo, o 3º Governo Provisório terminava e com ele Nuno Portas era exonerado. Depois deste suceder-se-iam outros três governos provisórios, que foram sendo formados conforme as “(...) transformações políticas e guerras de poder (...)” (Lima, 2011, p. 56), constituídos por ligações entre partidos e organizações de diferentes quadrantes do MFA<sup>6</sup>, mas sempre tutelados pelos militares e com elevada sensibilidade à “(...) pressão dos movimentos sociais e cívicos (...)” (Lima, 2011, p. 56).

Perante tal situação, surgiam questões acerca do futuro do SAAL, e de como poderia o processo ser bem sucedido, se a continuidade do trabalho já iniciado estaria assegurada e se conseguiria “(...) aguentar-se sobre as frágeis e efémeras bases normativas de um mero despacho (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 136), com o apoio de associações cooperativas, que representavam os inúmeros moradores. Exatamente aqui surgia, também, a questão se haveria alguma “(...) garantia de segurança política (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 136) na existência do apoio popular. Porém eram notórios os contornos heróicos que o processo tinha tomado, tendo deixado de ser visto apenas como um programa de participação pública e de melhoria de condições habitacionais. (Bandeirinha, 2007, p. 136)

### **2.3. SAAL - O princípio do fim**

Depois da exoneração de Nuno Portas segue-se um período de indefinição processual e de ebulição dos movimentos de moradores. Nos bairros formavam-se estruturas centralizadoras para a promoção da “(...) coesão e o fortalecimento das lutas reivindicativas (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 141), os moradores queriam ter representatividade para poder exercer diretamente o poder democrático.

Com a criação da “(...) Intercomissões de Moradores (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 141) chegaram a um consenso e elaboraram um “(...) caderno reivindicativo comum (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 141) onde ficou clara a recusa à autoconstrução, com a justificação que essa opção se tornaria numa “(...) dupla exploração (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 141) dado que, os moradores iriam ter de trabalhar na construção das habitações nas horas de descanso dos seus empregos, e podendo também essa, ser uma oportunidade para gerar postos de emprego. Tornava-se também clara, a distância em relação aos partidos políticos, os moradores achavam necessário que o seio do movimento se mantivesse apartidário, devido às complicações que podiam existir ao reduzir a sua luta a posições partidárias. (Bandeirinha, 2007, p. 142)

---

<sup>6</sup> Por esta altura o MFA tinha já sido dividido em várias facções, algumas mais radicais, devido ao aumento da pressão que os movimentos sociais e as novas lutas políticas tinham provocado. (Lima, 2011, p. 55)



Figura 10 - Na operação SAAL do bairro da Curraleira, placas que indicavam as cooperativas que contribuíam para a construção daquele bairro.

Quanto ao avanço do processo, a legislação sobre expropriações, que saíra em Fevereiro de 1975, não viria apaziguar as questões de agilidade jurídica e processual, bem pelo contrário. O processo continuava envolto em grandes quantidades de burocracia, formalidades e com demoras consideráveis, apesar disso, nalguns locais o processo avançava a bom ritmo e no final do mês de



Figura 11 - Os arquitetos Manuel Tainha e Fernando Bagulho apresentam a maquete do projeto aos moradores do Pátio Vila Fernandes, em São Bento, Lisboa (1976). (Este projeto não chegou a ser construído).

Abril iniciavam-se as primeiras obras (de fogos) do SAAL, na Meia-Praia, Lagos (Bandeirinha, 2007, p. 145 - 146).

De sublinhar também, que no final de Abril, a Constituição da República Portuguesa entrava em vigor, e com ela o artigo 65º, que garantia o direito à habitação, de acordo com os seguintes princípios:

“(…) 1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;

b) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver

os respectivos problemas habitacionais e fomentar a autoconstrução e a criação de cooperativas de habitação;

c) Estimular a construção privada, com subordinação aos interesses gerais.

3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

4. O Estado e as autarquias locais exercerão efectivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e definirão o respectivo direito de utilização. (...)” (Decreto de Aprovação da Constituição - Artigo 65.º, 1976).

Em meados desse ano, Julho de 1975, o MFA aprovava um documento-guia que satisfazia essas ambições de representatividade do movimento de moradores, onde se definia uma estrutura de ligação às populações com três eixos primordiais – o MFA, o popular e o governamental – e um eixo de soberania – o Conselho de Revolução – e as assembleias populares – que elegeriam delegados que acabariam na Assembleia Popular Nacional. (Bandeirinha, 2007, p. 142)

Porém, começava a notar-se o desvanecimento da forte presença do SAAL-Lisboa em relação, por exemplo, ao SAAL-Norte. Tal devia-se quer à falta de participação das “(...) Associações de Moradores, dos funcionários municipais e do SAAL na gestão da Câmara Municipal (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 152) e conseqüentemente a um desejo de “(...) autonomia (...) em relação ao FFH (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 152). As equipas locais sublinhavam, nos relatórios entregues durante o III Seminário SAAL - pelas equipas SAAL do Centro e do Sul – que existia uma “(...) insatisfação quase generalizada (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 153), perante as entidades que regulamentavam o processo (Câmaras Municipais, FFH), responsabilizando-as pelos “(...) atrasos, indefinições e desmotivação dos moradores (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 153).

Quanto a encargos, no início do mês de Maio de 1975, era anunciado que o SAAL seria inserido no Orçamento de Estado e no das autarquias, ao contrário dos restantes programas de promoção habitacional, a quem era adicionado um co-financiamento pelas instituições bancárias nacionais (Caixa Geral de Depósitos e Crédito Predial Português). Assim, O SAAL seria o programa com menos verba atribuída - um milhão de contos - sendo que os outros programas, com cerca de três vezes mais fogos previstos para construção, recebiam um apoio dez a vinte vezes superior ao do SAAL. (Bandeirinha, 2007, p. 154-155)

Aproximavam-se o verão <sup>7</sup> e o outono de 1975, meses que se revelariam decisivos para a “(...) história do processo SAAL, como, de resto, para a do país em geral (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 155). Por toda a sociedade portuguesa ocorria uma “(...) intensa luta política (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 155), enquanto no SAAL os “(...) arquitetos das brigadas se debatiam com a execução dos projetos (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 155).

A certa altura começa a ser notório, principalmente durante o verão de 1975, que o SAAL era encarado pelas várias entidades coordenadoras como algo que, preferencialmente, não devia ter continuidade e que “(...) era mais tolerado do que integrado (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 159). Os moradores, empenhados no processo avançavam com o trabalho, tanto quanto podiam e sabiam, e durante os meses de verão e do outono de 1975 várias brigadas formalizavam o início da sua atividade, outras tomavam posse administrativamente dos terrenos e outras ainda, tinham já projetos das edificações e/ou das infraestruturas. (Bandeirinha, 2007, p. 163-164) No início do outono havia as que já iniciavam as obras nos edifícios e a construção dos novos bairros, sempre com o apoio e participação das populações. (Bandeirinha, 2007, p. 171)

---

<sup>7</sup> “ O chamado Verão Quente foi um dos mais complicados momentos do processo revolucionário com as forças políticas divididas entre os que defendiam uma via eleitoral e outros o caminho revolucionário. Após o 11 de março de 1975 acentuou-se o confronto entre algumas forças de esquerda, que defendiam a tomada de poder pela força revolucionária, e outras fações políticas de centro e de direita apostadas numa democracia eleitoral.” Vivia-se o “Processo Revolucionário em Curso (PREC) e as tensões subiam ao longo do Verão com a sucessão de incidentes entre defensores das diversas fações. É também nesta altura que se registam os ataques às sedes do PCP e de outros partidos de extrema-esquerda.” (RTP, s.d.)



Figura 12 - Obras da operação SAAL em curso em Lagos.

A título ilustrativo da situação processual analisada, consideremos a reflexão feita pelo Arquitecto Luís Jorge Bruno Soares <sup>8</sup> que ponderava sobre o futuro do SAAL. Sublinhando o dinamismo do processo, admitia algumas dúvidas acerca da sua prosperidade, propondo dois cenários: a “ (...) degradação com a agudização das contradições existentes (...) ” ou, por outro lado, “ (...) a obtenção de um novo avanço no sentido de uma política habitacional que [interessasse] às classes trabalhadoras, eliminando-se a via marginal que o SAAL constitui (...) ” (Bandeirinha, 2007, p. 169-170, como referido em Soares, 1975, p. 200-202). Soares (1975) admitia assim que o Estado passava uma ideia de falsa liberdade às brigadas, para logo a seguir as culpabilizar pelos problemas que surgiam e levá-las a fazer o que era do interesse do poder político. (Bandeirinha, 2007, p. 170 como referido em Soares, 1975, p. 200-202) Porém, esta perspectiva contrariava um dos princípios basilares de Nuno Portas, quando fundou o SAAL, de que seria um “ (...) programa inclusivo e não exclusivo (...) ”. (Bandeirinha, 2007, p. 170)

A 25 de Novembro <sup>9</sup> o SAAL passava por um momento marcante com alterações físicas, culturais, políticas e ideológicas. (Bandeirinha, 2007, p. 172) As incoerências institucionais, já

---

<sup>8</sup> Encontrava-se na altura (Agosto de 1975) a coordenar a brigada SAAL do Alto dos Moinhos, em Lisboa. (Bandeirinha, 2007, p. 169)

<sup>9</sup> A 25 de Novembro de 1975 acontece uma “ (...) movimentação militar conduzida por partes das Forças Armadas Portuguesas (...) cujo resultado levou ao fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC) e a um processo de estabilização da democracia representativa em Portugal. (...) toda esta tensão chega ao limite, com sectores da esquerda radical a tentarem um golpe de estado, que acabou por ser frustrado pelos militares

antes referidas, impediam a “(...) progressão coerente das actividades (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 172) do processo e por esta razão, começavam a dismantelar-se algumas operações, devido aos entraves e barreiras que surgiam, fragmentando-se assim o processo.

O processo começou a ser demonizado, por quem tinha interesse em desviar o interesse dos próprios serviços para outros programas, e por isso foi-lhe atribuído um caráter político, partidário, ainda que isso não correspondesse à realidade. Houve também alguma resistência pela parte dos serviços públicos convencionais porque viam no SAAL algo de anárquico. Era usada uma “(...) planificação de baixo para cima (...)” (Portas, 1979, 00:18:00), visto que os interesses concretos das pessoas se fixavam a certos territórios na cidade e que, portanto, defendiam que era



Figura 13 - Moradores numa reunião do processo SAAL.

aí que deviam construir. Alguns tecnocratas <sup>10</sup> vieram “(...) responder que isso era contra a planificação, contra um correto planeamento, e que esse planeamento é que devia decidir onde as pessoas devem viver, onde se deviam construir esses bairros (...)” (Portas, 1979, 00:18:00). Mesmo que se esperassem “(...) sérias adversidades inerentes à viragem da conjuntura política (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 173), as comunidades e pessoas envolvidas no processo, reforçavam as suas convicções e crenças com o início das obras nos bairros.

Durante o SAAL percebe-se a importância de que as famílias, que vão habitar os bairros, não sejam clientes desconhecidos das equipas técnicas que vão construir as suas habitações, mas

---

que se encontravam com o “Grupo dos Nove”, apoiados por um plano militar liderado por Ramalho Eanes. (...)” (+Factos, 2022)

<sup>10</sup> Tecnocrata – “(...) 1. indivíduo de formação essencialmente técnica que ocupa uma posição de poder; 2. pejorativo ministro ou alto funcionário que privilegia os aspetos técnicos e burocráticos de um problema, em detrimento dos seus aspetos sociais e humanos; 3. pessoa partidária da tecnocracia (...)” (Porto Editora, s.d.)

também que para o problema da habitação não se resolvia apenas com a construção de habitações (Portas, 1979, 00:06:38). “A sua organização e participação em todas as decisões: desde a escolha do lugar, a escolha do tipo de casas (altas, baixas, pequenas, grandes). Dentro dos limites da política que tem de existir, há um amplo campo de escolha, em que as pessoas podem e devem participar. (...)” (Portas, 1979, 00:06:45).



Figura 14 – Rostos das mulheres, moradoras dos bairros SAAL.

Portas (1979) refere ainda que foi graças à organização das próprias populações nas cooperativas e associações de moradores que os bairros foram construídos. Defendia que as casas deviam ser organizadas de acordo com o gosto e o modo de vida das populações e que, em momento algum isso foi um fator gerador de mais gastos financeiros – antes pelo contrário – através de métodos criativos conseguiram construções mais baratas. Foi também importante para as populações enquanto método de autovalorização, sobretudo no caso das mulheres, conforme entendemos no filme “As operações Saal”. Eram as mulheres que dominavam o processo e que participavam mais ativamente nas assembleias de moradores, enquanto que os homens tendiam a desprezar esse aspeto – a importância de discutir as necessidades e direitos dos moradores – da mesma maneira, ainda que possuíssem uma mentalidade revolucionária em aspetos sociais e políticos, a atitude patriarcal para com o universo feminino ainda se conservava. (Dias, 2007, 00:34:00)

## 2.4. Fim do SAAL

“(...) A prática mostrou que havia desconfiças do SAAL em todos os partidos embora de diferente natureza. Eu disse e afirmei num artigo, aqui há uns anos, que o SAAL foi um programa tão controverso que nenhum partido político, desde a extrema-direita à extrema-esquerda, teve unanimidade de posição em relação ao SAAL, ao longo do ano e meio que ainda durou como movimento vivo, se visto do Norte ao Sul do país. (...) Aliás, o programa nunca foi extinto ao contrário do que se diz. O programa foi ou não continuado localmente, melhor ou pior, pelas autarquias, o que era lógico que acontecesse, coisa que muita gente ligada ao SAAL não aceitava porque não acreditavam no poder local como uma realidade potencialmente positiva e movimentadora. Ora os conflitos que se acumularam, teriam que ser resolvidos mais dia, menos dia, e foi por esse lado que apareceram as pressões para o extinguir como ‘serviço técnico’ autónomo. (...)” (Portas, 1998)

Entre Dezembro de 1975 e Dezembro de 1976 surgiam as primeiras mudanças sociais e estatais que iriam contribuir para a alteração do contexto “(...) político e institucional em que se situava o SAAL (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 177). Quando em Outubro de 1976 sai o despacho que transfere a gestão do SAAL do FFH para os municípios, o ministro da Habitação recusava-se a receber os “(...) representantes dos moradores em luta pelo direito à habitação (...)” (Poder Popular, 1976). Iniciava-se assim o princípio do fim.

O referido despacho mencionava que após o tempo de atividade do SAAL, se concluía que “(...) algumas brigadas do SAAL se desviaram de forma evidente do espírito do despacho que as mandava organizar, atuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais. (...)” (Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção, 1976, p. 1), e que assim sendo, tinha havido populações que não tinha sido acompanhadas devidamente, câmaras municipais a quem não tinha sido “(...) facultada a possibilidade do seu contributo, nem ao FFH foi solicitada a ajuda técnica conveniente para este tipo de operações, nem os terrenos se conseguiram com a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até esta data tem qualquer significado. (...)” (Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção, 1976, p. 1).

As causas que levaram à extinção do processo são, porém, mais rebuscadas de compreender. Se por um lado se assistia a uma contenção do investimento público no domínio habitacional, por outro, o Estado revelava ser “(...) cada vez menos capaz, e com menos vontade de dar resposta administrativa às dinâmicas de adesão ao programa e ao crescente número de pedidos de intervenção (...)” (Lima, 2011, p. 83) justificando-o com base em restrições financeiras e em entraves de âmbito municipal – questões urbanísticas e de planeamento local.

No entanto, as razões centrais para a extinção do SAAL, assentavam em questões políticas, sociais e históricas, resultantes da conjuntura atual. O Estado não acompanhava o “(...) ritmo do processo durante um período de ‘dualidade de impotências’ (...)” (Lima, 2011, p. 84), não havia

experiências passadas nesse âmbito ou referências anteriores de participação social, política ou de intervenção cívica – interação, partilha de experiências e conhecimento – a par das anteriores, existia também a questão de pretender “(...) eliminar ou (...) condenar à irrelevância quaisquer experiências que pudessem aparecer como alternativas à ‘normalidade’ da democracia representativa e parlamentar <sup>11</sup> (...)” (Nunes & Serra, s.d., citados por Lima, 2011, p. 84)

Aquando da emissão do despacho, havia até esse momento 2250 fogos, estavam prestes a arrancar mais, quase, 6000, e só 13% dos solos necessários para “(...) essas intervenções estava disponível, cedido ou expropriado (...)” (Bandeirinha, 2011, citado por Lima, 2011, p. 84). Nenhuma das operações terminou durante o período em que o SAAL esteve ativo – Agosto de 1974 até Outubro de 1976 - e foram várias as alterações, de local de intervenção, de equipa ou de projeto; houve ainda outras operações que seguiram o projeto por si próprias ou que acabaram, também elas, por se extinguir. (Lima, 2011, p. 84)

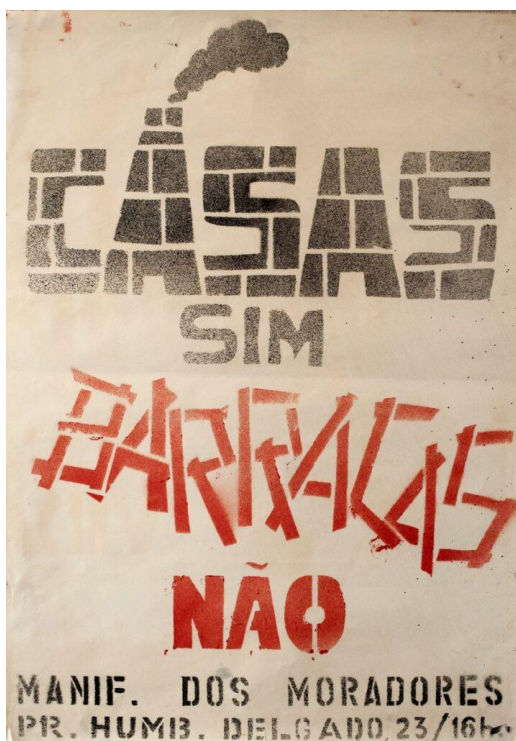


Figura 15 – Cartaz contra o desmantelamento do processo SAAL (1976).

Em Maio de 1978, Nuno Portas profere um depoimento, explanando a sua visão acerca do desenrolar do processo, onde afirma que devido à sua “(...) formulação ‘alternativa’ (...)” (Ribeiro, 1978, citado por Lima, 2011, p. 85), comparativamente às políticas de habitação

<sup>11</sup> “ Democracia representativa (...) é uma forma de governo em que o povo elege representantes que possam defender, gerir, estabelecer e executar todos os interesses da população. A principal base da democracia representativa é o voto direto, ou seja, o meio pelo qual a população pode apreciar todos os candidatos a representantes do povo e escolher aqueles que consideram mais aptos para representá-los. (...)” (Significados, s.d.), e neste caso, também parlamentar porque os eleitos são deputados que exercem as suas funções num parlamento.

tradicionais, o SAAL acumulou vários conflitos, por ser um método autónomo de promoção habitacional, por ter sido associado, pela opinião pública, às vanguardas políticas, assim como pelo “(...) serviço ‘paralelo’ frente aos serviços pré-existentes, tanto das Direcções Gerais (FFH) como de várias câmaras municipais (...)” (Ribeiro, 1978, citado por Lima, 2011, p. 85). Assim, o que para alguns ficou conotado como a extinção do SAAL, para outros foi a reposição do processo no seu devido lugar. Essencialmente pretendia-se abrandar as operações iniciadas e “(...) desencorajar novas iniciativas, dando a impressão de que apenas se estavam a corrigir excessos (...)” (Portas, 1978, citado por Lima, 2011, p. 86).



Figura 16 - Moradores de bairros SAAL em manifestação.

Em resposta à publicação do citado despacho foi emitida uma Moção de Repúdio pela Inter-Associações de Moradores dos Bairros de Lata dos Arredores de Lisboa, Lisboa, Setúbal e Porto (ver Anexos), assim como outros comunicados a demonstrar a sua indignação e, no início do mês de Novembro, começaram a organizar-se diversas manifestações. (Bandeirinha, 2007, p. 212-213)

A agravar toda a situação que a publicação do despacho tinha gerado, o SAAL era também acusado de “(...) peculato <sup>12</sup> (...) de esbanjamento de dinheiros públicos (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 213) e como, por essa altura, se começavam a materializar os projetos das habitações, era também a arquitetura dos mesmos que se tinha tornado alvo de ataques dos difamadores políticos, que tinham o processo como um alvo a abater.

A meio de Novembro, realizava-se mais uma manifestação, em ambiente de revolta e de protesto contra a extinção do processo - “(...) organizados por bairros, os manifestantes

<sup>12</sup> Peculato: “(...) [Jurídico, Jurisprudência] Crime que consiste no desvio ou no roubo de dinheiros públicos por quem os tinha a seu cargo. (...)” (Porto Editora, s.d.)

representavam as organizações de moradores de Lisboa, arredores, Setúbal e Coimbra-deslocaram-se desde o Terreiro do Paço até ao MHUC <sup>13</sup>. Aí chegados, foi uma delegação tentar, em vão, que alguém os recebesse (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 215). Transparecia uma indefinição em relação à continuação do processo - os trabalhadores eram deslocados para outros serviços e as brigadas volantes que apoiavam as equipas técnicas de apoio local encontravam-se agora impedidas de o fazer – a flexibilidade, que o “(...) ‘desprendimento’ institucional (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 216) acarretava, fora outrora uma das mais valias do processo, mas era agora um dos principais argumentos para o seu fim e para a impossibilidade de um retorno. (Bandeirinha, 2007, p. 215-216).



Figura 17 - Membros da Intercomissões de Moradores dos Bairros de Lata de Lisboa, Arredores e Setúbal, durante uma manifestação em Lisboa pelo direito a casas.

No último mês do ano de 1976, o Ministro da Habitação anunciava a atribuição de 1 milhão e meio de contos às autarquias para investirem em programas de habitação social. Com isto, negava também, a “(...) intenção de pôr termo ao programa, preferindo antes falar em correção ‘dos desvios verificados’ (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 216), e apontavam esse desvio como sendo a escolha discriminada de populações, as ações passarem-se nos grandes centros urbanos, logo, o abandono das populações rurais, e algo que apelidavam como “(...) espírito de sacerdócio de alguns agentes (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 216), considerando-os mal preparados e demasiadamente “(...) auto-bem remunerados para o serviço prestado, acumulando com outras ocupações, em profissão liberal (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 216).

<sup>13</sup> MHUC - Acrónimo de “Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção”

No entanto, era perceptível que o principal problema que existia, da parte das Câmaras em relação ao SAAL, dizia respeito às divergências em relação ao “(...) potencial valor fundiário dos solos (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 217) - as populações deveriam ser recolocadas nas periferias e os terrenos poderiam assim contribuir para a estimulação do mercado especulativo – sendo o SAAL uma ameaça para esse ciclo. O processo tinha os “(...) seus objectivos definitivamente comprometid(os) por decisão política (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 218), restava então o empenho das populações e a sua capacidade de insistência para se terminar o que se tinha começado.

Anos depois, foram também diversas as opiniões, de alguns dos arquitetos que participaram no processo, quando em 2008 foram entrevistados pela revista “Arquitetura e Construção” acerca da falência do programa. O programa seguiu diferentes rumos, conforme a zona em que estava a ser implantado, até porque questões como a localização em que os bairros iam ser construídos levantavam problemas diferentes – enquanto que no Porto as operações ocorriam em “(...) plena cidade, com o objectivo da consolidação do tecido urbano (...)” (Lima, 2011, p. 85), em Lisboa, Setúbal e Algarve, as operações ocorriam mais periféricamente, com o objetivo de “(...) criar novos bairros, para acolher as pessoas dos chamados bairros de lata (...)” (Lima, 2011, p. 85).

O SAAL termina, em parte, porque começa a deixar de ser discutido o bairro e começa a discutir-se a cidade. As populações começaram a ter uma posição demasiado marcante na cidade. (Dias, 2007, 01:27:30) Quando o processo estava a evoluir crescentemente, desmoronou-se, em grande parte por causa de opções políticas e ideológicas. Como nos explica o arquiteto Ricardo Santos, citando um outro arquiteto – Alexandre Alves Costa – o processo SAAL “(...) foi casa a casa, rua a rua, bairro a bairro, ia-se resolvendo do particular para o geral, mas quando se chega à ideia de cidade já se está a mexer com muita coisa (...)” (Santos, 2023, citado por Pires, 2023).

## 2.5. Conclusões finais

Na entrevista do arquiteto Ricardo Santos ao jornal “A Mensagem”, este faz uma constatação relevante, quando refere a coincidência que se observa ao sobrepor a planta do SAAL-Lisboa e a planta dos BIP/ZIP. Estas zonas, ainda que centrais, continuam a ser tratadas como periferias pelo Estado, isto é “ (...) a muitos destes lugares ainda hoje não chegou a cidade consolidada (...), o centro da cidade consolidada não se alargou verdadeiramente (...)” (Santos, 2023, citado por Pires, 2023). Santos (2023) refere os exemplos específicos de bairros como as Olaíais (onde se inclui o Bairro Portugal Novo, anteriormente chamado Quinta do Bacalhau-Monte Coxo) ou a Curraleira, explicando que se sentem diferenças, algo que ficou aquém nesses territórios - quase como se saíssemos de uma cidade e entrássemos noutra – no entanto, sublinha a nostalgia que “(...) muitos dos moradores destes bairros têm em relação ao tempo das barracas (...)” (Santos, 2023, citado por Pires, 2023).



Figura 18 - Parte das barracas do núcleo habitacional do Monte Coxo. Em plano de fundo o Bairro Portugal Novo em construção.

Esse sentimento advém do facto de, ainda que em situações como estas possa existir falta de capital financeiro, existe outro tipo de capital, o capital sentimental. As comunidades têm “(...) mais poesia e qualidade de vida de bairro na Cova da Moura, com todos os seus defeitos e fragilidades, do que num condomínio fechado (...)” (Bagulho, 2023, citado por Pires, 2023), a relevância do dinheiro é limitada e não tem em si todas soluções, estas estão em “(...) integrar as pessoas desde a génese da transformação e contar com o trabalho do arquiteto, ofício que sendo obrigado a escutar transversalmente toda a sociedade, do pedreiro ao detentor do capital, está naturalmente armado para trabalhar com todos (...)” (Bagulho, 2023, citado por Pires, 2023). Esta capacidade deve ser aliada à participação ativa dos moradores, tal como ao desvio de uma atitude de superioridade – de que se possui o conhecimento exato do que uma população precisa, o que merece, e como o executar - para que daí resultem soluções mais adequadas e duradouras. Contrário a isso, foi o que aconteceu noutras operações mais controladas pelo estado e menos participadas, a habitação foi vista “(...) como uma mercadoria (...)” (Alves, 2023, citado por Pires, 2023), tendo estas sido abandonadas e os locais arruinados.

## Capítulo 3

# Bairro Portugal Novo – um bairro com génese no processo SAAL

(Sara Correia – “Chelas”; álbum: “Liberdade”, 2023)

(Dino d’Santiago – “Esquinas”; álbum: “Badiu”, 2021)

### 3.1. Formação do bairro Portugal Novo – enquadramento histórico

A Quinta do Bacalhau-Monte Coxo era um lugar “(...) composto por um bairro de lata, uma rua e uma zona rural, fora da cidade consolidada (...)”<sup>14</sup>, num terreno que, já antes da revolução, estava para vir a ser urbanizado<sup>15</sup>.

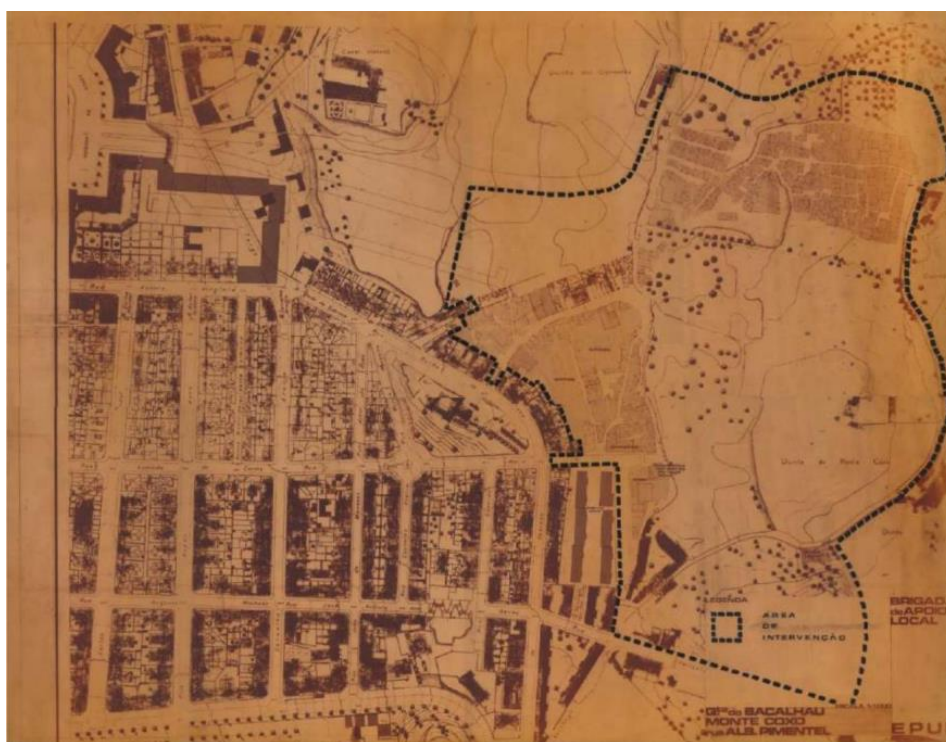


Figura 19 - Planta da área de intervenção SAAL da Quinta do Bacalhau, Monte Coxo e Rua Alberto Pimentel, no início da década de 1970.

---

<sup>14</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) composed of a shantytown, a street and a countryside area, outside the consolidated city (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 65).

<sup>15</sup> Como podemos comprovar pelo selo da EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa), presente no canto inferior direito da planta da fig. 19.

O projeto do bairro Portugal Novo tinha como objetivo resolver uma questão simples, uma comunidade com a ambição de habitações com condições dignas, despojadas do estigma da habitação para a população desfavorecida.

A Cooperativa de Habitação Económica Portugal Novo (CHE Portugal Novo) foi oficialmente criada a 2 de Outubro de 1974 e, inicialmente, o intuito era acolher os habitantes dos bairros de barracas da Quinta do Bacalhau, Monte Coxo e Rua Alberto Pimentel. Como costumava acontecer nas intervenções SAAL, foi feito um levantamento para contabilizar quantas famílias precisavam de alojamento e outras questões socioeconómicas.



Figura 20 - Rua Alberto Pimentel (Junho de 1975).

O local escolhido para a construção era, naquela época, um sítio “(...) muito rural, quase bucólico (...)” <sup>16</sup>, uma zona privilegiada, com, a apenas alguns metros de distância, a cidade consolidada, formal e urbanizada.

---

<sup>16</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) very rural place, almost bucolic (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 67).



283 LISBOA — Praça do Areeiro

Figura 21 - Vista para a Praça do Areeiro (década de 1950).

O bairro foi construído numa, praticamente, exata margem da cidade com zonas rurais (fig. ), à esquerda a cidade estabelecida acontece e à direita podemos observar o projeto do bairro nas que antes eram zonas não urbanizadas.



Figura 22 - Planta de localização do projeto (do arq. Manuel Vicente) do bairro da CHE Portugal Novo.

Inicialmente o projeto previa cinco blocos de edifícios para habitação e uma área para instalações escolares e desportivas. A implantação dos quarteirões exibia uma “(...) grande riqueza composicional (...)”<sup>17</sup>, onde as vias externas se articulavam com uma rua interior, que distribuía a sequência de pátios. Os blocos que apresentam um desalinhamento entre si, uma assimetria e irregularidade, acabam por desafiar “(...) a ordem e a simplicidade (...)”<sup>18</sup>.

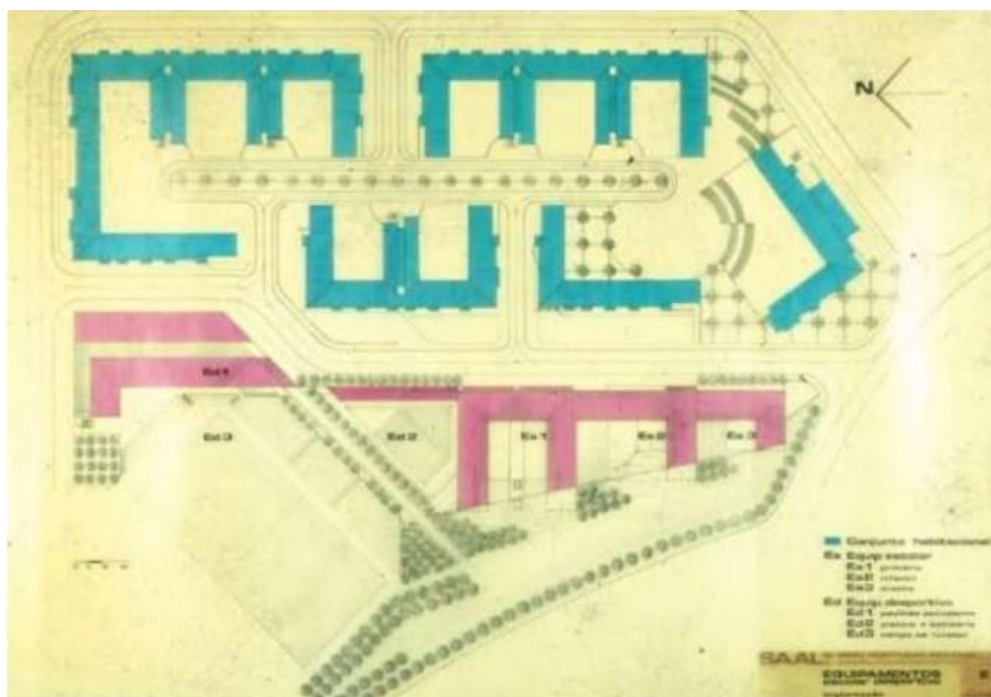


Figura 23 - Planta de implantação, a azul os edifícios de habitação e a rosa os dos equipamentos (1974).

Do projeto inicial para alojar 350 famílias, foram construídas 221 habitações com tipologias variadas e para famílias de diferentes dimensões.

Os blocos de edifícios foram desenhados com a intenção de que estes estivessem interligados através das galerias exteriores – que, por sua vez, dariam acesso a cada uma das habitações - e das escadas, mas também “(...) cuidadosamente trabalhados, atendendo às diferentes dimensões e relações, e não apenas em busca de códigos arquitetónicos simplistas (...)”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) great compositional richness (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 69).

<sup>18</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) order and simplicity (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 69).

<sup>19</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) carefully worked, minding the different dimensions and relations, and not just the pursuit of simplistic architectural codes (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 69).

Na altura, o arquiteto Manuel Vicente, responsável pelo projeto do bairro, achou, assim como os moradores, que devia ter uma atitude de imposição da igualdade e, por isso, decidiu que não deviam ser construídas casas para pobres, “(...) justificações de índole sociológica (...), os moradores dos bairros de barracas ambicionavam os modelos dos quarteirões ricos da cidade pavimentada (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 242). Por outro lado, os arquitetos percebiam que estavam a contribuir para a consolidação, ainda que pontual, “(...) da periferia da cidade e sabiam que as tipologias volumetricamente mais compactas cumpriam esse papel com maior eficácia (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 242).

Assim sendo, a equipa de projeto, optou pela opção que oferecia a “(...) ideia de progressão territorial (...)” (Bandeirinha, 2007, p. 242), que existia no centro das cidades consolidadas - projetaram prédios com cinco andares (sem contabilizar o piso térreo) com duplex no último andar, fazendo com que os edifícios tivessem uma dimensão marcada <sup>20</sup> - a escala de intervenção que oferecia mais corpulência. (Bandeirinha, 2007, p. 242) Foi também projetado o espaço urbano circundante, infraestruturas e equipamentos, que levou a que o bairro se tornasse comparável à urbanização das Olaias – “(...) a grande obra da classe média que estava no fundo do quadro (...)” <sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> “(...) A observação sobre a dimensão marcante dos blocos pode, hoje, parecer enigmática ou anacrónica. Contudo, não esqueçamos que muitas das intervenções do SAAL em todo o país foram fileiras de casas com apenas um ou dois pisos. Este não foi o caso do bairro Novo Portugal, como podemos verificar comparando alguns casos. (...)” (Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) The remark about the striking dimension of the blocks may, today, seem enigmatic or anachronic. However, let’s not forget that many of the SAAL interventions all over the country were rows of houses with one or two floors only. This was not the case in New Portugal neighbourhood, as we can see by comparing a few cases. (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 72).

<sup>21</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) this middle-class great endeavour on the background of the picture (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 70).

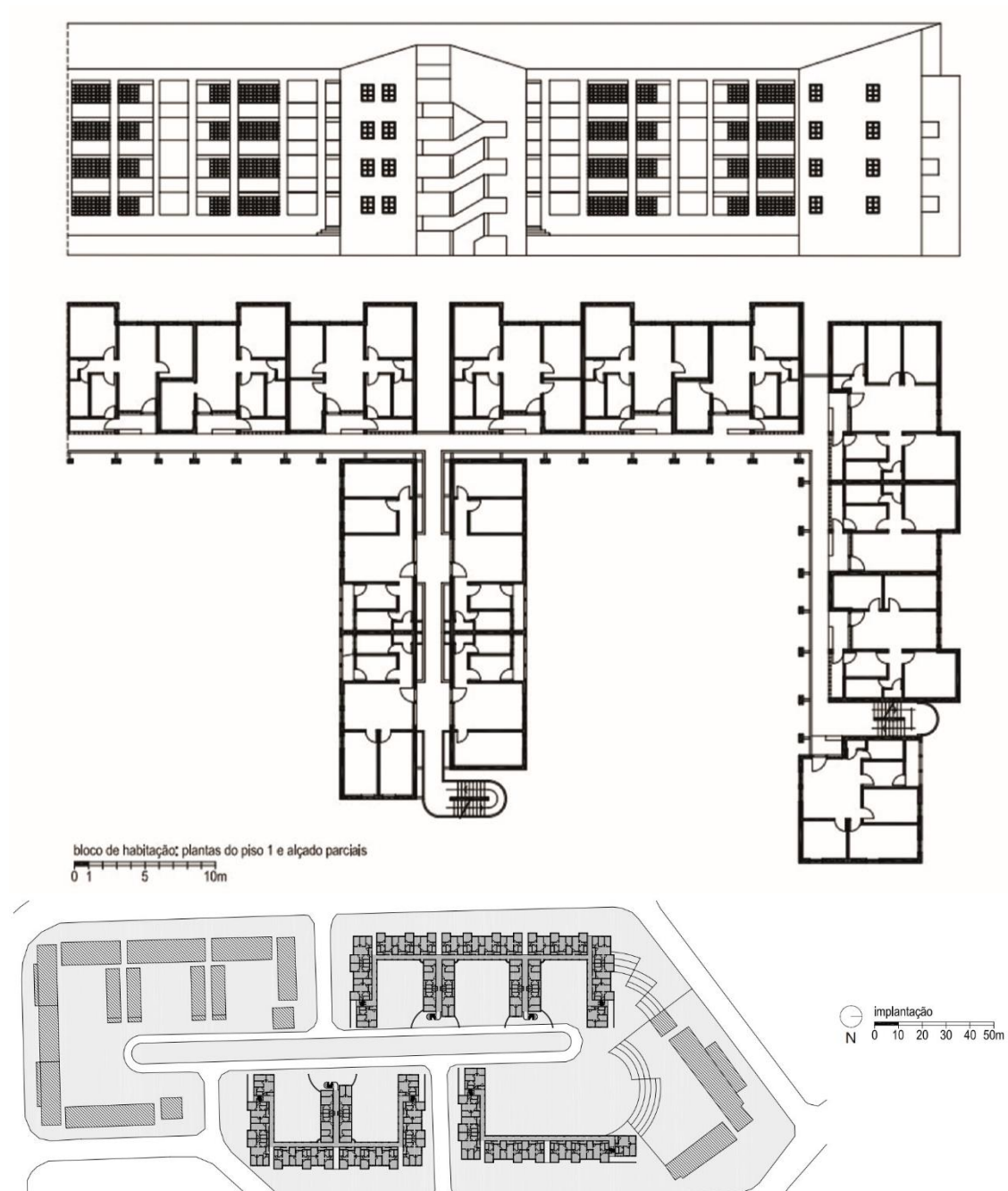


Figura 24 - Alçados e plantas do projeto inicial do bairro Portugal Novo.

Depois de elaborado o projeto de arquitetura, em 1977 começaria a construção e, em 1984, a primeira fase do projeto estava concluída, com 221 fogos completamente contruídos e habitados.

Tendo o SAAL sido um marco histórico na arquitetura portuguesa, o bairro viria a ser um dos bairros SAAL mais citados em publicações, revistas nacionais e internacionais<sup>22</sup> e em livro<sup>23</sup>. (Bandeirinha, 2007, p. 221, 224 e 234)



Figura 25 - Fotos do bairro Portugal Novo em construção (1983).

---

<sup>22</sup> A revista francesa “L’Architecture d’Aujourd’hui” publicava um dossier sobre Portugal na edição de Maio e Junho, equadrado pelos contextos sociais e políticos, o tema de destaque era o SAAL, e uma das sete operações referidas era a Quinta do Bacalhau-Monte Coxo, o mesmo aconteceu na italiana “Casabella”, na edição de Novembro de 1976.

<sup>23</sup> Paula de Oliveira, Francesco Marconi; Política e Progetto Un’esperienza di base in Portogallo,; Milão, Feltrinelli, 1977.

Atualmente, localizado entre edifícios de “(...) grandes dimensões e descaracterizados que o minimizam (...)” <sup>24</sup>, que fazem parte de uma zona nobre da cidade de Lisboa, o bairro está atualmente a necessitar de obras de manutenção (há, por exemplo, locais onde o aço das armaduras do betão começa a ser visível) e do reconhecimento do “(...) direito ao lugar das pessoas que nele vivem, reivindicado pelo processo SAAL (...)” <sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) bigger and uncharacterized buildings that minimize it (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 72).

<sup>25</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) the right to the place for the people that live in it that the SAAL process claimed for (...)” (Silva & Almeida, 2021, p. 73).

### 3.2. Atualidade - Contextualização social, habitacional e do edificado do bairro



Figura 26 - Bairro Portugal Novo (a azul) e Bairro das Olaias, gerido pela Gebalis (a amarelo).

Ao redor do bairro de gênese cooperativa (a azul na imagem nº 26), no final dos anos 90 foram construídos mais edifícios de habitação social (a propósito dos programas de realojamento PIMP<sup>26</sup> e PER<sup>27</sup>) (a amarelo na imagem nº 26), estes, por sua vez, têm a sua gestão e manutenção

<sup>26</sup> PIMP (Plano de Intervenção a Médio Prazo) – O programa de realojamento surge em 1987 o “(...) no âmbito de um quadro de investimentos sujeitos ao regime de coordenação e cooperação entre Estado e Autarquias, definindo as linhas de colaboração em matéria de investimento e promoção de habitação social. A promoção de habitação social para erradicação de barracas implicava o realojamento das famílias mediante um planeamento a médio prazo e baseava-se no levantamento prévio exaustivo das situações existentes de real carência habitacional.” (Costa & Subtil, 2013) “(...) visava o realojamento de indivíduos que se encontravam a residir em terrenos destinados à construção de infraestruturas rodoviárias, como a CRIL e o Eixo Norte-Sul, e deu origem a alguns dos maiores bairros sociais da capital, como o Bairro Padre Cruz ou Chelas.” (Rodrigues, 2013)

<sup>27</sup> Em 1993 surge o “PER que corresponde à sigla Programa Especial de Realojamento. Trata-se de uma política comunitária, que tem por objetivo concretizar com celeridade realojamentos em habitações condignas das famílias que vivem em barracas. Possibilita aos municípios a promoção da construção dos fogos necessários ou o procedimento à aquisição de habitações existentes no mercado, desde que os preços se enquadrem dentro de determinados valores. O programa prevê também a possibilidade da concessão de participações ao preço de aquisição de habitações pelas famílias a realojar, permitindo ou facilitando a sua integração na sociedade. Através deste programa, existe um leque de soluções para que o mercado possa responder rapidamente na concretização dos realojamentos, garantindo simultaneamente uma melhor inserção das famílias a realojar nos tecidos urbanos. Em alguns casos, também se prevê a possibilidade de retorno das famílias às suas terras de origem ou a outros locais onde possuam uma casa que possa ser reabilitada. O Programa Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto foi lançado

regularizadas dado que são geridos pela Gebalis, que faz a gestão do arrendamento da habitação municipal em Lisboa.



Figura 27 - À esquerda, os edifícios do bairro construídos a propósito dos programas PIMP e PER (bairro das Olaias, gerido pela Gebalis), e à direita os edifícios do processo SAAL, o bairro Portugal Novo.

---

pelo Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio, quando a problemática da habitação social atingiu um impacto mediático considerável. Ao abrigo do PER, na Área Metropolitana de Lisboa, foram já contratualizados mais de 33 mil fogos.” (Porto Editora, s.d.)



Figura 28 - Espaços exteriores nucleares, assinalados a azul os do Bairro Portugal Novo, a amarelo os do Bairro das Olaias.

Apesar de os edifícios construídos no final dos anos 90 e os construídos no âmbito do projeto SAAL serem visualmente distintos, a sua métrica e forma em planta são semelhantes. No bairro SAAL existem, para cada bloco de edifícios, espaços exteriores centrais virados para o eixo que divide o bairro ao meio. Contudo, no bairro da Gebalis são completamente anuladas as



Figura 29 - Um dos espaços exteriores, “nichos”, este dos edifícios a Este (assinalados no mapa anterior a azul).

intenções de espaços exteriores centrais, uma vez que a forma dos edifícios se mantém, mas espelhados em relação ao eixo nuclear, logo esses espaços exteriores ficam direcionados para o exterior do bairro.



Figura 31 - Espaço exterior (assinalados no mapa anterior a amarelo).



Figura 30 - Edifícios da fase de construção do projeto SAAL (em primeiro plano) e o bairro das Olaias, contruído posteriormente, ao fundo (em segundo plano).

Assim como os edifícios são distintos, também as dinâmicas de arrendamento e propriedade entre ambos. As habitações construídas mais tarde têm a gestão da Gebalis, enquanto que as habitações dos edifícios SAAL continuam sem nenhuma gestão camarária, privada, ou por parte de alguma associação e as “chaves”<sup>28</sup> das habitações vão sendo vendidas de proprietário para proprietário. O facto de não haver um proprietário assumido do conjunto de edifícios levou a que cada pessoa fosse fazendo vários tipos de manutenções ou obras conforme as suas necessidades, o que naturalmente levou a que haja alterações significativas no interior das habitações, nas fachadas e até nos espaços comuns.

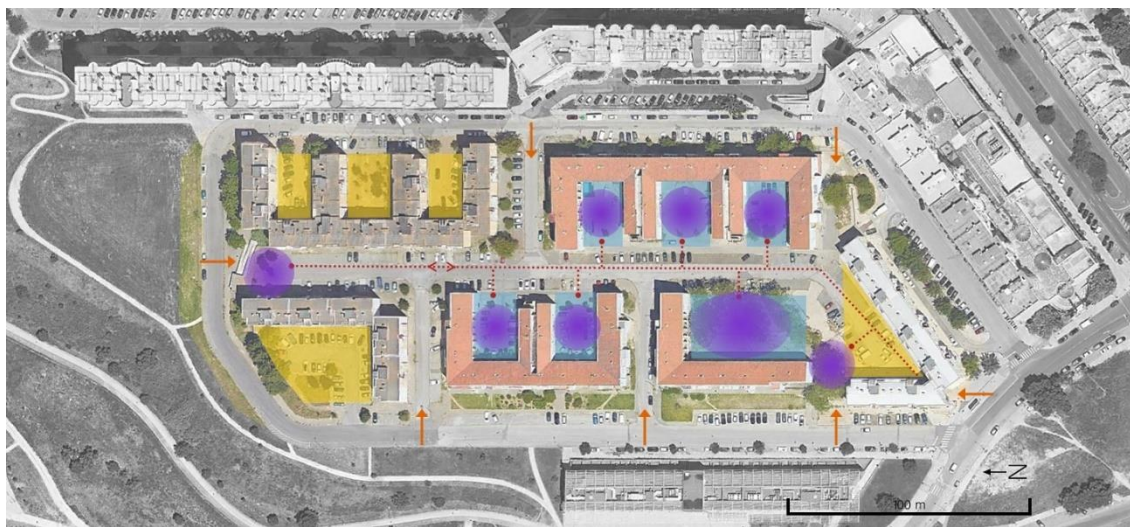





Figura 32 – Usos dos espaços exteriores e públicos (mais utilizados – roxo) e dinâmicas de entradas (setas a cor-de-laranja), de circulação e de movimentos pedestres (linha vermelha).

	<p>Percursos feitos mais usualmente pelos moradores</p>
	<p>Pontos de entrada para o bairro</p>
	<p>Espaços usados mais frequentemente pelos moradores</p>

<sup>28</sup> Visto que legalmente não há um proprietário das habitações do bairro SAAL, os moradores foram fazendo, autonomamente, as obras e reabilitações possíveis dentro do seu conhecimento e orçamento. Consequentemente, quando, por qualquer razão, mudam de habitação vendem a “chave”, ou seja, a propriedade da habitação, a um comprador. Ainda que estas transações sejam a preços bem mais baixos comparativamente aos que se praticam naquela zona, desta forma conseguiram fazer com que as casas cumpram o seu propósito – ser uma habitação para alguém - e que não fiquem desocupadas, sujeitas ao degredo.

No entanto, os edifícios construídos nas duas diferentes fases temporais, funcionam como um só bairro, com dinâmicas conjuntas e normalmente, são até, identificados pelos moradores, vizinhos, habitantes da cidade, como pertencendo ao mesmo bairro <sup>29</sup>.

Os espaços mais utilizados dentro do bairro são esses espaços centrais (“nichos”) que existem entre os blocos de edifícios e, como podemos observar, os mais utilizados são os que se direcionam para o centro do bairro.

Na forma oval a roxo, assinalo o campo de jogos, e no círculo roxo imediatamente à sua direita, uma roulotte de comida e bebidas onde se juntam moradores do bairro. O círculo mais à esquerda serve também como espaço de jogos e de brincadeiras (provavelmente devido à proximidade com o gabinete da Junta de Freguesia do Areeiro, onde algumas crianças costumam frequentar “tempos livres”), os restantes espaços intersticiais são utilizados para todos os usos mencionados anteriormente, mas também para convívio de crianças e adultos. As setas a laranja assinalam os diversos pontos de entrada para o bairro.



Figura 33 -Um dos espaços exteriores, “nichos”, este dos edifícios a Oeste.

---

<sup>29</sup> Por essa mesma razão, daqui em diante, ao longo desta dissertação, quando me refiro ao bairro (no presente), estou a referir-me a ambas as partes do bairro.



Figura 34 – Campo de jogos (forma oval assinalada no mapa a roxo).



Figura 35 - Espaço, mais a Norte (assinalado no mapa a roxo) onde as crianças brincam e jogam.



Figura 36 - A entrada mais a sul do bairro (a passagem pode não ser clara - subindo as escadas, que vemos na imagem, viramos à direita e entramos no bairro).



Figura 37 – Uma das ruas, a oeste, por onde se pode aceder ao bairro.

Atualmente, o bairro tem cerca de 1400 habitantes, sendo que 60% habitam no Bairro Portugal Novo, dentre os quais podemos encontrar, maioritariamente, comunidades de hindus de Moçambique <sup>30</sup>, cabo-verdianos, portugueses ciganos e caucasianos.

O panorama socioeconómico não é o melhor, como se pode observar pelos níveis de baixa escolaridade e desemprego elevados, a par com os de atribuição de RSI e subsídios. A juntar aos anteriores, o abandono, o absentismo, o insucesso escolar e a desocupação juvenil são também elevados. Do total de habitantes, 1/3 da população é jovem ou tem mais de 65 anos e apresenta-se socialmente fragilizado. (Equipa dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) da Câmara Municipal de Lisboa, 2019)



Figura 38 - Fachada Oeste do bairro, localizada atrás do edifício dos Serviços Sociais da CML.

Com base na análise das estatísticas apresentadas anteriormente, era de prever que como acontece noutros bairros, os níveis de conflitos e incidentes criminais fossem também eles elevados, mas não é isso que acontece - os valores estatísticos são indicativos e possuem esse mesmo valor, não podendo ser retiradas conclusões, apenas, com base nos mesmos. Dentro do bairro há conflitos pontuais e os incidentes criminais registados pela esquadra da Psp, que se

---

<sup>30</sup> Esta comunidade Hindu desenvolveu-se em Portugal como resultado da descolonização de Moçambique, a partir de 1975. Os seus membros são, na sua maioria, oriundos de Moçambique e alguns do Estado de Gujarat.

encontra no bairro, são reduzidos. Ainda assim foi suficiente para, ao ser noticiado nos meios de comunicação, ter marcado negativamente a percepção do bairro, aguçando as ideias predefinidas e preconcebidas a que se associa um bairro social.

As atividades recreativas, instrutivas ou culturais são na sua maioria organizadas e dinamizadas pela Associação de Moradores Paz Amizade e Cores (AMPAC) do Bairro Portugal Novo. A associação, formada para melhorar as condições de vida e promover a coesão social entre os vários moradores do bairro, trabalha diretamente com a comunidade do bairro valorizando a interculturalidade existente, com o objetivo de a enriquecer mas também de inverter a ideia negativa adjacente ao bairro e à sua comunidade.

### 3.3. Contexto imobiliário e económico-financeiro

Semelhante ao que acontecia em São Paulo, Brasil, no final da década de 90, em que habitantes de classe alta viviam “(...) em regiões centrais e bem equipadas, mas também em novos enclaves fechados em regiões precárias e distantes, perto dos mais pobres (...)”, onde as “(...) distâncias físicas que costumavam separar diferentes grupos sociais podem ter encolhido, mas cujos muros cercando propriedades são mais altos e os sistemas de vigilância, mais ostensivos.” (Caldeira, 2000, p. 94) Até aos mais pobres não terem mais poder de compra nesses territórios e



Figura 39 - Imagem do filme “Boyz n the Hood” (1991) retirado do vídeo “Ficção Imobiliária” do Coletivo Left Hand Rotation (2014).

acabarem por ser expulsos para territórios menos interessantes economicamente. “De facto, a segregação e o processo de ostensiva separação social cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar o seu reconhecimento como cidadãos, com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade.” (Caldeira, 2000, p. 96)



Figura 40 - Imagens do filme “Tower Block” (2012) retirado do vídeo “Ficção Imobiliária” do Coletivo Left Hand Rotation (2014).

Nesta zona de Lisboa (o bairro das Olaias, mas no geral toda a zona das freguesias do Areeiro, Marvila, Beato, ...) o mercado imobiliário encontra-se em expansão, o preço do m<sup>2</sup> ronda

os 4000€ e, com o crescimento da cidade, tornou-se numa zona bastante central com bons acessos e rede de transportes, procurada pela classe média-alta para habitar, tornando-se numa zona apetecível para o mercado imobiliário mas também para a especulação imobiliária <sup>31</sup>, tanto pelas razões apresentadas anteriormente como pela atual escassez de terrenos na zona e em toda a cidade de Lisboa.

Tem também sido constante o contínuo incentivo político ao negócio e à especulação imobiliária e a negligência do governo e da autarquia relativamente à atribuição de habitações e a despejos, sem soluções que visem o cumprimento do direito fundamental à habitação.



Figura 41 - Imagens do filme “Le mani sulla città” (1963) retirado do vídeo “Ficção Imobiliária” do Coletivo Left Hand Rotation (2014).

Assim sendo, desse ponto de vista e analisando a situação de uma perspetiva meramente financeira, este é um território que em nada beneficia pela existência de um bairro social naquela localização, porque para além da sua existência poder prejudicar o valor dos imóveis já existentes, os terrenos em que o bairro está implantado têm interesse económico relevante.

---

<sup>31</sup> “A especulação imobiliária é o ato de investir em bens imóveis – como casas, edifícios, salas comerciais ou terrenos – esperando obter lucros acima da média dos demais investimentos com a sua venda ou aluguer num momento futuro. O lucro obtido com a especulação imobiliária não é decorrente de investimentos feitos pelo proprietário no seu imóvel ou do uso que lhe é dado, mas sim de um aumento nos preços do solo urbano.” (Dicionário Financeiro, s.d.)

## Capítulo 4

# Habitabilidade, habitação e habitat

(Emile Mosseri – “*They Lost The House?*”; álbum: “*The Last Black Man in San Francisco (Original Motion Picture Soundtrack)*”, 2019.)

(Emile Mosseri – “*Rock Fight*”; álbum: “*The Last Black Man in San Francisco (Original Motion Picture Soundtrack)*”, 2019.)

“*Lei n.º 83/2019*

*de 3 de setembro*

(...)

*Artigo 7.º*

*Direito à habitação*

*1 – Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”*

Para analisar o conceito de habitabilidade, e dada a extensão do tema, consideremos uma cidade tradicional, de escala intermédia, “(...) esta escala é a mais interessante e realista porque permite avançar, com alguma prudência, da escala de conjunto ou bairro residencial para o nível físico superior, para o das grandes áreas urbanas (...)” (Cabrita, 2007), compreendendo logo à partida que as cidades precisam de novas dinâmicas, melhor qualidade de vida e que estas devem ser desenvolvidas na direção de uma maior habitabilidade. (Cabrita, 2007)

Assim para entender o conceito de habitabilidade começamos por entender o que é o contrário, inabitabilidade. Para se considerar negativamente uma cidade, as referências são frequentemente de “(...) natureza ambiental, em sentido restrito, ou social, ou urbanística (...)” (Cabrita, 2007); ambientalmente considera-se a poluição num sentido lato, a falta de água potável ou a ausência de espaços e elementos naturais; socialmente, a exclusão social, a insegurança pública, a perda de referências culturais ou societárias, escassez de emprego; urbanisticamente consideram-se as casas vazias, a carência de equipamentos e serviços coletivos, espaços públicos negligenciados e/ou desconfortáveis.

Paralelo ao conceito de habitabilidade, consideramos também outros, tais como o de humanização e o de sustentabilidade, sendo que a “(...) opção pelo conceito de habitabilidade resulta de se privilegiar uma abordagem mais disciplinar da arquitetura e urbanismo (...)”. (Cabrita, 2007) Paralelamente a estes podemos considerar também os conceitos de qualidade de vida urbana, de cidadania plena ou tão simplesmente, o de felicidade. Para considerar a habitabilidade, Reis Cabrita (2007) explica que foram usados os “(...) os conceitos e instrumentos analíticos para a microescala urbana, com os quais [têm] (...) trabalhado no LNEC e que incidem

no que se designou de Qualidade Arquitectónica Residencial (QUAR) <sup>32</sup> (...)” (Cabrita, 2007) desde a escala da habitação até à do bairro; estudos de socioecologia urbana residencial com vista à satisfação dos habitantes e políticas sócio urbanísticas de coesão, solidariedade e governância. Através destes conceitos procurar-se-á “(...) identificar a qualidade urbana e, mais concretamente, a habitabilidade de uma grande área citadina que reúna nela zonas com diferente grau de residencialidade e zonas mistas que incluam equipamentos de maior escala e atividades típicas de centralidade urbana.” (Cabrita, 2007)

Resumidamente, devem ser tidas em conta a qualidade habitacional, a nível urbano nas suas dimensões físicas (perspetivas arquitetónico-urbanísticas), socioculturais (perspetiva integradora das ciências humanas: ecologia social e as da sustentabilidade social), ambientais (perspetiva da segurança, da ecologia e do conforto ambientais) e económicas (perspetiva da sustentabilidade económica e socioeconómica); a formulação exigencial da qualidade da habitação aplicando nos “(...) edifícios e conjuntos habitacionais e utilizando especificações que os qualificam e quantificam, seja a segurança, o conforto, o uso, o aspeto e a economia.” (Cabrita, 2007); a formulação da qualidade do espaço público, especialmente relevante, e de onde se entendem as exigências de segurança (estruturais, incêndio, intrusão, uso normal), de habitabilidade (estanhidade, salubridade/higiene, conforto térmico, conforto acústico, conforto visual, conforto tátil e mecânico), de uso, de economia/durabilidade e de aspeto; a Avaliação da satisfação dos moradores. Por último, a já referida anteriormente, Qualidade Arquitectónica Residencial (QUAR) - “(...) fatores mais qualitativos e com um leque de objetivos muito mais alargado e, portanto, (...) complementares dos indicadores exigências e das especificações técnicas mais objetivas (...)” referidos anteriormente, foram formulados mais clara e objetivamente para “(...) abarcarem não só os edifícios mas também a pequena escala urbana residencial.” (Cabrita, 2007)

Enumeram-se então os objetivos e respetivos fatores da QUAR:

“(...)

A - Objetivos de RELAÇÃO e de CONTACTO

Fatores: Acessibilidade; Comunicabilidade; Espaciosidade

B – Objetivos de CARACTERIZAÇÃO e de ADEQUAÇÃO

Fatores: Espaciosidade; Capacidade; Funcionalidade

C – Objetivo de CONFORTO

Fatores: Agradabilidade (inclui o conforto ambiental); Durabilidade; Segurança

D – Objetivos de INTERAÇÃO SOCIAL e de EXPRESSÃO INDIVIDUAL

Fatores: Convivialidade; Privacidade

---

<sup>32</sup> COELHO, António Baptista - “Qualidade Arquitectónica Residencial – Rumos e factores de análise”, Lisboa, LNEC, 2000; teve a sua génese numa tese de doutoramento.

E – Objetivos de PARTICIPAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO e REGULAÇÃO

Fatores: Adaptabilidade; Apropriação

F – Objetivos de ASPETO e de COERÊNCIA ESPACIAL E AMBIENTAL

Fatores de: Atratividade; Domesticidade; Integração

(...)” (Cabrita, 2007)

Estes fatores foram testados pelos autores em várias escalas urbanas e em ambientes essencialmente residenciais.

Sublinho a especial relevância dos últimos três objetivos e fatores para o tema que trata a presente dissertação. São, os anteriores pontos, também associáveis ao ponto 2 do artigo 14º da Lei n.º 83/2019 de 3 de Setembro, “(...) A garantia do direito à habitação compreende a existência de um habitat que assegure condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais.(...)”

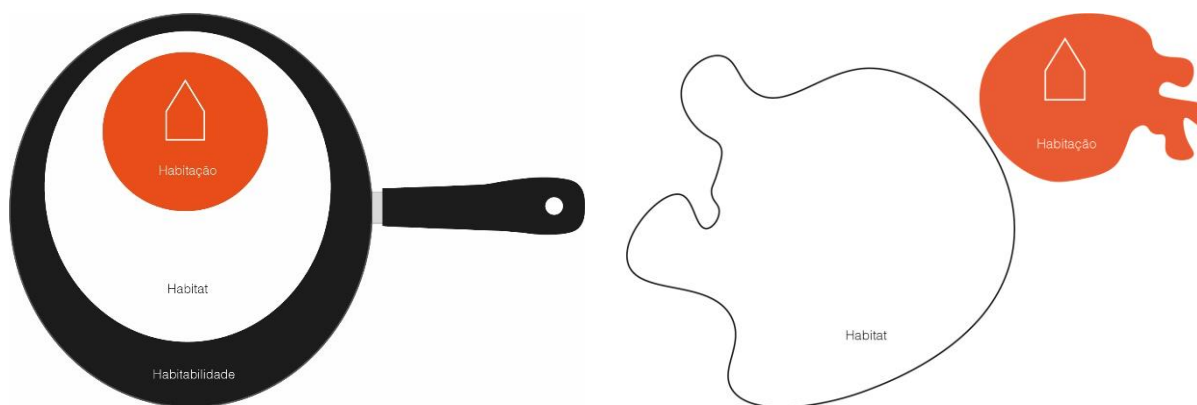


Figura 42 – O conceito de habitação relaciona-se, e de certo modo está abrangido, pelo de habitat, quando entendemos que a habitação se compreende pelo local/estrutura onde o indivíduo desenvolve a sua vivência abrigado, devendo ser à sua medida e semelhança; o habitat é também o entorno da habitação (=unidade habitacional), que de certo modo dialoga com esta, mas que prima por ser onde se estabelecem as relações de comunidade, de uso de equipamentos de utilização pública. A habitabilidade traz a coesão necessária para que estas relações aconteçam - as condições sociais, ambientais e urbanísticas – de certa forma, a harmonia que as cimenta. Com esta imagem e de um ponto de vista alegórico, a autora da presente dissertação, pretende transmitir exatamente isso, sem a habitabilidade, o ovo não é um ovo estrelado, a estabilidade e coesão que a frigideira confere a um ovo, deixa de existir.

Os pontos abordados anteriormente, os objetivos e fatores apontados imediatamente antes desses, relacionam-se também com o que entendemos no senso comum, e não só, por habitat <sup>33</sup> e habitação <sup>34</sup>.

Na lei de bases da habitação enuncia-se o que aos olhos legais se entende por habitat, relaciona este conceito com o de habitação e consegue perceber-se como estes estão inter-relacionados:

“Lei n.º 83/2019

de 3 de setembro

(...)

Artigo 14.º

Habitat

1 — Entende-se por habitat, para efeitos da presente lei, o contexto territorial e social exterior à habitação em que esta se encontra inserida, nomeadamente no que diz respeito ao espaço envolvente, às infraestruturas e equipamentos coletivos, bem como ao acesso a serviços públicos essenciais e às redes de transportes e comunicações.

(...)

4 — A valorização do habitat urbano compreende:

- a) A existência de equipamentos de apoio à infância, de ensino pré-escolar e obrigatório, de saúde, de apoio aos idosos e a pessoas com deficiência;
- b) A qualificação do espaço público;
- c) A salvaguarda da qualidade ambiental e a proteção adequada contra riscos ambientais, naturais ou antrópicos;
- d) A manutenção de condições de calma e tranquilidade públicas.

(...)”

Podemos então concluir que os conceitos de habitat e habitação mencionados na lei enunciada anteriormente são sobre o que tratam o QUAR e toda a ideia de habitabilidade mencionada previamente. Explicita-se o quão importante é as pessoas terem, para além do que lhes devia ser garantido por direito, uma habitação, mas também um espaço onde tenham uma participação ativa, apropriando-se desses espaços, que lhes devem ser agradáveis, onde tenham relações de contacto próximo e onde se possam expressar livre e abertamente.

Em várias alturas é referido a par destes conceitos (habitabilidade, habitat e habitação) e objetivos entendidos como boas práticas para a construção de uma cidade, o espaço público, os

---

<sup>33</sup> Habitat - nome masculino. 1. [Ecologia] Ambiente ou conjunto de condições e circunstâncias físicas e geográficas onde vive e se desenvolve qualquer ser organizado.; 2. Lugar onde uma pessoa ou um grupo se sente bem ou é normalmente encontrado. (Dicionário Priberam, s.d.)

<sup>34</sup> Habitação - nome feminino. 1. Casa, lugar de residência.; 2. Compartimento (de uma casa) próprio para estância.; 3. Moradia, residência. (Dicionário Priberam, s.d.)

equipamentos e infraestruturas coletivas. Conclui-se o quanto estes são componentes importantes dentro das cidades feitas para o ser humano e mais importante ainda, para que todos possam usufruir deles de forma igualitária.

Uma habitação humanizada “(...) com o sentido amplo de um habitar positivamente marcado pelo Homem e positivamente influenciador da sua vida individual, gregária e cívica, (...)” (Coelho, 2007) onde esse habitar é abordado em toda a escala, da doméstica a pública, é essencial numa sociedade. Isto é, fazem parte do ato de habitar todas estas escalas, desde o habitar a habitação própria até habitar os espaços exteriores públicos, respeitando o “(...) ‘espírito do lugar’, e a (re)descoberta da ‘cidade do vagar’, estruturada por acessibilidades pedonais e enriquecida por espaços públicos pontuados por sequências de pólos de convívio.” (Coelho, 2009, p. 13). Se assim não acontecer “(...) é porque não se está a habitar a cidade e não se estando a habitar a cidade estão a criar-se problemas (...)”. (Coelho, 2007)

A humanização do habitar constitui uma “(...) possibilidade muito positiva e gratificante, capaz de resultar na felicidade de mais pessoas.” (Coelho, 2009, p. 12). Esta atitude de valorização do desenvolvimento pessoal, familiar e social ganha mais importância quando é desenvolvida como ferramenta para pessoas socialmente desfavorecidas, com o objetivo de lhes proporcionar, para além do mencionado anteriormente, uma oportunidade de felicidade.

Encarar a forma como se habita um espaço de uma cidade desta forma traz benefícios e soluções para problemas, muitas vezes crónicos, de segurança, pois esta “(...) não é mantida basicamente pela polícia, mas sim pela rede intrincada de controlos e padrões de comportamento espontâneos, (...) o problema da insegurança não pode ser solucionado pela dispersão das pessoas (...) Numa rua movimentada consegue-se garantir segurança; numa rua deserta não (...)” (Jacobs, 1961, p. 32-41, citada por Coelho, 2009, p. 14). Esta solução contribui para que a cidade seja planeada para as pessoas, integrando-as e contrariando a tendência de as áreas de habitação serem “(...) áreas residuais entre os sistemas de circulação” (Tainha, 2000, citado por Coelho, 2009, p. 14), garantindo que as cidades não são planeadas tendo como objetivo principal a circulação rodoviária.

## Capítulo 5

### A necessidade de novas políticas de habitação

(Capitão Fausto – “*Subida Infinita*”; álbum: “*Subida Infinita*”, 2024)

(Daft Punk – “*Veridis Quo*”; álbum: “*Discovery*”, 2001)

Torna-se essencial aplicar e ajustar novas políticas de habitação, que sejam eficazes, para problemas que persistem por anos, porque atualmente ainda existem em Portugal carências estruturais no acesso à habitação, nomeadamente:

- Equilíbrio entre os vários segmentos de oferta habitacional
- Qualificação do edificado
- Coesão socioterritorial

Mas apresentam-se também novos desafios causados pela sociedade e evolução contemporâneas:

- Alterações demográficas
- Novas dinâmicas familiares e profissionais
- Novas necessidades habitacionais (mudança de paradigma no acesso à habitação pós-crise e alteração da dinâmica de mercado)
- Diversidade e especificidade da expressão territorial das carências habitacionais

(Portal da Habitação, 2020)

Nas últimas duas décadas, depois da crise económica e com o crescente aumento da especulação imobiliária, a habitação não esteve na agenda política. As condições habitacionais degradaram-se e a segregação socio-habitacional passou a ser uma realidade. Isto levou à “(...) ausência de uma visão estratégica e orientadora de base territorial (...)” (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020) e “(...) a longo prazo potenciou o desenvolvimento de desigualdades e exclusão social.” (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020). Atualmente é imperativa a resolução dos problemas de acesso à habitação de quem tem menor poder económico – sejam eles pessoas mais carenciadas ou jovens em início de vida autónoma – mas não só, acontece atualmente que também a classe média começa a não ter poder de compra e /ou de escolha em algumas regiões. Apesar “(...) das melhorias consideráveis alcançadas antes da crise económica no que diz respeito à diminuição das necessidades de habitação (...)” são ainda extensos os “(...) problemas de natureza estrutural (...)” (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020) que precisam de ser ultrapassados. Felizmente, as questões de habitação e das políticas a si inerentes estão agora a voltar à agenda política e ao debate público e académico. (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020)

O investimento público direto em habitação só teve alguma expressão, pela primeira vez, entre 1974 e 1979, em que este representou 1, 5% do PIB, aquando do programa de realojamento SAAL, na que foi a “(...) primeira política de habitação social a ser criada após a Revolução de 1974 (...)” (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020). Entretanto, nos anos 80 gerou-se o programa PIMP<sup>35</sup>, mas só entre 1995 e 2003, com o PER<sup>36</sup>, voltou a ser feito um investimento significativo, correspondente a 0,7 do PIB. “Dos cerca de dez mil milhões que foram investidos pelo Estado, entre 1987 e 2011, apenas 16,1% dirigiram-se aos programas de habitação social.” (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020). Em 2015 observa-se uma grande aglomeração de habitação social nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, na região autónoma da Madeira e nalgumas cidades de dimensão média, situação que conduz a uma segregação socioespacial<sup>37</sup>. Mas é em 2017 já com a recuperação da crise económica que volta a manifestar-se a urgência de uma avaliação das carências habitacionais, pondo em causa a necessidade de um novo PER<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> PIMP (Plano de Intervenção a Médio Prazo) “O Programa surge no âmbito de um quadro de investimentos sujeitos ao regime de coordenação e cooperação entre Estado e Autarquias, definindo as linhas de colaboração em matéria de investimento e promoção de habitação social. A promoção de habitação social para erradicação de barracas implicava o realojamento das famílias mediante um planeamento a médio prazo e baseava-se no levantamento prévio exaustivo das situações existentes de real carência habitacional.” (Costa & Subtil, 2013)

<sup>36</sup> “PER corresponde à sigla Programa Especial de Realojamento. Trata-se de uma política comunitária, que tem por objetivo concretizar com celeridade realojamentos em habitações condignas das famílias que vivem em barracas. Possibilita aos municípios a promoção da construção dos fogos necessários ou o procedimento à aquisição de habitações existentes no mercado, desde que os preços se enquadrem dentro de determinados valores. O programa prevê também a possibilidade da concessão de participações ao preço de aquisição de habitações pelas famílias a realojar, permitindo ou facilitando a sua integração na sociedade. Através deste programa, existe um leque de soluções para que o mercado possa responder rapidamente na concretização dos realojamentos, garantindo simultaneamente uma melhor inserção das famílias a realojar nos tecidos urbanos. Em alguns casos, também se prevê a possibilidade do retorno das famílias às suas terras de origem ou a outros locais onde possuam uma casa que possa ser reabilitada. O Programa Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto foi lançado pelo Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio, quando a problemática da habitação social atingiu um impacto mediático considerável. Ao abrigo do PER, na Área Metropolitana de Lisboa, foram já contratualizados mais de 33 mil fogos.” (Porto Editora, s.d.)

<sup>37</sup> “A segregação socioespacial, ou separação física dos grupos sociais no espaço geográfico, é o resultado da diferenciação em dois planos básicos. No plano do espaço geográfico, uma vez que o espaço físico é diverso e desigual nas suas características. No plano social, porque a desigual repartição de riqueza e de poder produz uma organização do sistema social em classes. A acção conjugada da diferenciação ao nível destes dois planos é responsável pela criação de estruturas socioespaciais mais ou menos desiguais que afectam as circunstâncias materiais e simbólicas dos territórios e da vida social.” (Alves, 2013)

<sup>38</sup> Na sequência desta necessidade apontada aquando da visita da Relatora Especial da ONU para a Habitação Condigna, no ano anterior, “(...) o Governo cria uma Secretaria de Estado para a Habitação, em



Figura 43 - O bairro das Olaias em construção, resultante de processos PER e PIMP. Na parte superior da imagem, o bairro Portugal Novo, resultante do processo SAAL.

É fundamental que este tipo de fenómenos de segregação sejam resolvidos, focando o objetivo na criação de políticas estruturais adequadas, incluindo estratégias nacionais de habitação, e não de políticas que resolvam problemas pontuais, isto para que os cidadãos tenham “(...) não só uma habitação digna mas também, qualidade residencial, elemento central da política urbana (nomeadamente através da valorização dos espaços públicos, da organização da oferta de comércio e serviços de proximidade, e da dinamização da mobilidade).” (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020), a noção de habitabilidade já referida anteriormente. (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020); (Dicionário do Desenvolvimento, 2020).

“Lei n.º 83/2019  
de 3 de setembro  
(...)  
Artigo 3.º  
Princípios gerais  
(...)”

---

julho de 2017, e, em outubro de 2017, o Conselho de Ministros aprovou o documento “Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação” (NGPH), que pretende estabelecer o sentido estratégico, os objetivos e os instrumentos de atuação para as políticas de habitação, apontando para a necessidade de uma abordagem integrada ao nível das políticas setoriais, das escalas territoriais e dos atores, que implicaria uma mudança na forma tradicional de conceber e implementar a política de habitação.” (Matos, Marques, Maia, & Ribeiro, 2020)

2 – Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado programar e executar uma política de habitação integrada nos instrumentos de gestão territorial que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social.

(...)

4 – A promoção e defesa da habitação são prosseguidas através de políticas públicas, bem como de iniciativas privada, cooperativa e social, subordinadas ao interesse geral.

5 – As políticas públicas de habitação obedecem aos seguintes princípios:

- a) Universalidade do direito a uma habitação condigna para todos os indivíduos e suas famílias;
- b) Igualdade de oportunidades e coesão territorial, com medidas de discriminação positiva quando necessárias;
- c) Sustentabilidade social, económica e ambiental, promovendo a melhor utilização e reutilização dos recursos disponíveis;
- d) Descentralização administrativa, subsidiariedade e cooperação, reforçando uma abordagem de proximidade;
- e) Transparência dos procedimentos públicos;
- f) Participação dos cidadãos e apoio das iniciativas das comunidades locais e das populações.

(...)”

A Nova Geração de Políticas de Habitação <sup>39</sup> tem como objetivo garantir “(...) o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat (...)” (Portal da Habitação, 2020), orientada para as pessoas e com um aumento significativo dos beneficiários e do parque habitacional à disposição; a par disto pretendem também “criar as condições para que



Figura 44 - Bairro do 2º Torrão (Trafaria, Setúbal); à esquerda em maio 2022, à direita em outubro 2022. Em junho os moradores foram informados que deviam desocupar “(...) a parte superior da estrutura que cobre a vala existente no bairro (...)” (*Stop despejos!*, 2022). As demolições foram ordenadas pela Câmara Municipal de Almada e executadas sem que houvesse em vista solução digna de alojamento temporário “(...) nem sobre o realojamento permanente que a câmara promete para a comunidade do 2º torrão para 2025. (...)” (*Stop despejos!*, 2022).

---

<sup>39</sup> “Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) - A Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, veio estabelecer o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH).” (Portal da Habitação, 2020)

tanto a reabilitação do edificado como urbana passem de exceção a regra (...) tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.” (Portal da Habitação, 2020).

Para além de alguns objetivos como “dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional (..)” (Portal da Habitação, 2020) se manterem, torna-se agora necessário apoiar também as famílias, na sua maioria de classe média, que devido à atual situação do mercado imobiliário não conseguem ter acesso à habitação.

Há também a necessidade de que a reabilitação “(...) seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano (...)” (Portal da Habitação, 2020) e principalmente que promova a inclusão social, territorial e as oportunidades de escolha habitacionais, integrando as pessoas, encaminhando-as de forma próxima.

Durante este processo torna-se importante que a mentalidade que se tem ganho nos últimos anos, de que “(...) a moradia, a casa, perdeu a sua função social e passou a ser vista como um veículo para riqueza e lucros (...)” (Dicionário do Desenvolvimento, 2020), que esta ideia da casa como uma mercadoria, que rouba a ligação da casa à comunidade e sobrepõe a ideia da propriedade imobiliária à de um lar, seja reformulada e focada nas pessoas, para que ao terem acesso à habitação, haja também esta imposição de igualdade, não só de habitação, mas também de oportunidades e de ofertas. Pretende-se também que estas políticas promovam a integração e uma participação ativa das pessoas nos territórios que habitam e que as rodeia, a par da coesão socioterritorial <sup>40</sup>. (Portal da Habitação, 2020)

Menos referido no NGPH e na maioria das políticas de habitação, mas que considero que deva ser mencionado a propósito deste assunto (nova geração de políticas de habitação), é o direito à escolha do lugar de residência, explanado no artigo 11º da Lei de Bases da Habitação.

“Lei n.º 83/2019  
de 3 de setembro  
(...)”

---

<sup>40</sup> “Numa primeira análise poder-se-ia assumir que coesão socioterritorial consiste na simples introdução da esfera territorial no conceito de coesão social, sendo território entendido como (...) um espaço onde as representações mentais e as práticas sociais e espaciais estão marcadas. Ou seja, seria o aprofundamento do princípio da coesão social, e a passagem da macro para a micro escala, pondo em evidência as estreitas relações entre a sociedade e o espaço por si apropriado. No entanto, a coesão socioterritorial não se pode reduzir a esta leitura, porque este conceito também emana da coesão territorial e refere-se por isso à “construção” de equilíbrios, ou seja, à cooperação e solidariedade entre territórios, em que os vários níveis de governação respeitem o princípio da subsidiariedade e em que haja integração de políticas sectoriais. Neste sentido, pretende-se diminuir as assimetrias, através de estratégias bottom-up, mas preservando a identidade e diversidade dos territórios.” (Gomes, 2010)

Artigo 11.º

Direito à escolha do lugar de residência

1 – O Estado respeita e promove o direito dos cidadãos à escolha do lugar de residência, de acordo com as suas necessidades, possibilidades e preferências, sem prejuízo dos condicionamentos urbanísticos.

2 – Em caso de realojamento por entidades públicas, é obrigatória a audição dos envolvidos e promovida, sempre que possível, a permanência das pessoas e famílias a realojar na proximidade do lugar onde anteriormente residiam.

3 – Em caso de realojamento por entidades privadas, determinado por imperativo legal, é obrigatória a auscultação dos envolvidos e promovida, sempre que possível, a permanência dos arrendatários ou cessionários de habitações na proximidade do lugar onde anteriormente residiam.

4 – Na atribuição de habitação adequada em processos públicos de realojamento em bairros e áreas contíguas, são tidos em conta os laços de vizinhança e comunidade preexistentes.”



Figura 45 - Manifestação a propósito das demolições no bairro do 2º Torrão.

Principalmente perante conceitos como coesão socioterritorial, é importante que tenhamos presente que esta se baseia nas pessoas e no território que habitam e que, portanto, esta só pode ser bem sucedida e ter continuidade se esta lei for cumprida.

## Capítulo 6

### Aporofobia

(Expresso Transatlântico – “*Quando Neptuno Deu à Costa*”; álbum: EP “*Expresso Transatlântico*”, 2021)

(Dionysis Savvopoulos – “*Zeimpekiko*”; álbum: “*10 Chronia Kommatia*”, 1975)

O neologismo aporofobia <sup>41</sup> foi criado pela autora Adela Cortina <sup>42</sup>, para designar a rejeição, repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos. O termo foi eleito em 2017 como a palavra do ano pela Fundación del Español Urgente - Fundéu BBVA <sup>43</sup> e inserido no dicionário de língua espanhola.

A aporofobia consiste em atitudes de desprezo, rejeição, aversão e medo para com pessoas pobres ou que, pelo menos aparentemente, não possam oferecer nada de relevante em troca.

Para melhor entendimento, Cortina (2017) usa o acolhimento dos estrangeiros, ricos ou pobres, como exemplo. Admite que, ainda que a xenofobia e o racismo existam, o que se passa recorrentemente na sociedade não é uma aversão aos estrangeiros no geral, mas sim dirigida aos pobres. A autora aponta que “(...) é impossível não comparar o acolhimento entusiasta e

<sup>41</sup> Termo cunhado pela primeira vez, por Adela Cortina, na coluna “Creación ética” do Abc Cultural espanhol. Definição de aporofobia: do espanhol aporofobia, a partir do grego áporos, (pobre, desprovido de recursos) + -fobia; preconceito, antipatia ou aversão a pessoas pobres ou desfavorecidas. (Dicionários Porto Editora, s.d.)

<sup>42</sup> Adela Cortina, nascida em Valência, Espanha em 1947, formou-se em Filosofia com a tese de doutoramento “Deus na filosofia transcendental Kantiana”. Foi professora catedrática de Ética e Filosofia Política na Universidade de Valência, Espanha e atualmente é diretora do Mestrado e Doutoramento em Ética e Democracia. Foi a primeira mulher membro da Real Academia de Ciências Morais e Políticas de Espanha, é membro da Comissão Nacional Espanhola de Reprodução Humana Assistida e Vogal do Comité Assessor de Ética da Investigação Científica e Tecnológica. Além disso é diretora da Fundação para a Ética dos Negócios e das Organizações – ÉTNOR e doctora honoris causa doze universidades europeias e latino-americanas.

Entre as suas obras destacam-se *Ética de la razón cordial. Educar en la ciudadanía del siglo XXI*, Ediciones Nobel, 2007; *Pobreza y libertad. Erradicar la pobreza desde el enfoque de Amartya Sen*, Tecnos, 2009; *Neuroética y neuropolítica: sugerencias para la educación moral*, Madrid, Tecnos, 2011 e *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*, Barcelona, Paidós, 2017. (Gerações Hispânicas, 2020)

<sup>43</sup> A Fundación del Español Urgente - Fundéu BBVA é uma instituição sem fins lucrativos, formada em 2005, que tem como principal objetivo impulsionar o bom uso do espanhol nos meios de comunicação. Com o intuito de ser uma ferramenta de apoio para todos os que utilizem o idioma espanhol na sua atividade diária, têm uma equipa formada por jornalistas, linguistas, lexicógrafos, corretores e tradutores. (Fundación del Español Urgente, s.d.)

hospitaleiro com que se recebem os estrangeiros que vêm como turistas com a rejeição impiedosa à onda de estrangeiros pobres. (...)”<sup>44</sup>, concluindo que, no presente caso, não se pode, definitivamente, denominar xenofilia<sup>45</sup> ao sentimento que despertam os refugiados políticos e os imigrantes pobres.

Conclui assim que rejeitamos quem percebemos que não tem nada para nos oferecer em troca, não só os estrangeiros, mas qualquer pessoa sem recursos económicos, porque consideramos que estes rompem com uma das normas das sociedades neoliberais e capitalistas, o princípio do intercâmbio. (Cortina, 2017, p. 21, citado por Abadía, 2019, p. 602) Esta conduta discriminatória é assim direcionada às pessoas pobres e desamparadas que não contribuem para o produto interno bruto (PIB) do país ou para o bem-estar populacional. (Cortina, 2017, p. 14, citado por Resende & Machado, 2021, p. 5)

Ainda que esta realidade seja óbvia, a autora considerou necessário arranjar um termo para a designar, para que perante a sua inexistência física, dado que se trata de uma patologia social abstrata, e a necessidade do ser humano de ter palavras para designar as situações ou fenómenos que acontecem, este seja identificado mais facilmente pela sociedade. Ao identificar essa aversão aos pobres com um termo, assinalamos a situação e damos-lhe visibilidade para que ao reconhecê-la e diagnosticá-la consigamos perceber as suas causas, discuti-las e quais os caminhos viáveis para as superar e prevenir. (Cortina, 2017, p. 11-27, citado por Resende & Machado, 2021, p. 6)

Esta patologia deve-se a uma atitude de superioridade em relação aos outros, como acontece nas diversas fobias sociais que são sustentadas por um princípio de desigualdade baseado no ódio e que se materializa em discursos e atitudes de ódio.

“(...) A aporofobia é um atentado diário, quase invisível, contra a dignidade, o ser e bem-estar de pessoas concretas a quem é dirigido. Mas também porque, como atitude, tem um alcance universal: todos os seres humanos são aporófbos, e isso tem raízes cerebrais, mas também sociais, que se podem e devem modificar, se levarmos a sério essas duas chaves da nossa cultura que são o respeito pela igual dignidade das pessoas e a compaixão, entendida como a capacidade de perceber o sofrimento dos outros e comprometer-se a evitá-lo.”<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) Es imposible no comparar la acogida entusiasta y hospitalaria con que se recibe a los extranjeros que vienen como turistas con el rechazo inmisericorde a la oleada de extranjeros pobres. (...)”. (Cortina, 2017, p.13, citado por Resende & Machado, 2021, p.4)

<sup>45</sup> “Xenofilia - Do grego xénos (estrangeiro)+phília (amizade); simpatia pelos estrangeiros ou por tudo o que é estrangeiro.” (Dicionários Porto Editora, s.d.)

<sup>46</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) la aporofobia es un atentado diario, casi invisible, contra la dignidad, el bienser y bienestar de las personas concretas hacia las que se dirige. Pero además porque, como actitud, tiene un alcance universal: todos los seres humanos son aporófbos, y esto

No excerto precedente, Cortina (2017) introduz que a aporofobia pode ser explicada por determinados factos biológicos e sociais. Do ponto de vista biológico pode ser explicado percebendo o instinto de sobrevivência e de autoproteção do ser humano, que o leva a suprir as suas necessidades básicas (alimentar-se, respirar, ...), o que conduz a pessoa a querer manter sob controlo o seu meio em busca do que lhe é familiar e seguro. A autora justifica assim que o ser humano é biologicamente aporófobo, sendo que é normal que as pessoas procurem outras que lhes são familiares ou que com elas compartilhem algo, sejam aspetos culturais, sociais ou estéticos. Isto não implica que haja uma justificação para o ser humano ter comportamentos discriminatórios, dado que o humano como ser racional que é, possuidor de discernimento, o seu cérebro pode avaliar outros aspetos que reduzam ou eliminem as concepções aporófobas. A



Figura 46 - Imagens do filme “Life stinks” (1991) retirado do vídeo “Ficção Imobiliária” do Coletivo Left Hand Rotation (2014).

---

tiene raíces cerebrales, pero también sociales, que se pueden y se deben modificar, si es que tomamos en serio al menos esos dos claves de nuestra cultura que son el respeto a la igual dignidad de las personas y la compasión, entendida como la capacidad de percibir el sufrimiento de otros y de comprometerse a evitarlo (...). (Cortina, 2017, p. 15, citado por Resende & Machado, 2021, p. 6)

neuroplasticidade <sup>47</sup> que este órgão possui permite-lhe não se alhear e adaptar-se a novas realidades e a tomadas de decisões baseadas nos prós e contras, onde seria de esperar que as pessoas adotassem comportamentos solidários e afetivos para com o próximo, dado que se pode assim concluir que o ser humano tem uma predisposição biológica para o egoísmo tanto quanto tem para a cooperação. (Cortina, 2017, p. 69-74, citado por Resende & Machado, 2021, p. 9)

Do ponto de vista social, a aporofobia surge quando as pessoas baseiam as suas relações e expectativas na reciprocidade e se associam a outras pessoas à espera de receber algo em troca. “E em cada esfera social, os que não podem devolver os bens que nela se intercambiam, sejam eles favores, postos de trabalho, cargos, dinheiro, votos, apoio para ganhar eleições, honras e regalias que satisfaçam a vaidade. Esta é a origem, biológica e social, da aporofobia, da aversão (...) àqueles que não têm nada de bom a oferecer em troca. E não só se se mantêm afastados, mas ainda mais se estão próximos e podem causar problemas, se pertencem à própria família e são tratados como algo embaraçoso que tem de ser escondido (...)” <sup>48</sup>. Para a redução e extinção da aporofobia, e dos comportamentos discriminatórios associados a ela, é necessário que haja o reconhecimento de uma dignidade igual através da “(...) compaixão não sentimental mas sim produtiva, que sabe o que quer e está disposta a partilhar um sofrimento até ao limite das suas forças e um pouco além desse limite (...)” <sup>49</sup>.

Assim, Cortina (2017) fez um diagnóstico e apresenta também um “antídoto”, uma solução para a aporofobia, que parte da construção de novos princípios, concordantes com os democráticos, que comecem na educação formal e informal e que gerem organismos e instituições de suporte. (Cortina, 2017, p. 26, citada por Resende & Machado, 2021, p. 8) Deve ainda ficar

---

<sup>47</sup> “A neuroplasticidade, ou plasticidade neural, trata-se de um processo contínuo de adaptação dos nossos circuitos cerebrais face a alterações que possam surgir após uma lesão, após mudanças no meio ambiente ou perante mudanças a nível social e comportamental. Em tempos julgava-se que este processo só ocorria na fase de desenvolvimento da criança e do adolescente, no entanto, a ciência tem demonstrado que o nosso cérebro é capaz de se adaptar e estabelecer novos circuitos nervosos mesmo na idade adulta, desde que seja exposto a novos desafios. Deste modo, atualmente considera-se que o cérebro humano é um órgão dinâmico e adaptativo, capaz de se reestruturar em função de novas exigências ambientais ou das limitações impostas por lesões do sistema nervoso central.” (Neurosentidos, 2019)

<sup>48</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) los que no tienen nada bueno que ofrecer a cambio. Y no sólo si quedan lejos, sino todavía más si están cerca y pueden causar problemas, si pertenecen a la propia familia y se les trata como a una vergüenza que hay que ocultar (...)” (Cortina, 2017, p. 81, citada por Resende & Machado, 2021, p. 10)

<sup>49</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) compasión no sentimental pero productiva, la que sabe lo que quiere y está dispuesta a compartir un sufrimiento hasta el límite de sus fuerzas y aún más allá de ese límite (...)”. (Stefan Zweig, 1939, citado por Cortina, 2017, p. 27, citada por Abadía, 2019, p. 603)

claro que esta evolução comportamental é necessária e abrangente a todas as faixas etárias e sociais, sendo que “(...) o progresso moral não se herda e é um esforço que cada pessoa deve fazer para superar as ‘disposições naturais do nosso cérebro aporofóbico’.”<sup>50</sup>. Essencialmente, é necessário atender ao direito dos pobres a saírem da pobreza e com compaixão e empatia, parar de culpabilizá-los pela sua pobreza. Como sugere a autora em análise, é preciso sair do modelo neoliberal, baseado na competição, e adquirir novos modelos económicos que se baseiem na cooperação e na inclusão. (Cortina, 2017, citada por Abadía, 2019, p. 604)

---

<sup>50</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) el progreso moral no se hereda y es un esfuerzo que cada persona debemos hacer para superar las ‘disposiciones naturales de nuestro cerebro aporofóbico’.” (Abadía, 2019, p. 603-604)

## 6.1. Caso prático de aporofobia: bairro Portugal Novo

### 6.1.1. Análise mapeada de perspectivas visuais

Auspiciando tornar entendível e perceptível a situação em que o bairro se encontra, é necessário analisar a envolvente e as características da mesma. A autora da presente dissertação nota e sublinha que a análise seguinte não pretende moldar opiniões ou perceções alheias, tratando-se meramente de uma análise intuitiva e espontânea.<sup>51</sup>

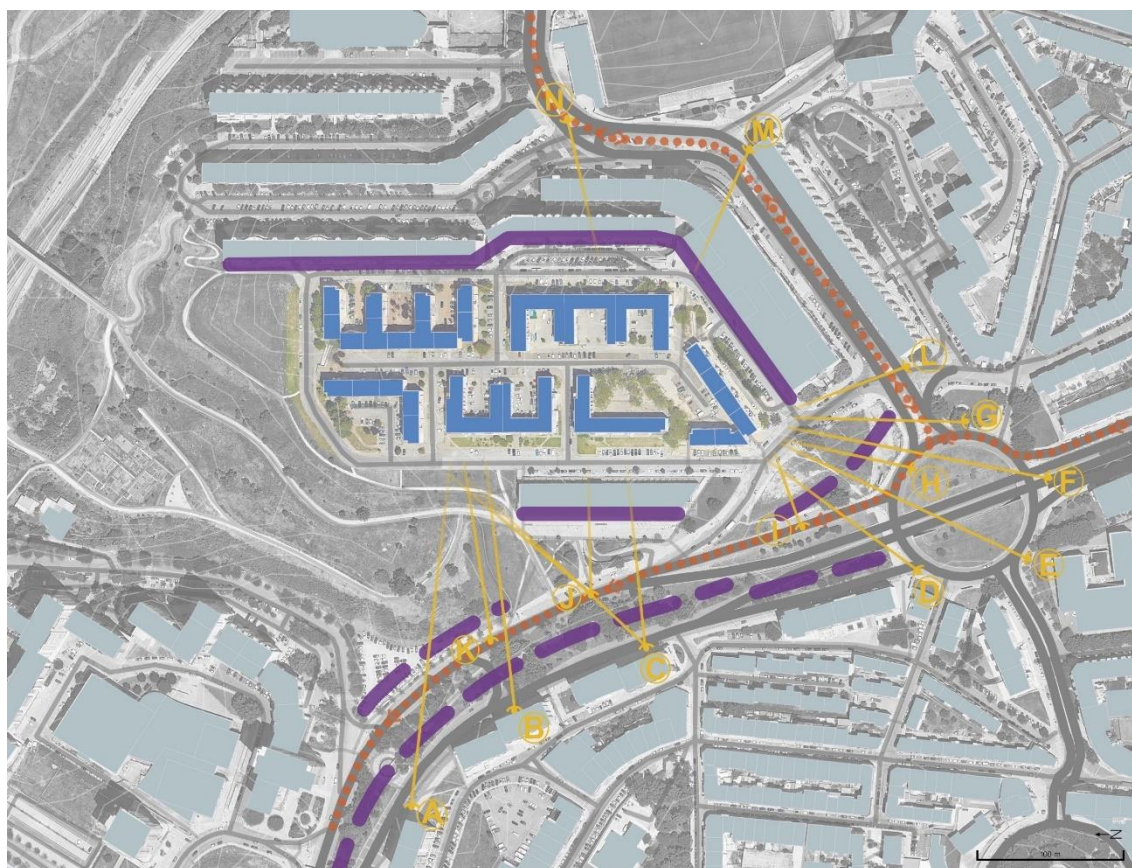











Figura 47 - Mapa explicativo e esquemático das obstruções visuais de, e para, o bairro de vários pontos de vista chave (semáforos, cruzamentos, ...).

---

<sup>51</sup> Para a presente análise mapeada foi essencial a análise e consulta do trabalho do investigador António Brito Guterres, em particular o projeto “Também estão no mapa?”, onde analisa as narrativas (baseadas em preconceitos e suposições) que se criaram em torno de territórios específicos, na cidade de Lisboa. (Fernandes, 2023) O investigador explica: “(...) a partir do momento em que eu tenho uma narrativa específica, isso condiciona quem está a fazer política pública. Isto quer dizer que as pessoas não participam na política pública. Por isso, se as pessoas na comunidade conseguirem construir narrativas sobre os seus territórios podem interferir na maneira como se faz política pública”. (Guterres, 2023, citado por Fernandes, 2023)

	Edifícios do bairro Portugal Novo e Olaias
	Edifícios envolventes
	Barreiras que obstruem completamente a visibilidade (edifícios)
	Barreiras que obstruem parcialmente a visibilidade (árvores e elementos naturais, diferença de cotas, outdoors publicitários, etc)
	Principais itinerários rodoviários e pedonais
	Visibilidade para o bairro (pontos estratégicos)
	Ruas principais
	Ruas secundárias
	Caminhos pedestres

(Nota: As linhas de visibilidade para o bairro são marcadas a partir de pontos estratégicos (semáforos, passagens para peões, cruzamentos, etc), onde as pessoas naturalmente se demoram mais, e onde conseqüentemente têm mais oportunidade para observar a envolvente.)

Quando o bairro Portugal Novo começou a ser construído, em 1977, começou a ser construído, mais tarde, adjacientemente a este, a Este, o Conjunto Habitacional das Olaias, projeto do Arquiteto Tomás Taveira, construído entre 1978 e 1980, “(...) embora não tenha contemplado qualquer tipo de articulação urbana” com o Portugal Novo, “(...) consiste num complexo que alberga habitação, um centro comercial, escritórios, um hotel e um equipamento desportivo.”

A Oeste é contornado parcialmente pelo edifício dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, a Avenida Afonso Costa e mais distante o Bairro dos Actores e a Alameda D. Afonso Henriques. A Sul é circundado por uma das extremidades do Bairro das Olaias e pela rotunda das Olaias e a Norte pelo Parque Urbano do Vale da Montanha.

Analisaremos em seguida, partindo dos principais percursos rodoviários e pedestres que contornam as imediações do bairro, a percepção que um cidadão comum que frui pela cidade, na sua rotina de vida diária, tem.



Figuras 48 (A a G) - Mapa explicativo e esquemático das obstruções visuais (assinaladas de A a G) de, e para, o bairro, no sentido Noroeste (NO) - Sudeste (SE), e respetivas fotos dos pontos de vista.

Interpretando o mapa (figura 48), é perceptível que ao percorrer as ruas e as vias que circundam o bairro, são poucas as vezes em que o conseguimos ver e perceber que entre os prédios de habitação de classe média-alta, situados a este, e o edifício dos serviços sociais da CML, situado a Oeste do bairro, ele existe.



Para quem vai em direção à rotunda das Olaias pela Av. Afonso Costa, as árvores e a vegetação no centro do boulevard<sup>52</sup> tapam a visibilidade para o bairro, na continuação do percurso também o edifício dos Serviços Sociais da CML e mais adiante a diferença de cotas e um outdoor publicitário obstruem a visibilidade.



C



D



E



F

---

<sup>52</sup> “A origem dos “boulevards” encontra-se nas cidades da Idade Média. Na verdade, “boulevard” vem de “bolwerk”, uma noção holandesa que pode ser traduzida como “defesa” ou “baluarte”. Na era medieval, foram construídas vias em torno das fortalezas: quando as paredes foram demolidas, as vias permaneceram como ruas para circulação urbana. Assim surgiram os “boulevards” com características semelhantes às que conhecemos hoje.

Hoje um “boulevard” é uma avenida que geralmente tem várias vias de circulação. As árvores e plantas que estão nas suas laterais e, muitas vezes, no meio fornecem beleza ornamental e permitem sombra no verão.” (Conceito.De, 2019)

REMINISCÊNCIA

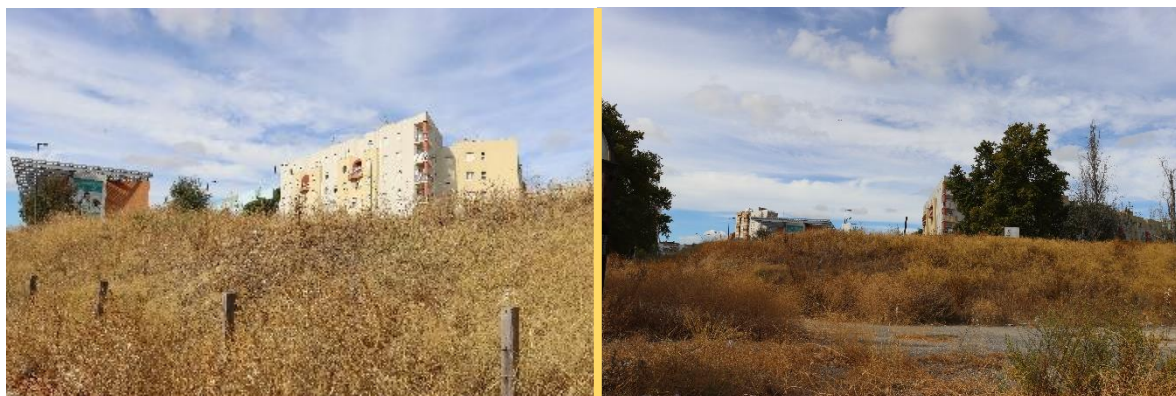




Figuras 49 (H a N) - Mapa explicativo e esquemático das obstruções visuais (assinalado de H a N) de, e para, o bairro, no sentido Sudeste (SO) - Noroeste (NE), e respectivas fotos de alguns pontos de vista.



H



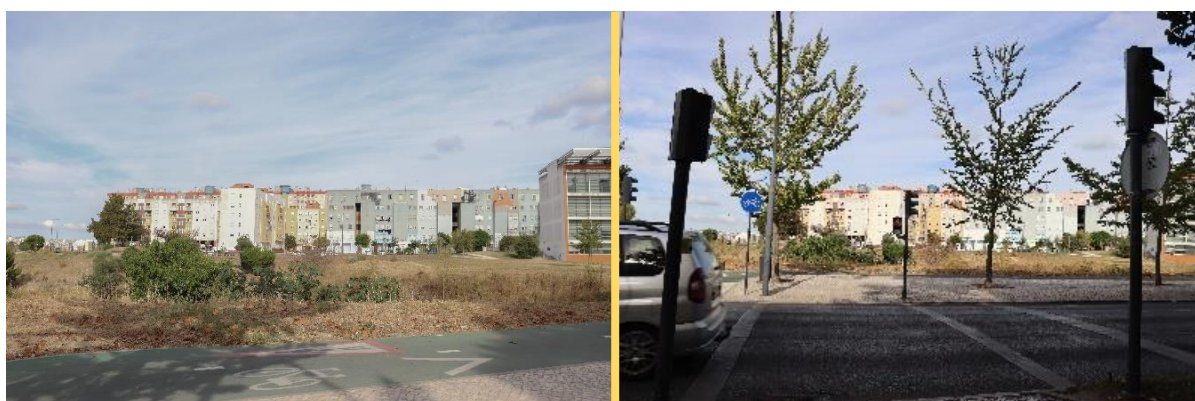
I

## REMINISCÊNCIA

Na direção oposta, quem vem da zona do Bairro da Curraleira ou das Olaias e contorna a rotunda das Olaias para a Av. Afonso Costa em direção ao Areeiro, a situação repete-se e a diferença de cotas, os outdoors publicitários e mais adiante o edifício dos Serviços Sociais da CML, só permitem avistar o bairro intermitentemente.

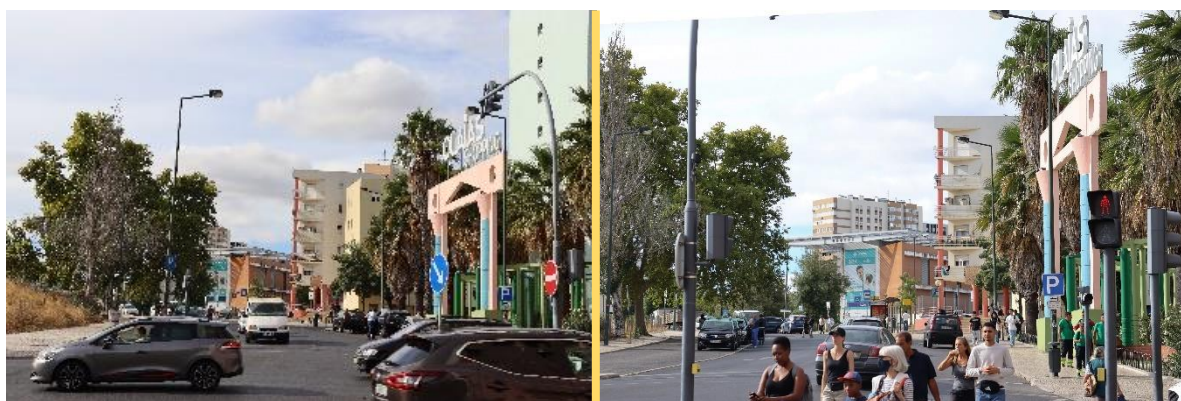


J



K

Apenas mais à frente neste percurso, e numa zona com pouco ângulo visual para condutores de automóveis, mas mais perceptível para pedestres (fotografias K), se consegue avistar uma parte do bairro.



L

Dos pontos M e N a visibilidade encontra-se completamente obstruída por edifícios com cércea elevada.



Com base nesta análise, nas fotos e nas visitas ao local, podemos relacionar os factos constatados anteriormente e admitir que os edifícios do bairro, principalmente os de primeira génese, são pouco visíveis. Propositadamente ou não, é conveniente esta falta de visibilidade tendo em conta o estado degradado do exterior dos edifícios, que chama à atenção de quem os encara, mas que passa ao lado de grande parte dos cidadãos que habitam e/ou circulam na cidade de Lisboa <sup>53</sup>.

## 6.2. Considerações sobre o bairro

A 13 de maio de 2021 o governo português emitiu um comunicado onde anunciava a aprovação de uma resolução para garantir a regularização da grave situação de degradação social e urbanística existente nos locais de implantação das construções promovidas pelas antigas cooperativas do Bairro do Horizonte, Portugal Novo, Associação de Moradores Lisboa Nova e Liberdade. Cumpre responder a um problema de décadas, regularizando o processo de licenciamento e correspondente registo de propriedade e, com isso, salvaguardando efetivas condições de habitabilidade, sem ónus sobre os futuros proprietários.

A resolução prevê ainda que dessa articulação seja promovida a identificação das carências socioeconómicas da população ali residente, bem “(...) como das respetivas soluções habitacionais, garantindo a sinalização dos mesmos (...)” (República Portuguesa - XXIII Governo, 2021)

---

<sup>53</sup> Foi realizado um inquérito, que pode ser consultado no subcapítulo 12.2, sobre como, os habitantes da cidade de Lisboa, percecionam o bairro.



Figura 50 - Bairro Portugal Novo (dentro do retângulo vermelho) com a envolvente.

Dada a situação irregular (ausência de qualquer tipo de gestão, camarária ou de outro género), sendo que a CML só perdoou a dívida da cooperativa ao IHRU em maio de 2021 e um ano depois, com o novo executivo camarário, numa reunião com os munícipes das freguesias do Areeiro e do Beato foi assumido o “compromisso absoluto” de avançar com a regularização do bairro. A vereadora da Habitação, Filipa Roseta, assegura ainda que o assunto é uma prioridade e indicou que “(...) já visitou “várias vezes” este bairro, (...) que “vai avançar a regularização do Portugal Novo”, mas sem se comprometer com a resolução total da situação durante os quatro anos de mandato (...)”. (Lusa, 2022) Durante os cerca de 40 anos em que este problema se arrastou, a situação foi sendo ignorada por cada um dos executivos camarários e o bairro foi-se degradando cada vez mais. Analisando a situação no seu todo percebe-se uma relação com o tópico abordado anteriormente, a aporofobia <sup>54</sup>.

O desinteresse consecutivo que foi transparecendo pela inação dos órgãos administrativos da cidade, motivado pelo carácter exaustivo e complexo do problema, tanto burocraticamente como socialmente, foi aumentando e a juntar a estes a dispendiosidade que implicaria a sua resolução. Por outro lado, seria muito mais fácil simplesmente eliminar o problema pela raiz e simplesmente realojar as pessoas e demolir o bairro. Sendo esta última opção dificilmente exequível sem haver primeiro uma tomada de responsabilidade pela parte da CML, a cidade foi-se desenvolvendo à volta do bairro, até este ficar, quase completamente, circundado por edifícios. É também notório que devido à sua implantação e articulação com a cidade, só percorre as ruas interiores ou que contornam o perímetro do bairro quem se desloca ou habita lá, o que transparece a segregação social e urbana a que o bairro e os seu moradores têm sido sujeitos.

<sup>54</sup> Sublinho que esta afirmação, ainda que feita com base em factos verdadeiros, foi constatada pela autora desta dissertação e é da sua inteira responsabilidade.



Figura 51 - Vista aérea do bairro e a sua relação volumétrica com a envolvente.

Como analisado anteriormente, a aporofobia caracteriza-se por atitudes de repulsa, rejeição pelos pobres e/ou mais desfavorecidos. A julgar pelos factos anteriores podemos concluir que, em vez de ter havido um trabalho de articulação do território onde o bairro está implantado com o resto da cidade que crescia à sua volta, construindo assim elementos conectores da cidade - pontes, ainda que no sentido figurado - foram construídos muros, também no sentido figurado, mas quase literal dada a situação real. A realidade é que o bairro foi sendo esquecido sucessivamente pela autarquia, o problema arrastou-se durante todos estes anos e a única coisa que mudou para o bairro foram os aglomerados de prédios que agora o contornam quase completamente. Este pode ser entendido como um comportamento aporofóbico, originado não só pelo inconveniente burocrático que é ter de resolver o problema, como pela dualidade do que é mais conveniente para a autarquia e para o governo versus o que é mais conveniente para os moradores.

Concluindo, acaba por ser mais fácil que por enquanto não haja um destino ou resolução definitivos para o bairro, porque ao não haver comprometimento e à inação ao longo dos anos, a qualquer momento, quem está incumbido de gerir o presente e o futuro deste, pode decidir que decisão tomar. Com isto, leva a crer que a resolução que dizem pretender tomar não é a prioritária - dar condições de habitabilidade dignas aos moradores - mas outra que implique o melhor interesse de terceiros.

## Capítulo 7

# Desenvolvimento local e inovação social

(Expresso Transatlântico – “Barquinha”; álbum: “*Ressaca Bailada*”, 2023)

(Slow J – “*Muros*”; álbum: “*You Are Forgiven*”; 2019)

(Sam the Kid – “*Sendo Assim*”; álbum: “*Mechelas*”, 2018)

### 7.1. Desenvolvimento local e desenvolvimento local de base comunitária (desenvolvimento comunitário)

A acentuação de desigualdades tem vindo a aumentar e a hipótese de exclusão social é cada vez mais real. Este facto exige da parte do Estado e de outros atores da sociedade novas abordagens de intervenção social e local, onde deveriam ser aproveitadas as múltiplas potencialidades da economia solidária<sup>55</sup> para combater o desemprego, a exclusão social, fortalecer a coesão social, por outro lado, promover as hipóteses de emprego e o empreendedorismo e o desenvolvimento social e local. (Ramos, 2013, p. 313)

A maioria das decisões “(...) que influenciam o investimento e o desenvolvimento das cidades são opções estratégicas (...)” (Ferreira, 2015, p. 113) e as consequências que provocam nas desigualdades urbanas estão à margem da lei ou não se encontram de todo normalizadas. Estas tomadas de decisão são vastas e estão “(...) formal e culturalmente confinadas à esfera política (...)” (Ferreira, 2015, p. 113), não estando o cidadão comum na posse de qualquer hipótese de interferência.

---

<sup>55</sup> “(...) A economia solidária é um sub-sector da economia social, baseado no princípio da solidariedade. (...) A economia social nasce no século XIX na ressaca das injustiças sociais da revolução industrial, quando os trabalhadores mais desfavorecidos tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando uma economia da entre-ajuda e da cooperação. É quando surgem as cooperativas, as mutualidades, as associações. Aos poucos, essa nova forma de economia acabou por se alargar, visando ajudar não apenas os próprios, mas outrém, o chamado interesse geral. (...)” (Amaro, 2005). Como Roque Amaro refere mais adiante nesta entrevista “(...) a expressão economia solidária merece algumas reservas por parte dos cientistas porque é mais ética e moral que científica. Isto porque em Portugal existe muito a noção de que o que é científico deve ser objectivo, neutro, imparcial e não envolver questões morais e éticas. (...)” (Amaro, 2005). Continuando, afirma que, concretamente, o conceito de economia solidária abarca cinco componentes fundamentais, “(...) é, antes de mais, uma actividade económica, abrange um conjunto de actividades produtivas, cria postos de trabalho, gera rendimentos, satisfaz necessidades. É promotora de coesão social, contribui para o combate ao desemprego, a luta contra a pobreza e a exclusão social, promove a igualdade de oportunidades. Respeita e valoriza a diversidade cultural. Ou seja, como economia não visa a destruição das culturas em nome de uma globalização ou uniformização cultural; pelo contrário, procura valorizar as culturas locais. (...)”. (Amaro, 2005)

Perante políticas económicas, sociais e urbanas geradoras de desigualdade, voltadas para consumidores externos e promotoras de políticas de enobrecimento urbano, em que os projetos dos investidores fragmentam a cidade e a sociedade com o fascínio pelas “(...) estratégias de city branding e de promoção agressiva de lugares (...)” (Fortuna, 2009, p. 93, citado por Ferreira, 2015, p. 111), surge a necessidade pela parte das comunidades locais de intervir no desenvolvimento local <sup>56</sup>.

Derivado do desenvolvimento local, o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) trata-se de uma abordagem territorial onde são implementadas estratégias (Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)) concebidas por grupos de cidadãos (Grupos de Ação Local (GAL)) com relação próxima ao “(...) tecido social, económico e institucional de cada território (...)” (Centro 2020, 2016) com o objetivo de desenvolver e diversificar a economia e a evolução das condições de vida das comunidades.



Figura 52 - Campo de jogos coletivos conseguido através dos esforços da AMPAC com o apoio da Junta de Freguesia.

---

<sup>56</sup> “O Desenvolvimento Local é um processo onde a comunidade local, com representantes de todos os setores, trabalham juntos para estimular atividades comerciais locais, resultando numa economia forte e sustentável de forma participativa. É, então, a melhor maneira de ajudar a criar empregos decentes e melhorar a qualidade de vida para todos, incluindo os mais pobres e marginalizados. O desenvolvimento local incentiva, de modo cooperativo, os setores público, privado e a sociedade civil a estabelecer parcerias e a encontrar soluções para desafios comuns a estes.” (Agência Sudoeste, 2013)

Este tipo de abordagem integrada pretende impulsionar o desenvolvimento e a diversificação das economias de territórios específicos com características singulares. Os grupos alvo do DLBC são “comunidades de base rural e agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia de base rural (...)” (Républica Portuguesa, 2016); “comunidades de base pesqueiras e agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia pesqueira e costeira (...)” (Républica Portuguesa, 2016) e por último “comunidades desfavorecidas de base urbana localizadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como em centro urbanos de nível superior, e agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento local, de diversificação e competitividade da economia urbana de base local e de promoção do emprego e da inovação e inclusão social (...)” (Républica Portuguesa, 2016). Para o caso de estudo da presente dissertação (bairro Portugal Novo), e de acordo com o território em causa, aplicar-se-ia o último ponto direcionado as comunidades desfavorecidas da AML.

## **7.2. Estratégias de desenvolvimento local**

O foco do desenvolvimento local está em promover de forma ponderada, dar resposta “(...) aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local (...)” (Fórum das Cidades, 2020), redinamizar o comércio local e a sua articulação com territórios mais abrangentes, no geral diversificar as economias locais em “(...) territórios desfavorecidos em contexto urbano (...)” (Fórum das Cidades, 2020). Para serem postas em prática todas as intenções teóricas que o desenvolvimento local de base comunitária pressupõe devem ser utilizadas estratégias, também elas de desenvolvimento local, que articulem parcerias e maximizem os recursos disponíveis. Pretende-se, com isto, impulsionar um envolvimento maior e aproximação das empresas, ou noutros casos, dos estabelecimentos de ensino, ajustando “(...) as necessidades de mão-de-obra do mercado/empresas e os perfis profissionais, numa lógica de adaptação das competências disponíveis às reais necessidades das empresas e às saídas profissionais existentes (...)” (Estratégias de Desenvolvimento Local, 2017) ou então colaborar na formação de profissionais qualificados. Junto dos mais jovens é essencial criar estruturas de apoio multidisciplinar “(...) capazes de prevenir e compensar os défices sociais e culturais no seio familiar (...)” (Estratégias de Desenvolvimento Local, 2017), mas também trabalhar em estreita colaboração com as famílias na sensibilização e capacitação do fomento da aquisição de ferramentas pessoais e sociais, para se assegurar a autonomia e encaminhamento eficaz dos jovens.

Principalmente, é importante que estas abordagens permitam que as comunidades abram os seus horizontes de conhecimento, tenham experiências diferentes, seja com projetos, movimentos sociais, organizações. Isto não quer dizer que seja suposto desenraizarem-se da sua



Figura 53 - Workshop de serigrafia organizado pela AMPAC (Associação de moradores do Bairro Portugal Novo e Bairro das Olaias) com a Bazofa & Dentu Zona (marca sustentável, livraria, biblioteca e atelier de serigrafia sediada na Cova da Moura).

cultura e experiências anteriores, mas sim adquirirem novas ferramentas para a vida futura e para a melhoria do bem-estar pessoal e geral. Para que tal aconteça com sucesso, as comunidades precisam de relações de proximidade com pessoas que estejam junto delas e que lhes passem esse dinamismo e desejo de reinvenção.

Em suma esta abordagem pretende dar às comunidades as ferramentas a nível social, económico ou outras de base comunitária, que as dotem de mecanismos e ferramentas para resolver e combater as problemáticas que lhes possam surgir. (Estratégias de Desenvolvimento Local, 2017)

### 7.3. Participação comunitária

A participação comunitária pressupõe o que o próprio nome sugere, a participação da comunidade, mas vai além disso. Pretende-se que através do processo de “(...) envolvimento das comunidades nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito ou que afetam o seu desenvolvimento futuro (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 1), cada membro dessas comunidades tenha a hipótese de ter uma posição ativa, fazendo parte das decisões tomadas democraticamente e em igualdade de circunstâncias.



Figura 54 – Instalação urbana efêmera "Caixa de boxe", "(...) uma estrutura de ginásio construída no Bairro Portugal Novo (...)". Da autoria do arquiteto Daniel de León Languré, "(...) projeto associado da Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2019, contou com a mediação, produção e construção da Oficina do GatoMorto da EDA. (...) León Languré e o atelier Diseño Espacial de Carlos Aramburo, pesquisaram sobre áreas marginalizadas da Cidade do México que apostaram no boxe como instrumento capaz de gerar ativação espacial e cívica. Estudos atestam que o boxe contribui para a diminuição da violência por ser um treino que implica uma grande autodisciplina, controle e resistência física e mental. Também por ser uma prática que envolve poucos recursos e infraestruturas, León Languré projeta um novo esquema de ginásio de exterior para promover a prática do boxe em zonas com poucos acessos a equipamentos desportivos ou mesmo de ginástica ao ar livre.(...)" (*Ensaios & Diálogos Associação, 2019*)

Ainda que existam várias conceptualizações de participação comunitária, a autora de um artigo sobre este tema, Maria Paulilo, , admite que há uma diferença de abordagem entre aqueles que a veem como um meio e aqueles que veem como um fim. (Paulilo, 1999).

“Quando a participação comunitária é interpretada como um meio, ela geralmente torna-se numa forma de mobilização com vista num determinado objetivo. Quando é identificada como um fim, o objetivo não é algo fixo e quantificável, mas um processo cujo resultado é uma crescente e significativa participação no processo de desenvolvimento. (...) Na verdade, não é a avaliação da participação como um meio ou como um fim que importa, mas a identificação do processo através do qual, a participação como um meio revela a capacidade de se desenvolver na participação como um fim.” (Moser, 1989, p. 84, citado por Paulilo, 1999).



Figura 55 - Membros da comunidade a participar na construção da "Caixa de boxe". “A proposta foi apresentada e muito bem acolhida pela Associação de Moradores do Bairro Portugal Novo (AMPAC Olaias). Os moradores foram envolvidos desde a conceção do projeto na escolha do local onde instalar a estrutura tubular de aço e na realização das fundações. Um processo que reforçou laços de vizinhança e levou a uma utilização do espaço após a sua inauguração. De facto, a estrutura de boxe foi desde logo apropriada, as crianças transformaram-na num parque infantil, e é também um espaço de encontro e de festas. (...)” (Ensaio & Diálogos Associação, 2019)

Outro entendimento, algo semelhante, é proposto num relatório elaborado por Goinhas & Pedro (2013), onde se identificam dois níveis de participação comunitária.

O primeiro, a participação genuína, que pressupõe a gestão do processo participativo por cooperação, “(...) quando se estabelece uma parceria entre todos os atores envolvidos e a comunidade, assistindo-se a um processo de delegação de poder (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p.

46), ou pelo controlo dos cidadãos, “(...) o empoderamento (empowerment) das comunidades através do desenrolar dos próprios processos (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 46), beneficiando de todas as potencialidades do processo participativo.

O segundo, a pseudoparticipação, que tal como sugere o nome, são processos que não são realmente implementados, são apenas apresentados publicamente como promovendo a participação comunitária, mas “(...) que por desconhecimento ou para assegurar um controlo centralizado não a implementam verdadeiramente.” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 46).

Os autores ainda sugerem que se possa dividir a pseudoparticipação em duas subcategorias - a domesticação, quando as comunidades são envolvidas no processo, meramente ao “(...) nível da informação, que é utilizada para manipular a opinião pública. (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 46), e o assistencialismo onde existe uma auscultação limitada e simples, não existindo posteriormente nenhum envolvimento pela comunidade implicada nas ações ou temáticas a desenvolver. (Goinhas & Pedro, 2013, p. 46-47)

Os processos de participação comunitária são sistemas cíclicos de transformação contínua, onde normalmente se podem identificar três fases, “(...) planeamento, implementação e avaliação (...)” (Slocum, 2003, p. 9, citado por Goinhas & Pedro, 2013, p. 1). Como já referido neste subcapítulo, um dos objetivos principais é que as comunidades, tanto enquanto grupo, como a título individual, na pessoa de cada membro, ganhem valências. Estes processos devem ser proveitosos a curto e a longo prazo a nível individual, organizacional e comunitário. As capacidades e aptidões individuais dos cidadãos aumentam, assim como a sua autoestima e o “(...) sentimento de pertença à comunidade em geral (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 1). Há também um incremento das aptidões profissionais e o “saber fazer” (know how) dos intervenientes, técnicos e especialistas, que os dota de um melhor entendimento da comunidade. (Goinhas & Pedro, 2013, p. 1)

As organizações têm a hipótese de incrementar a capacidade de atrair membros e os “(...) recursos necessários para implementar os processos (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 1), assim como ter disponível toda a informação necessária para tomada de decisões, o que garante uma “(...) maior capacidade de resposta em ambientes dinâmicos e mutáveis onde as organizações atuam (...)”. (Goinhas & Pedro, 2013, p. 2). Isto permite rentabilizar tempo e recursos com a minimização de conflitos que possam surgir durante os processos e prejudicar o seu desenvolvimento.

Para as comunidades estes processos são relevantes porque, para além de adquirirem “(...) resultados mais adequados às especificidades da comunidade (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 2), têm a hipótese de providenciar apoio a esses processos de transformação, a longo prazo e de forma generalizada garantindo que os resultados daí obtidos são independentes e sustentáveis. Além disso têm a oportunidade de reduzir os conflitos internos dessas comunidades fomentando a cooperação, o sentimento de pertença e de comunidade. (Goinhas & Pedro, 2013, p. 2)

Concluindo, a participação das comunidades é importante porque também funciona como ferramenta de empoderamento/tomada de poder – as pessoas percebem que podem fazer a diferença com a intervenção em questões importantes para si e para a comunidade,

democraticamente e sem serem hierarquizadas, através do “(...) aumento dos níveis de cooperação e de controlo (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 2)

O conceito de participação comunitária esteve particularmente ativo durante as décadas de 50, de 60, associado aos programas da Organização das Nações Unidas (ONU), que incentivavam que as pessoas fossem envolvidas nos “(...) processos políticos e pudessem partilhar



Figura 56 – Crianças moradoras num bairro SAAL junto a maquetes do futuro bairro.

os processos de desenvolvimento (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 2), o que fez com que os cidadãos ficassem mais conscientes da sua falta de poder e de influência em várias características da sua vida, tais como as políticas de habitação e planeamento.

Foi também durante as décadas de 70 e 80 utilizada por movimentos de base (grass rooted <sup>57</sup>) e por organizações não-governamentais (ONG), sendo que foi a partir dos anos 90 que este conceito começou então a ser usado generalizadamente institucional e governamentalmente.

---

<sup>57</sup> “Grassroots movement – (substantivo); movimento popular” (Dicionário Linguee, 2023) isto é “(...) a abordagem grassroots tem como base: i) movimentos sociais locais: respostas dadas a problemas específicos por grupos de pessoas, lutas pluralísticas que podem ou não formar cadeias horizontais e/ou movimentos regionais; ii) reivindicações económicas locais: mesmo que as motivações económicas estejam presentes e sejam explicitamente colocadas, elas sempre são [misturadas] com aspectos da cultura local e anseios comunitários; iii) rejeição do conhecimento ‘expertise’ impositivo: o conhecimento de especialistas e de agências governamentais não são aceites como guia para o modo sobre como as comunidades devem conduzir suas reivindicações e decisões. (...)” (Sena, Matos, Mesquita, & Machado, 2017). Concluindo, este tipo de movimentos “(...) diz respeito à atuação local, tendo como principal objetivo a mobilização de bases. A atividade visa empoderar grupos locais, regionais e/ou nacionais de maneira horizontal e contempla, em geral, estratégias de decisões “bottom-up” (de baixo para cima) em detrimento do “top-down” (de cima para baixo) (...)” (Inteligov, 2021)

É de salientar o processo SAAL pela “(...) escala de atuação (...) e pela sua complexidade (...)”, (Goinhas & Pedro, 2013, p. 47) que teve lugar logo após a revolução do 25 de Abril de 1974 e que durou até meados da década de 80.

Atualmente em Portugal, não existe uma forte cultura de movimentos de participação comunitária, ainda que tenha vindo a aumentar nas últimas duas décadas. Os processos são frequentemente mal orientados, de forma inconsciente, o que conduz a resultados insuficientes que não produzem relevância ou qualquer tipo de alteração nos sistemas em que atuam. (Goinhas & Pedro, 2013)



Figura 57 – Reuniões (durante o processo SAAL) entre moradores, cooperativas habitacionais e brigadas técnicas.

Os autores consideraram que existem vários métodos de participação comunitária a ser tomados em consideração. Primeiramente, consideraram-se os dois modos de abordagem, de “(...) cima-para-baixo (top-down) (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 7), onde se segue a ordem hierárquica clássica em que os grupos, instituições, classes ou indivíduos com maior prestígio e poder controlam o desenvolvimento do processo, podendo a comunidade ter um maior ou menor envolvimento que está sempre dependente dos “(...) decisores que dão início ao processo (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 7). Ao contrário do anterior, o método de abordagem de “(...) baixo-para-cima (root based) (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 7), onde se inverte a lógica hierárquica clássica, em que os grupos, instituições, classes ou indivíduos com menor prestígio e poder controlam o desenvolvimento do processo e que conduz a um “(...) elevado (...) envolvimento da comunidade (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 7), podendo haver um maior ou menor nível de comunicação com os decisores.

O envolvimento da comunidade pode também ser classificado conforme quatro níveis. No nível mais baixo de envolvimento, a “(...) Informação pública (Information) (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 8), como o nome sugere, a comunidade é apenas informada sobre um determinado assunto ou temática, mas não tem hipótese de escolha ou sequer de emitir uma opinião sobre ela. Com um nível intermédio de envolvimento, a “(...) Consulta pública (Consultation) (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 8) já implica que, para além da comunidade ser informada, haja um debate e a comunidade emita um parecer sobre o assunto. No entanto, continua a não ser envolvida no “(...) seu desenvolvimento futuro (...) [e na] escolha da temática (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 8). Com níveis mais elevados de envolvimento, os autores consideram a “(...) Parceria (Partnership) (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 8) e a “(...) Autoajuda (Self Help) (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 8). A parceria, mais eficiente no desenvolvimento deste tipo de processos, onde todas as etapas do processo e tomadas de decisão são influenciadas e participadas pela comunidade através de “(...) períodos de informação ou de consulta (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 8). Neste método, a comunidade é ativa e colabora nas tomadas de decisão, na implementação e na monitorização das temáticas. No caso da autoajuda, a comunidade também desenvolve todas as etapas autonomamente, “(...) planificando, implementando e monitorizando o processo de forma autónoma (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 8). Ainda que a este nível a comunidade esteja altamente envolvida, verifica-se menos eficiência no progresso deste tipo de processos.

Quanto aos “(...) níveis e diversidade do conhecimento técnico (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 8) os autores do relatório consideram que a complexidade técnica pode ser dividida em baixa, média e elevada onde se tem em conta a necessidade de recorrer a procedimentos mais ou menos elaborados, a técnicos mais ou menos especializados ou de conjugar várias áreas de conhecimento para a implementação desses métodos de participação comunitária.

A duração desses métodos foi também tomada em consideração, entenda-se, o “(...) tempo necessário para preparar e implementar o processo (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9). Foi então classificada em curta, quando dura alguns dias, em média, quando a duração é de um ou vários meses, e em longa, quando dura um ou mais anos.

Ao longo do tempo que estes processos duram passam por várias fases, mas independentemente do método utilizado, são normalmente três os conjuntos de fases: “(...) preparação, implementação e conclusão/avaliação (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9).

Durante essas fases são vários os atores envolvidos nos métodos de participação. Tratam-se de pessoas individuais ou coletivas, alguns são exteriores a comunidade em questão e outros são pessoas da própria comunidade. Geralmente, exteriores a comunidade, intervêm os facilitadores, especialistas “(...) na gestão das dinâmicas de grupo (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9) e que trabalham com o grupo para fomentar “(...) a sua sociabilidade e cooperação (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9), e também os técnicos especializados, com conhecimento técnico de grau médio ou superior, tratam-se de profissionais com muita experiência e domínio numa “(...) determinada disciplina, (...) tema ou processo (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9).

Podendo ser internos ou externos à comunidade em questão, existem os decisores-chave (stakeholders <sup>58</sup>), que “(...) representam as várias partes envolvidas e afetadas (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9) durante o processo; e com a função de “(...) liderar e prosseguir as tarefas (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9) e objetivos existem os coordenadores de projeto, escolhidos de entre os participantes.



Figura 58 - Cartaz de apelo à luta pelo direito à habitação (1975), do fundo do Arq. Alexandre Alves da Costa (SAAL), existente no centro de documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (Coleções CD25A-

Internos à comunidade, o autor considera assim, a própria comunidade constituída por pessoas com “(...) características em comum ou sistemas de interdependência mútuos (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9), existindo assim coesão social. Essa comunidade pode ser territorial, caracterizando-se pela proximidade física que apresenta, pode ser baseada na “(...)

---

<sup>58</sup> “Stakeholder é um termo da língua inglesa definido como “grupo de interesse” ou “parte interessada”. É a união das palavras “stake” (participação) e “holder” (detentor).

Fazem parte deste grupo pessoas e instituições que possuem alguma relação com os processos e resultados da empresa. O termo define os grupos que podem afetar ou ser afetados pelos objetivos da organização, e isso pode acontecer de forma positiva ou negativa. (...) Um dos criadores da expressão foi o filósofo Robert Edward Freeman, que definiu a palavra stakeholder como os grupos sem cujo apoio a organização deixaria de existir. (...)” (Pereira, 2022)

partilha de valores comuns (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9) ainda que fisicamente não estejam próximos, ou ainda em ambos.

Dos atores envolvidos de entre os membros dessa comunidade o autor destaca o líder, que coordena e guia o grupo, e o comité de acompanhamento, um conjunto de elementos, que à semelhança do líder, monitorizam e acompanham o “(...) o progresso da implementação (...)” (Goinhas & Pedro, 2013, p. 9).

Para concluir, sublinha-se ainda que, para implementar processos desta natureza são necessários recursos de várias naturezas, materiais (por exemplo, infraestruturas para a reunião dos atores), e imateriais (por exemplo, disponibilidade, a vários níveis, dos atores para se envolver). (Goinhas & Pedro, 2013, p. 10)

### 7.3.1. Participação dos cidadãos

Na continuação do tema que tratamos, abordemos mais aprofundadamente a questão sobre que “quantidade” de participação deve existir, se as comunidades devem apenas ser consultadas, tendo assim um nível de envolvimento mais limitado, ou se devem ser realmente ouvidas e ter controlo sobre o processo.

De encontro a isto, a autora Sherry R. Arnstein (1969) elabora o artigo “A ladder of citizen participation”<sup>59</sup> onde aborda o envolvimento dos cidadãos nos processos de planeamento nos Estados Unidos da América. Para isso, de forma pragmática, faz o paralelismo dos níveis de participação dos cidadãos com uma escada.

Arnstein (1969) começa por esclarecer que o apoio à participação dos cidadãos é apenas politicamente correto, e que quando os “have-nots”<sup>60</sup> “(...) definem participação como a redistribuição do poder (...)”<sup>61</sup> o consenso, em que se trata de um princípio fundamental, esvai-se em vários tipos de oposição.

Para além da contenção política (utilização de eufemismos para se referir ao tema) e da retórica errónea e exacerbada, a autora defende que a “(...) participação dos cidadãos é uma expressão

---

<sup>59</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação: “Uma ‘escada’ de participação cidadã”

<sup>60</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação: “os-que-nada-têm”. “Have-nots” é o termo usado pela autora para incluir pessoas que se incluem em grupos sociais marginalizados, neste caso nos EUA e na época em que escreve o, já antes referido, artigo: “(...) the have-not blacks, Mexican-Americans, Puerto Ricans, Indians, Eskimos, and whites.” (Arnstein, 1969, p. 216) Tradução livre: “(...) os-que-nada-têm negros, Mexicanos-americanos, Porto-riquenhos, Índios, Esquimós e brancos.”

<sup>61</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) define participation as redistribution of power (...)” (Arnstein, 1969, p. 216)

categorica para poder dos cidadãos.”<sup>62</sup> É a redistribuição desse poder que permite aos “have-nots” que sejam incluídos nos processos políticos e económicos no futuro, para que também consigam usufruir dos benefícios da sociedade abastada. (Arnstein, 1969, p. 216)

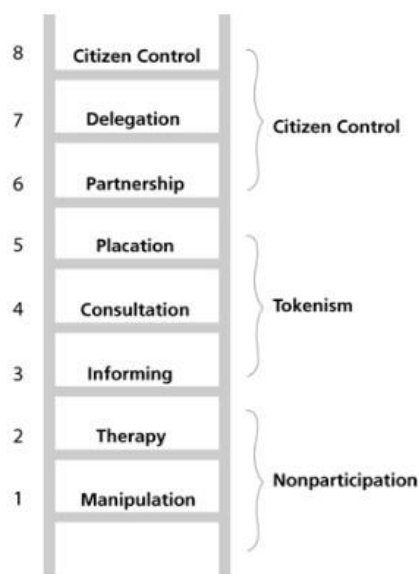


Figura 59 - A "escada" com oito degraus - níveis - de participação dos cidadãos.

Na “escada” de tipos de participação, começando de baixo, encontramos no primeiro degrau a Manipulação (Manipulation) e no segundo a Terapia (Therapy). Ambos são considerados níveis de não-participação, neles pretende-se educar, e de alguma forma subjugar, as pessoas para apoiarem os decisores (detentores do poder). (Arnstein, 1969, p. 217-218)

Os três níveis que se seguem são o que a autora considera tokenismo<sup>63</sup>. O nível “Informar (Informing)” é o primeiro nível para legitimizar a participação dos cidadãos, ainda assim a informação tende a ter apenas um sentido, dos decisores para os cidadãos, e o parecer dos cidadãos não é transmitido aos decisores. Na “Consulta (Consultation)” executam-se inquéritos, pesquisas junto das comunidades, mas como Arnstein (1969) descreve, tratam-se apenas de procedimentos dissimulados se não forem combinados com outros modos. No nível mais alto de tokenismo, a “Conciliação (Placation)”, os cidadãos começam a ter algum nível de representação, é-lhes permitido aconselhar ou planear, mas, delega aos decisores o direito a viabilizar ou legitimar um projeto. (Arnstein, 1969, p. 217 e 219-220)

<sup>62</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) citizen participation is a categorical term for citizen power.” (Arnstein, 1969, p. 216)

<sup>63</sup> Tokenismo – “Do inglês tokenism, «idem», a partir de token, «símbolo»; (...) adoção de medidas meramente simbólicas ou superficiais como forma de aparentar uma situação de igualdade, diversidade e inclusão social num determinado contexto (laboral, educacional, etc.)” (Porto Editora, s.d.)

Por fim, os últimos três níveis (“degraus”), onde os níveis de controlo por parte dos cidadãos são mais elevados. Na “Parceria (Partnership)”, o poder, tal como o planeamento, as responsabilidades e as tomadas de decisão são partilhadas e obtidas através da negociação entre as comunidades e os decisores. No segundo maior nível de controlo dos cidadãos, a “Delegação de Poder (Delegated Power)”, os cidadãos têm o maior nível de representatividade em comissões, escolhidas para a tomada de decisões, tal como têm mais acessível a hipótese de pedir esclarecimentos às comissões. No maior nível de participação, o “Controlo do Cidadão (Citizen Control)”, os cidadãos e as comunidades têm o controlo total sobre o planeamento, a gestão e a implementação de políticas, sem intermediários entre si e as fontes de recursos. (Arnstein, 1969, p. 217 e 221-223) Os cidadãos devem abordar a situação de forma sensata, pedem apenas o “(...) grau de controlo que garanta que os atores consigam governar um programa ou uma instituição, intervir no controlo de aspetos de gestão e de políticas e que estejam aptos a negociar condições (...)”<sup>64</sup>.

Há ainda que compreender que Arnstein (1969) aborda os 8 níveis como um método genérico. Cada método, com mais ou menos participação dos cidadãos, deve ser adaptado a cada uma das realidades individuais da comunidade em questão, tal como a “(...) quantidade de atores ou o seu nível de envolvimento num processo participativo não pode ser antecipado (...)” (Romão, 2015, p. 27), isso vai depender do enquadramento em que se insere.

---

<sup>64</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de “(...) degree of power (or control) which guarantees that participants or residents can govern a program or an institution, be in full charge of policy and managerial aspects (...)” (Arnstein, 1969, p. 223)

## Capítulo 8

### Arquitetura participativa

(Expresso Transatlântico – “Azul Celeste”; álbum: EP “Expresso Transatlântico”, 2021)

(Sam the Kid, Valete – “A Pura Verdade”; álbum: “Um café e a conta”, 2021)

#### **8.1. A arquitetura participativa e participada – como mediar as necessidades dos moradores e o poder dos decisores**

“Nas minhas funções nos serviços de habitação fui levado a discutir com as organizações populares de uma pequena aldeia operária, e apercebi-me de que, contrariamente à Municipalidade, estas pessoas tinham uma visão muito real das necessidades e aspirações em matéria de melhoramento da cidade.” (Vicente, 1976)

A arquitetura e o urbanismo participativos procuram incluir no projeto, no planeamento dos espaços urbanos (públicos e privados) e nas tomadas de decisão, os moradores e utilizadores. Neste processo colaborativo pretende-se dar autonomia e capacitar moradores e atores das comunidades a contribuírem com as suas ideias, aspirações e necessidades para os projetos. Ao envolver as comunidades, é possível criar espaços mais sustentáveis, inclusivos e acessíveis a toda a comunidade, mas também a toda a sociedade. Esta abordagem leva a que os envolvidos se sintam mais envolvidos, com maior sensação de pertença, logo mais capazes de desempenhar funções variadas dentro da comunidade, mas também ao nível profissional e pessoal. (Gadelha, 2018, p. 265)

Concretamente pretende-se que a arquitetura seja a mediadora (o meio) entre as necessidades dos moradores e o poder dos decisores. Serão o processo criativo, o projeto e todas as experimentações que vão levar o resultado final a ser bem-sucedido e a conseguir convencer os decisores. (Gadelha, 2018, p. 284)

Atualmente observa-se uma transformação na compreensão quanto à relevância da inclusão e da participação dos moradores, as necessidades dos moradores voltam a ser determinantes e a estar no centro do processo arquitetónico.

“O Processo Participativo refere-se à atividade de designers e pessoas não treinadas em design, que trabalham juntos no processo de design e desenvolvimento. Na prática do Processo Participativo, as pessoas servidas pelo processo não são vistas como simples

utilizadores, consumidores ou clientes. Pelo contrário, são vistos como especialistas em entender os seus próprios modos de vida e de trabalho.”<sup>65</sup>

Considera-se então que o conhecimento é adquirido a partir da interação entre pessoas e em determinados contextos logo, teoricamente, a participação é apoiada no construtivismo<sup>66</sup>. (Spinuzzi, 2005, p. 166, citada por Romão, 2015, p. 25) Esta é considerada, principalmente, uma metodologia mas também uma “(...) ‘orientação de pesquisa ou mesmo um campo (área de estudo)’ (...)”<sup>67</sup>. Constatando esta necessidade de troca de conhecimento entre o arquiteto e a comunidade dos sítios em que intervencionará, percebemos que o envolvimento das pessoas deve existir e que “(...) o arquiteto deve trabalhar com as pessoas, em vez de para elas. (...)”, (Romão, 2015, p. 26) sendo que este será também o maior desafio.

Durante vários anos, a arquitetura foi considerada uma atividade ligada à burguesia, a própria formação dos arquitetos teve a sua génese numa ligação ambígua entre arte e tecnologia. A parte artística estava sistematicamente destinada a anular qualquer formação de proposta ligada à tecnologia, enquanto que a técnica (tecnologia) estava destinada a banalizar qualquer proposta expressivo-abstrata ligada à arte. Tendo sido forçadas a uma coexistência inorgânica, a parte artística e a tecnológica, retardaram a transformação científica da disciplina arquitetónica e interromperam os seus contactos com as transformações. Assim, a falta de estrutura disciplinar lançou-a no estado de imprecisão e confusão. (Carlo, 1970, p. 4-6)

Assim sendo, Giancarlo De Carlo (1970) defende que ao já não ser possível prescindir da arquitetura, porque enquanto houver humanos na dimensão física presente, a organização (física)

---

<sup>65</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “Participatory Design refers to the activity of designers and people not trained in design working together in the design and development process. In the practice of Participatory Design, the people who are being served by design are no longer seen simply as users, consumers or customers. Instead, they are seen as the experts in understanding their own ways of living and working.” (Sanders, 2013, p. 61, citada por Romão, 2015, p. 25)

<sup>66</sup> O construtivismo gerou-se a partir de uma teoria de Jean Piaget, não propriamente pedagógica, mas sim sobre o conhecimento. Nesta, defende que na questão do conhecimento, ou da partilha deste, “(...) há uma relação entre professor e aluno, na qual ambos aprendem. O seu estudo não se fixou tanto na questão da educação mas sim com o conhecimento. Ou seja, como o sujeito aprende, sendo através da ação de aprender ou por intermédio da ação de construir o seu conhecimento. A relação do aluno sobre o objeto do conhecimento é que direciona o construtivismo. O indivíduo aprende agindo sobre o saber, experimentando, manipulando. A aprendizagem gera conhecimento. O que se busca nesta relação é o desenvolvimento lógico das estruturas cognitivas. (...)” (Pitta, 2020)

<sup>67</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) ‘research orientation or even a field’ (...)” (Muller, 2003, p. 1052, citado por Romão, 2015, p. 25).

do espaço continuará a ser uma necessidade fundamental, mas também a forma mais direta de uma comunidade comunicar e se representar materialmente. Assim, uma das principais motivações do ser humano é o desígnio para executar transformações no ambiente que o rodeia e é precisamente ao lidar com as incoerências que surgem ao longo dessas transformações que o papel da arquitetura se pode revelar.

Perante o paradoxo de as “(...) atividades humanas se multiplicarem, diversificarem e tornarem omnipresentes, decisões sobre onde e como elas devem estar presentes, estão cada vez mais concentradas nas esferas do poder económico, burocrático e tecnológico. (...)”<sup>68</sup> (Carlo, 1970, p. 13). A arquitetura pode contribuir para o congelamento ou descongelamento desse paradoxo, conforme que lado decidir tomar – o das estruturas do poder ou o dos oprimidos e excluídos por estas. Só a segunda opção permite a inovação, mas como o autor explica, “(...) esta escolha nunca poderá ser feita pela comumente designada ‘arquitetura de arquitetos’. Na realidade, a arquitetura tornou-se importante demais para ser deixada para os arquitetos. (...)”<sup>69</sup> (Carlo, 1970, p. 13). Para isso, todos os bloqueios devem ser extintos, para que “(...) construir e usar se tornem duas partes diferentes do mesmo processo de planeamento (...)”<sup>70</sup> (Carlo, 1970, p. 13) enquanto paralelamente, a atitude prepotente presente no universo arquitetónico e a inércia forçada dos cidadãos se devem dissolver, para dar lugar a uma situação em que ambos têm impacto, ainda que diferente, no processo criativo. Cada um acaba por ser arquiteto e por fazer parte do evento arquitetónico, onde “(...) independentemente de quem o concebe e realiza - é considerada arquitetura. (...)”<sup>71</sup> (Carlo, 1970, p. 13).

---

<sup>68</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) human activities multiply, becoming diversified and omnipresent, decisions about where and how they should take place are increasingly concentrated in the spheres of economic, bureaucratic and technological power. (...)” (Carlo, 1970, p. 13)

<sup>69</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) this choice can never be made by what passes for 'architects' architecture. In reality, architecture has become too important to be left to architects. (...)” (Carlo, 1970, p. 13)

<sup>70</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) building and using become two different parts of the same planning process. (...)” (Carlo, 1970, p. 13)

<sup>71</sup> Tradução livre pela autora da presente dissertação. Traduzido de: “(...) regardless of who conceives it and carries it out - is considered architecture. (...)” (Carlo, 1970, p.13)

## Capítulo 9

(Slow J – “Tata”; álbum: “Afro Fado”, 2023)

(Slow J – “Grandeza – A Colors Show”, single, 2023)

### Casos de Estudo

Dentro do campo de abordagem das intervenções da arquitetura, o mais intuitivo será pensar na construção ou reabilitação de espaços físicos; mas não passa só por aí, as abordagens passam também pelas pequenas reparações, melhoramentos de edifícios já construídos; nos novos espaços a ser construídos, assim como na criação ou reabilitação de espaços públicos e na promoção de debates, oficinas ou processos relacionados com os temas.

“(…) Aquilo que não se conta às dezenas nesses bairros são: espaços jovens; escolas equipadas e de qualidade; centros comunitários; sítios de acolhimento para as crianças, enquanto os pais estão a trabalhar; habitação digna; equipamentos coletivos públicos (parque infantil, ringues desportivos, parques); transportes de qualidade; espaços e financiamento disponível para as associações locais e fóruns de diálogo entre moradores e poder público. (…)” (Guterres, 2024)

Num bairro como o que foi abordado na presente dissertação existe um distanciamento, em certa parte, físico, mas principalmente social e económico para com a cidade e os espaços que a compõem. A apropriação do espaço permite criar uma identidade para o bairro ou cidade, pela maneira como os moradores atuam e agem nesse espaço, influenciando as relações que se criam nele – resultantes da interação que se estabeleceu com o espaço – e como consequência, a materialização das mesmas. Espaços degradados e/ou fragmentados precisam do fator social/humano, para atuar como elemento ligante no processo de reabilitação, sendo nesse aspeto que a arquitetura pode e deve intervir, mas onde, por questões de cariz político e económico, se tem desvalorizado e menosprezado essa atuação.

O bairro necessita de um ponto de encontro onde as iniciativas dos moradores, do bairro e até da cidade, se possam encontrar, dar-se a conhecer e interligar-se. Espaços onde isso aconteça estimulam a participação ativa dos cidadãos, fortalecem o empoderamento dos cidadãos e geram uma sensação de pertença. Dentro de um bairro, como o Portugal Novo, acontece um microsistema, que, por várias razões, só encontramos em bairros como este, alguns chamam-lhe bairrismo, nestes bairros as pessoas ainda conhecem os vizinhos e existe um espírito de partilha e de entajuda maior.

Para estas dinâmicas acontecerem é importante que as comunidades possam usufruir do seu livre direito a utilizar os espaços públicos, que podem ser exponenciados através da sua articulação com equipamentos urbanos – onde a arquitetura deve também atuar. Equipamentos

urbanos de cariz social, educativo ou cultural, numa situação informal, funcionam como elemento impulsionador para mudanças de mentalidade e de realidade, não só para as comunidades internas aos bairros, como para as comunidades externas ao bairro. Equipamentos ou espaços deste tipo tornam-se em núcleos dinamizadores e geradores de projetos - fragmentos da realidade de quem habita as cidades e territórios - que muitas vezes são desconhecidos para a maioria, mas que como cidadãos do mesmo país, têm de ter a oportunidade de ser apresentados à sociedade, como qualquer outro projeto de outro habitante do mesmo país. Este ponto poderia levar-me à questão da meritocracia, para a qual, deixo apenas o apontamento de como é claro que esta não funciona quando observamos uma situação como esta.

São diversos os projetos, nacionais e internacionais, que apresentam soluções arquitetónicas que respondem a questões sociais dentro de comunidades, bairros ou cidades - espaços que vêm tentar resolver as questões sociais, educacionais e até económicas a que os sistemas governamentais não conseguem dar resposta. Alguns desses projetos aplicam-se à realidade do bairro que temos vindo a analisar, e do nosso país em geral. Outros desses projetos são apenas algo que, apesar de ser um bom exemplo a ter em conta, não acontece no nosso país e muito menos em territórios marginalizados.

## 9.1. Casos de estudo concordantes

### Centro Comunitário Fonte da Prata

Um projeto do atelier de arquitetura “PROMONTORIO”, contruído para a Fundação Santa Rafaela Maria, na Moita, a 40km a sul de Lisboa, que tem o seu foco na prevenção do abandono escolar, onde apoia crianças e jovens com problemas de aprendizagem, vindas, maioritariamente, de famílias desfavorecidas e/ou de ambientes disfuncionais. Também atua no bem-estar social, na proteção e monitorização de crianças, no apoio económico a famílias em situação vulnerável, assim como na integração de imigrantes.

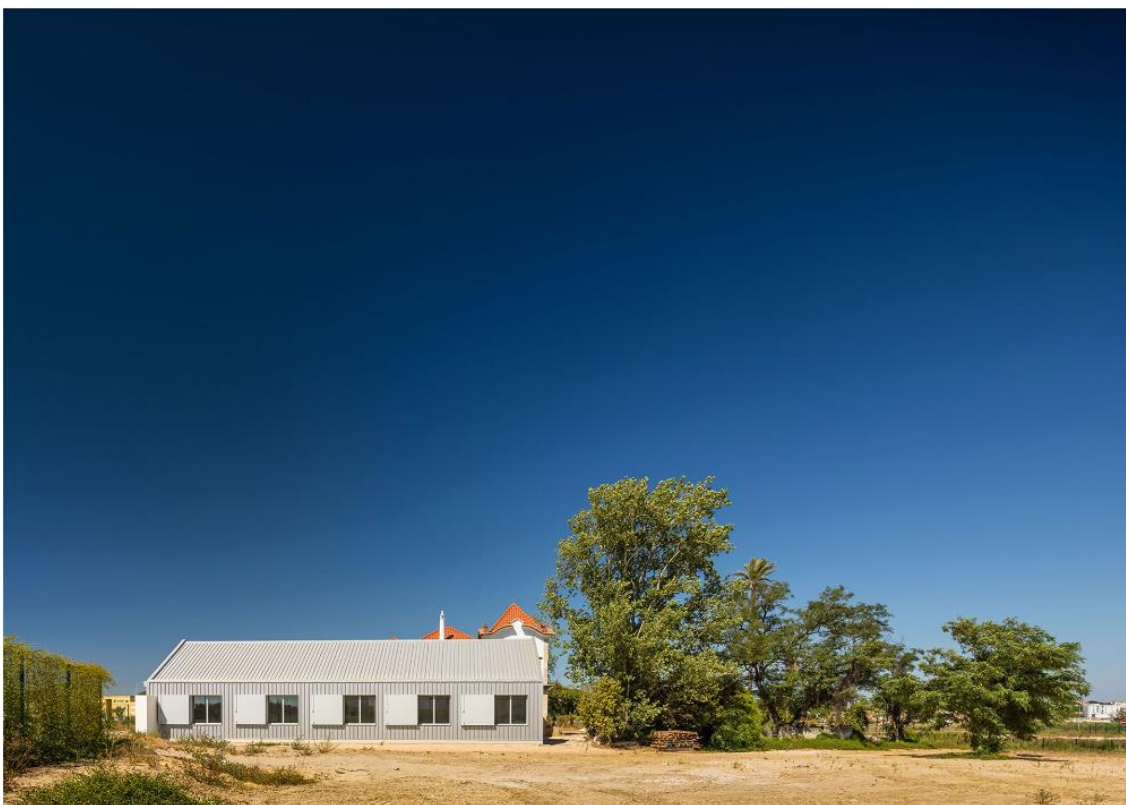


Figura 60 - Armazéns das salas de aula (fachada sul).

O espaço do centro comunitário da fundação localiza-se na margem sul do rio Tejo, junto ao bairro social da Fonte da Prata, bairro multicultural construído no início dos anos 80, para alojar, maioritariamente migrantes vindos das ex-colónias no rescaldo da revolução de Abril. (Promontório, 2022)

O centro, quando funcionava ainda nas suas antigas instalações, já incluía ateliers de capoeira, danças urbanas, kickboxing, música, informática e zumba; ações comunitárias mais direcionadas para a população adulta como o espaço emprego, acompanhamento psicológico e atendimento social; e funcionava também o Clube da Mulher, um projeto para combater a solidão e isolamento, frequentado por mulheres entre os 50 e os 85 anos. (Centro Social Paroquial São Lourenço de Alhos Vedros, s.d.)



Figura 61 – Os antigos armazéns agrícolas, agora salas de aula, e o Palácio da Fonte da Prata.

No terreno, de cerca de 1 hectare, onde se encontra o centro comunitário, existem diversos edifícios, sendo o principal o Palácio da Fonte da Prata, contruído em 1910; os restantes edifícios estão dispersos pelo terreno e encontram-se em ruínas.

O programa do projeto inicial incluía salas de aula, salas de workshop (oficinas), cozinha, cantina, sede da fundação, capela, alojamento para voluntários e armazenamento para roupas e equipamentos para acampamentos de verão. Devido ao orçamento limitado o projeto foi dividido em fases. O edifício do palácio servirá para situações de emergências familiares e sociais, enquanto que a ruína a nordeste será reabilitada para os bairros residenciais dos voluntários. No exterior, criar-se-á estacionamento, um campo de futebol/basquetebol, parque infantil, pomar, horta, recuperação do existente poço, tanque e eira. (Promontório, 2022)



Figura 62 - Armazéns das salas de aula.

Na 1ª fase renovaram-se os armazéns agrícolas, que estavam encostados à fachada sul do palácio, para salas de aula. Um dos armazéns foi usado como um espaço multifuncional, com cacifos e casas de banho, e o outro armazém com cinco salas de aula. Contrastando com o palácio, os edifícios das salas de aula são completamente revestidos com painel sanduíche de alumínio e poliuretano, isolado e pintado com um tom cinza grafite. Esta escolha deveu-se a questões de orçamento e de manutenção, assim como preventivamente quanto a vandalismos e intrusões, exatamente por isso as aberturas do edifício têm um sistema de portadas de alumínio reforçado. (Promontório, 2022)

## Instituto Vila Praia

A Vila Praia é uma comunidade no sul de São Paulo, Brasil, constituída por famílias em situação de vulnerabilidade social. O instituto apoia a comunidade com projetos de lazer, cultura, educação e empreendedorismo social, tendo conseguido adquirir um espaço próprio para continuar a executar as suas atividades, ainda que este necessitasse de reabilitação. O líder da comunidade explica que, já tiveram projetos bem sucedidos, mas que naquele momento se tornava importante ter um espaço próprio, onde tivessem autonomia. (Comunità, 2021)



Figura 63 - Fachada principal do Instituto Vila Praia, vista da rua.

A organização sem fins lucrativos, Comunità, fez a reabilitação do edifício, onde os andares foram divididos para receberem as atividades e projetos. O programa do edifício distribuiu-se em três andares: no piso térreo, uma cozinha comunitária, instalações sanitárias, espaço de reuniões e uma zona para recepção, e posterior distribuição, de doações; no primeiro piso existem duas salas, uma mais direcionada a atividades infantis, programas de alfabetização de adultos, e a outra para costura; no último andar, o espaço também é multifuncional, e será utilizado para reuniões ou para simples convívios da comunidade.

Atualmente o Instituto é um ponto de referência para a comunidade, graças ao trabalho dos líderes locais, e devido às iniciativas e projetos, organizados pela própria comunidade, é possível perceber a relevância da sua atuação para o combate das desigualdades sociais. (Comunità, 2021)



Figura 64 - Crianças da comunidade em atividades numa das salas.

O Comunità trabalha com associações de base comunitária, que dão apoio às comunidades com projetos e recursos que as afetam positivamente. Projetos como estes são essenciais para uma parte da população, que tem menos oportunidades e que normalmente precisam do apoio do estado, ter acesso a oportunidades diversificadas. Essas associações funcionam como infraestruturas urbanas focadas no desenvolvimento sustentável e em criar redes de apoio para a cidade num todo. Assim aconteceu com o exemplo em questão, no Instituto Vila Praia, todos os moradores, projetos, parceiros e líderes locais foram centralizados num só espaço sinérgico. (Benfeitoria, 2021)



Figura 65 – Sala de atividade (à esquerda) e a sala de costura (à direita).

Todo o projeto e planeamento foram elaborados em estreita colaboração com os moradores e líderes locais, desde o programa até à obra. Uma das condições era o projeto ter um custo baixo e que fosse possível de executar com mão de obra local e da comunidade. A

## REMINISCÊNCIA

reutilização de materiais foi a abordagem principal, contribuindo para a redução de custos e para a sustentabilidade na execução. (Comunità, 2021)

### Sede Conselho de Vizinhos Manuel Rodríguez

O projeto consistiu na completa reabilitação e na ampliação do edifício existente, na comuna de Quilpué, Chile, que era sede do bairro e abrigava o Conselho de Vizinhos nº14 Manuel Rodríguez. Foram reabilitados cerca de 200 m<sup>2</sup>, onde existia, essencialmente, um salão, e houve ainda uma ampliação de 126 m<sup>2</sup> para a construção de instalações sanitárias e escritórios. A proposta foi desenvolvida no programa de melhoramento habitacional “Quiero Mi Barrio” dentro do programa Minvu DS 27, portanto os recursos financeiros eram limitados. (Social Arquitetura, 2023)



Figura 66 – Edifício da sede do Conselho de Vizinhos Manuel Rodríguez.

Localizado numa zona de declive suave, com vistas desimpedidas e boa incidência solar, procura ir de encontro às necessidades funcionais e de segurança dos moradores. O projeto começou com a organização no terreno dos espaços em forma de “L”, tendo separado a sala, a cozinha e as instalações sanitárias dos escritórios novos e do pré-existente. Desta forma tornou-se possível que diferentes organizações da região usem a sede em simultâneo, mas de forma independente.



Figura 67 - O pátio (espaço exterior).

O espaço exterior, desenhado pelo pela forte presença do beiral magenta, homogeniza os diferentes volumes e os usos externos e proporciona um espaço intermédio sombreado. (Social Arquitetura, 2023)



Figura 68 – Interior do edifício.

As lâminas de madeira revestem e fornecem continuidade aos volumes, que, possuindo larguras variáveis, para se ajustarem às formas do edifício, servem também para satisfazer os requisitos de segurança visto que cobrem até as janelas. A iluminação natural interna direta é feita

## REMINISCÊNCIA

através de claraboias na cobertura que, contrastando com o exterior colorido, iluminam o interior branco. Estas acontecem alternadas com as janelas baixas, o que permite um jogo alternado de luz natural, dentro das divisões. O projeto contempla também acessibilidade universal em todas as suas instalações. (Social Arquitetura, 2023)

Em seguida apresentarei alguns exemplos de projetos mais pequenos, mas que foram todos eles fruto da estreita ligação e do trabalho dos moradores e das equipas projetistas. Com orçamentos muito reduzidos, foram o mais incisivos possível e perceberam o que era prioritário construir nesses bairros.

### Cozinha Comunitária das Terras da Costa

A cozinha comunitária foi projetada, pelo ateliermob e o projeto Warehouse, num bairro de génese ilegal na Costa da Caparica, onde habitavam <sup>72</sup> cerca de 500 pessoas, sendo que cerca de 100 delas eram crianças. Nos terrenos conhecidos como Terras da Costa, que acabariam por dar nome ao bairro, o bairro distribui-se por dois núcleos, compostos por dois grupos de moradores, um com origens nos países africanos de língua portuguesa, maioritariamente cabo verdianos, e outro de origem cigana.



Figura 69 - A cozinha comunitária, à esquerda, imediatamente ao lado, o bairro das Terras da costa e, ao fundo, a Costa da Caparica.

---

<sup>72</sup> Utilizo a flexão do verbo “habitavam”, porque no presente momento (Novembro de 2023) já só habita um número parcial dessas 500 pessoas. Os moradores de um dos núcleos foram realojados em Março de 2016, por isso já só permanecem lá cerca de 50 famílias, maioritariamente de Cabo-Verde, Guiné e São Tomé.



Figura 70 - Uma das laterais da cozinha comunitária.

Não há dados oficiais relativos à génese do bairro, mas segundo se sabe, terá começado a formar-se a partir de algumas “(...) construções de apoio à atividade agrícola (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, 2014), algures no final de 1970. Tratava-se de um território isolado e invisível, pela geografia natural ou intencionalmente<sup>73</sup>, onde não existia água canalizada, saneamento e com construções precárias.

O ateliermob começou a trabalhar com esta comunidade num workshop promovido pela Universidade Autónoma de Lisboa. No fim do workshop, o ateliermob e o coletivo Fronteiras Urbanas juntaram-se à comunidade para resolver o problema da falta de água, entre outras coisas. Entenderam desde o início que a resolução do “(...) problema concreto implicava um esforço coletivo considerável e que a pressão das contrariedades obrigava a um reforço organizativo em torno da Associação de Moradores (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, s.d.). Assim, num processo participativo, em assembleia de bairro formalizou-se a decisão de construir a Cozinha Comunitária. Esta foi considerada a prioridade para melhorar as condições de vida dos moradores, criando um espaço (com as condições básicas) para cozinhar e estar coletivamente,

---

<sup>73</sup> Veja-se o exemplo da “(...) imagem de abertura da página oficial da antiga Junta de Freguesia (2013) na qual aparecia uma fotografia tirada a partir do alto da arriba fóssil e o lettering da Junta de Freguesia tapava, criteriosamente, as casas do bairro para só se ver o mar e as torres de habitação (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, s.d.)



Figura 71 - Ponto de abastecimento de água.



Figura 72 - Espaço de refeições e cozinha.

com alguns pontos de água e anti-incêndio, que poderia “(...) ser partilhado por todos e gerido pelos moradores (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, 2014).

O ateliermob propôs tratar “(...) do futuro imediato e do problema do acesso à água (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, s.d.) e o coletivo Warehouse doou as madeiras (resultantes do desmantelamento de um outro projeto). A 8 de Dezembro de 2014 a cozinha comunitária foi inaugurada e a água finalmente chegou ao bairro.

Numa altura em que se encontravam num impasse, sobre o que se sucederia no bairro e se haveria condições para as equipas técnicas continuarem a trabalhar, é atribuído o Prémio Building of the Year 2016 no sector de arquitetura pública, pela Archdaily, reforçando a ideia de que a visibilidade é essencial para a luta destes territórios. (ateliermob & trabalhar com os 99%, s.d.)

### Palácio Marquês de Abrantes

O projeto participado ocorreu entre Janeiro e Fevereiro de 2017, tratando-se de uma reabilitação do ateliermob, para um uso comunitário e público com o objetivo de apoiar e promover a qualidade de vida urbana da população local, num espaço aberto para a comunidade – como esta desejava. Com dois tipos de intervenções, diferentes mas complementares, o Centro de Investigação Artística – Hangar organizou uma exposição documental com fotografias,



Figura 73 - Entrada para o Palácio Marquês de Abrantes.

plantas, etc, numa “(...) pequena parte do Palácio Marquês de Abrantes, situada no seu braço nascente (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, 2018), sobre “(...) as histórias e experiências desta zona oriental de Lisboa, com particular foco nas memórias das populações operárias e seus vestígios materiais (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, 2018), contrastando com a situação atual do bairro e com as persistentes lutas contra a desertificação e o isolamento sócio-espacial da comunidade local. Com o projeto “Entre Linhas”, proporcionou-se a instalação de atelier de arquitetura aberto (como um gabinete de apoio local, na rua de Marvila), “(...) promovido pelo ateliermob, dentro do espaço expositivo por si intervencionado, também enquanto ensaio de ocupação e uso futuro deste equipamento (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, 2018).



Figura 75 - Interior do palácio com as intervenções feitas pelo atelier.



Figura 74 - Reuniões com os moradores e aliados do processo.

O trabalho foi desenvolvido em dias úteis, durante o período de funcionamento ao público, e semanalmente apresentado à comunidade. Num processo participado, com o envolvimento dos moradores, para contrastar “(...) memórias individuais do(s) lugar(es) com as

possíveis estratégias e planos coletivos para o futuro (...)” (ateliermob & trabalhar com os 99%, 2018). O debate de ideias foi a base do estudo prévio de arquitetura para a reabilitação do Palácio Marquês de Abrantes, fomentado pela organização de mesas redondas com a participação dos moradores da Rua de Marvila e de aliados deste processo. A iniciativa tinha a intenção de atrair mais moradores locais, demonstrando o potencial do edifício, através do uso popular.

## 9.2. Casos de estudo contrários

Os casos de estudo que se seguem, são casos que, apesar de se tratarem de equipamentos com usos semelhantes, referem-se a infraestruturas, programas projetuais ou simplesmente construções que não se aplicariam à situação em estudo, por diversas condicionantes, mas principalmente financeiras. Projetos, como os seguintes, não são uma realidade em grande parte dos bairros em Portugal, muito menos nos de classe baixa ou média, porque os governos e as autarquias não apoiam investimentos desta dimensão, e os moradores não têm autonomia financeira para os concretizar sozinhos.

### Centro Comunitário Kastelli

A equipa de projeto do atelier Lahdelma & Mahlamäki define o centro comunitário Kastelli, na cidade Oulu, Dinamarca, como um lugar de aprendizagem, educação, desporto e cultura. De entre os seus usos compreendem-se uma escola secundária para jovens e adultos, uma biblioteca, instalações para a educação de adultos, um centro juvenil, várias áreas desportivas. (Lahdelma & Mahlamäki, 2014)



Figura 76 - Fachada principal do centro comunitário.

Dada a complexidade do projeto, a cidade organizou um concurso em duas fases. A equipa de projeto dividiu, com êxito, o programa do edifício público em partes menores que, em conjunto, aumentam o sentido de comunidade. A escala de construção foi adaptada, a pensar nas crianças, assim como o uso de cores e formas. O centro, tal como os itinerários interiores, exteriores e os pátios, estão divididos em unidades, de menor dimensão, conforme as funções das mesmas e o público-alvo. (Lahdelma & Mahlamäki, 2014)



Figura 78 - Hall central.



Figura 77 – Planta do centro comunitário.

O hall central conecta todas as funções e dá ao edifício um carácter visual próprio, com um desenho escultural, materiais e cores. O hall é também usado como um foyer em eventos públicos e desportivos e liga a escola e os centros de ensino do 1º piso, e as escadas deste piso, tal como os pilares em forma de “cogumelo”, são de betão e foram feitos no local. (Lahdelma & Mahlamäki, 2014)

O design do exterior também foi uma preocupação: os mobiliários de exterior, os aglomerados de plantas, a percepção do uso da cor e das pinturas no asfalto contribuem para estimular o ambiente dos pátios. O grande pátio à volta do edifício está dividido, paisagisticamente, em pequenos nichos direcionados a diferentes grupos etários – o desenho paisagístico está alinhado com a arquitetura do edifício. A barreira acústica para a rua e a sua relação com a envolvente próxima, também foram desenhadas tendo em conta pressupostos de paisagismo. (Lahdelma & Mahlamäki, 2014)

#### Centro Comunitário e Complexo Desportivo Churchill Meadows

O projeto do atelier MJMA, localiza-se num bairro de rápido crescimento em Mississauga, uma cidade suburbana a oeste de Toronto, Canadá. Converte-se uma área de 20 hectares de área agrícola num parque com o Centro Comunitário de 7000 m<sup>2</sup> como foco. O parque está ligado a uma rede de trilhos de usos variados, antes existente.



Figura 79 - Exterior do edifício do centro comunitário e alguns campos de jogos.

A forma simples, mas dinâmica, do centro comunitário destaca o seu propósito como uma marca no bairro para encontros sociais e atividades saudáveis. A cobertura, ao longo das fachadas oeste e sul, prolonga-se e deixa visível a estrutura de madeira maciça do edifício (revestida por uma malha de alumínio expandido, que a protege), “(...) uma série de colunas lameladas que fornecem à estrutura e à moldura da cortina de vidro, envolvendo o ginásio, o lobby e a piscina (...)” (MJMA, 2021).



Figura 81 - Prolongamento da cobertura.



Figura 80 – Piscina interior.

O edifício do centro comunitário organiza os espaços interiores em dois blocos, que se estendem ao longo de todo o comprimento do edifício: a este encontram-se os balneários, uma cozinha de aprendizagem e salas de fitness e multifunções no piso superior; na zona oeste, um volume mais largo abriga o ginásio triplo e um salão aquático com piscinas de natação e lazer.



Figura 82 - Edifício do centro comunitário com os campos de jogos.

O parque oferece vários espaços de lazer, de fitness, campos de futebol, de basquetebol, espalhados por colinas de inclinação suave (criadas artificialmente a partir de solo escavado) que servem de assentos para os espectadores. Em conjunto, o edifício e o parque “(...) compõem um hub vital para lazer, desporto e recreação (...)” (MJMA, 2021). Questões de sustentabilidade, inovação, eficiência energética, qualidade ambiental foram tidas em consideração, assim como, questões ecológicas relacionadas com águas pluviais, ecossistemas locais e habitats de nidificação.

### **9.3. Caso de estudo: o próprio caso em estudo – Bairro Portugal Novo**

Antes do 25 de Abril, os bairros sociais eram construídos longe do centro das cidades e acabavam por ficar durante anos sem serviços, transportes ou equipamentos. (Portas, 1979, 00:02:30) No entanto, após a revolução foi-se entendendo que o problema da habitação não ficava resolvido só com a construção de casas para as pessoas (Portas, 1979, 00:02:31), por isso, já no decorrer do processo SAAL havia o plano de ocupar os espaços intersticiais das cidades com equipamentos. Apesar de não haver o registo de algum ter chegado realmente a ser construído, posteriormente, foram vários os bairros que reabilitaram espaços existentes para os utilizar para espaços de lazer, de atividades ou para convívios dos moradores.

Existem populações social e economicamente mais desfavorecidas, que são percecionadas pela sociedade como tendo uma imagem marginal e frágil, nas mais variadas localizações dentro e fora de Portugal. Todos os projetos têm em comum objetivos de valorização da participação ativa dos cidadãos, valorizar a identidade individual e coletivas, maior sentimento de pertença, mais qualidade de vida dos moradores, onde todos os pontos conduzirão a uma maior coesão social e espacial.

Sendo que, para associações de moradores, projetos independentes ou outro tipo de associações/grupos envolvidos, sem apoios monetários significativos (governamentais ou exteriores) é insustentável construir habitação em quantidade suficiente para colmatar as necessidades dentro de cada bairro. Assim, ao construir equipamentos, fornece-se uma ferramenta aos moradores para que possam construir a sua independência e representatividade, afirmando-se perante a restante sociedade.

Com base nos casos de estudo apresentados anteriormente e nas entrevistas/conversas com moradores do bairro, nomeadamente o Sr. Nuno Furtado, presidente da Associação de Moradores (AMPAC), conseguimos perceber o impacto que espaços como este têm num bairro. A grande maioria dos bairros sociais tem algum tipo de associatividade ou cooperativa, composta por moradores do próprio bairro e por vezes até, de moradores que devido às vicissitudes da vida acabaram por ter de se mudar para outras zonas da cidade.

Tenhamos como exemplo o caso da situação do bairro em estudo nesta dissertação, a AMPAC: neste momento o único espaço que possui para as atividades que dinamiza, trata-se de uma divisão (com cerca de 30 m<sup>2</sup>), que tinha sido antes um comércio, localizada no piso térreo de um dos edifícios habitacionais do bairro. Nesse espaço fazem os almoços temáticos de cachupa, os ateliers de costura, serve de espaço de apoio às atividades das férias escolares, às atuações do grupo de batucadeiras “Batucadeiras das Olaias” ou às festividades religiosas organizadas pela comunidade indiana. Também no bairro acontecem frequentemente outros eventos, tais como,

os itinerários, que dão a conhecer o bairro sendo que, normalmente estão inseridos noutras atividades culturais; a festa da N<sup>a</sup> Senhora da Graça, no 15 de Agosto, uma festividade religiosa, muito celebrada pela comunidade cabo-verdiana; e pela primeira vez no ano de 2023, o bairro foi também local no evento “Lisboa Criola”, uma festa, que se divide por várias zonas de Lisboa, com vários momentos musicais, gastronómicos e de discussão social. Todas estas atividades/eventos têm de acontecer num espaço reduzido ou na rua.



Figura 84 – Imagens promocionais da 2ª edição do Festa Criola que aconteceu entre o dia 2 e 4 de Novembro de 2023, sendo que as atividades e atuações de dia 2 se passaram no Bairro Portugal Novo.



Figura 83 - Um dos itinerários inseridos no festival Lisboa 5L e (à direita) atuação das batucadeiras das Olaias.



Figura 86 - Comemorações da festa da Nª Sra. da Graça, organizada pela comunidade cabo-verdiana.



Figura 85 - Celebrações durante o mês sagrado da comunidade indiana do bairro, no espaço da AMPAC.

Atividades como estas acontecem cada vez mais frequentemente – felizmente - neste bairro e noutros, assim como colaborações entre as associações dos vários bairros de Lisboa, o bairro dá-se a conhecer e quer que as pessoas o conheçam.

Percebemos então que, as associações e cooperativas de moradores, assim como a iniciativa e o espírito de entreajuda, continuam a existir e proliferar, e, ainda que as utopias de Abril se tenham desgastado, a vontade dos moradores mantém-se.

## Capítulo 10

(Capitão Fausto – *“Nunca Nada Muda”*; álbum: *“Subida Infinita”*, 2024)

### Conclusão

O bairro Portugal Novo encontra-se numa situação peculiar e preocupante, dada a degradação do edificado, a inexistência de condições urbanísticas e a escassa oferta de oportunidades culturais e de lazer. A juntar a isso, os desenvolvimentos ao longo dos anos consistiram na construção de uma “muralha” em volta do bairro, constituída por edifícios habitacionais e de serviços municipais. A situação irregular, administrativamente e burocraticamente, ao nível da propriedade das habitações (visto não haver um proprietário legal), arrasta-se há demasiados anos e gerou grande parte dos problemas do bairro.

Esta dissertação veio apenas tentar compreender que bairro era este - como surgiu, como chegou à situação atual e como podem ser melhoradas as condições e oportunidades dos moradores – mas acima de tudo dar-lhe visibilidade.

Partindo do entendimento que a história de um sítio nos pode dar, entendeu-se quais eram inicialmente as intenções de quem, em conjunto com os futuros moradores, projetava e planeava o bairro e toda a zona circundante, com intenções de proporcionar, não só uma casa com o mínimo de habitabilidade, mas um bairro onde os moradores pudessem usufruir de serviços e equipamentos, onde essencialmente se formasse uma comunidade. Nem tudo o que se planeou no SAAL se cumpriu e o bairro passou por tempos atribulados, mas manteve-se até aos dias de hoje.

Quando se analisou a situação atual em que o bairro se encontra, percebe-se a escusa de responsabilidades, o prolongamento de um problema, que tem acontecido nas últimas décadas. Visto isto tenta-se entender de que forma a legislação e conceitos teóricos de arquitetura e urbanismo podem, numa situação como esta, explicitam e de certa forma salvaguardam os direitos dos moradores e as boas práticas habitacionais.

Assim, foi necessário perceber em que se fundamentava, essencialmente, a questão que existe a volta do bairro – porque continua este numa situação irregular administrativamente e como se geram as ideias pré-concebidas que existem a volta deste – foi assim que se chegou ao conceito de aporofobia, a aversão à pobreza. Considerou-se também necessário, explicar este fenómeno de uma forma mais gráfica e por isso recorreu-se a mapas e a fotografias para o explicar visualmente. O método anterior foi também útil para perceber como percecionam, os restantes habitantes da cidade, o bairro, assim como o inquérito elaborado que se encontra no capítulo 12 “Anexos”.

Entendendo a questão anterior, sugeriram-se dinâmicas de participação comunitária para criar visibilidade neste território, desenvolvê-lo e potenciar a coesão dentro da comunidade. Esta questão aplica-se também a arquitetura, entende-se que esta deve ser utilizada em benefício destas comunidades e que todo o processo arquitetónico deve incluí-las estreitamente, servindo

a arquitetura – o processo criativo, o projeto e todas as experimentações - como um dos mediadores entre as comunidades e os decisores. Estas dinâmicas de participação proporcionam aos moradores o reconhecimento enquanto cidadãos, a hipótese de ter alguma ação e perceber a importância de atuar ativamente nos territórios que habitam – empoderamento – que levaria a criação de visibilidade, no sentido menos literal da palavra.

Por fim, para dar um exemplo do tipo de intervenções que poderiam funcionar dentro do bairro, são enunciados alguns casos de estudo em territórios semelhantes ou com intervenções que fariam sentido no Portugal Novo; por outro lado casos de estudo semelhantes, no contexto comunitário, mas completamente contrastante no contexto socioeconómico.

Esta dissertação é apenas um exercício académico, mas que pretende sinalizar uma questão pendente, percebê-la no seu todo e apresentar algumas hipóteses para solução dos problemas, mas principalmente perceber que estes processos também dizem respeito ao campo de trabalho da arquitetura e, que esta, também deve estar presente nas resoluções e trabalhar em estreita sinergia com moradores e outros profissionais ou atores envolvidos.

## Capítulo 11

### Referências bibliográficas

- +Factos. (24 de Novembro de 2022). *25 de Novembro de 1975*. Obtido em 31 de Agosto de 2023, de maisliberdade: <https://maisliberdade.pt/maisfactos/25-de-novembro-de-1975/>
- Abadía, L. L. (2019). Adela Cortina Orts, "Aporofobia, el rechazo al pobre. Un desafío para la democracia", Barcelona, Paidós, 2017, 200 pp. *Res Publica. Revista de Historia de las Ideas Políticas*, 22(2), pp. 601-604. Obtido em 2 de Junho de 2022, de <https://doi.org/10.5209/rpub.65073>
- Agência Sudoeste. (24 de Abril de 2013). *Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná*. Obtido de Agência Sudoeste: <https://agenciasudoeste.org.br/>
- Almeida, S. F. (Julho de 2019). Arquitetura Sensorial e Memória - Reabilitação de um equipamento hoteleiro em Porto de Mós, Vila Forte. Obtido em 26 de abril de 2023
- Alves, S. (2013). Fatores e Processos de Segregação Socioespacial: o caso do Porto nas últimas décadas. Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10451/23621>
- Amaro, R. R. (Julho/Agosto de 2005). "Toda a economia deveria ser solidária" - Entrevista a Rogério Roque Amaro. (P. M. Santos, Entrevistador) Obtido em 13 de Janeiro de 2023, de <http://www.idrha.pt/pl/jornalpl31.pdf>
- Arnstein, S. R. (Julho de 1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), pp. 216-224.  
doi:<https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Assembleia da República. (Abril de 2014). *COMUNICAR*. Obtido em 19 de Junho de 2023, de App Parlamento: <https://app.parlamento.pt/comunicar/Artigo.aspx?ID=110>
- ateliermob & trabalhar com os 99%. (2014). *Cozinha Comunitária das Terras da Costa*. Obtido em 7 de Novembro de 2023, de ateliermob: <https://www.ateliermob.com/projects/cozinha-comunitaria-terras-da-costa>
- ateliermob & trabalhar com os 99%. (2018). *Palácio Marquês de Abrantes*. Obtido em 10 de Dezembro de 2023, de ateliermob: <https://www.ateliermob.com/projects/276-reabilitacao-do-palacio-marques-de-abrantes>
- ateliermob & trabalhar com os 99%. (s.d.). *Terras da Costa - História*. Obtido em 07 de Novembro de 2023, de Terras da Costa: <https://www.terrasdacosta.com/historia>
- Bandeirinha, J. A. (2007). *O Processo Saal e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi:<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1265-2>
- Benfeitoria. (2021). *Instituto Vila Praia-Comunità*. Obtido de Benfeitoria: <https://benfeitoria.com/projeto/institutovilapraia>

- Cabrita, A. M. (Dezembro de 2007). *Infohabitar*. Obtido de A CIDADE HABITÁVEL (I) - António Manuel Reis Cabrita - Infohabitar 192:  
<https://infohabitar.blogspot.com/2008/04/cidade-habitvel-i-antnio-manuel-reis.html>
- Caldeira, T. P. (2000). *Cidade de muros*. São Paulo: Editora 34 Ltda. / Edusp- Editora da Universidade de São Paulo.
- Carlo, G. D. (1970). Architecture's Public. *Parametro*. Obtido em 30 de Maio de 2023, de [https://architecturesofspatialjustice.files.wordpress.com/2013/09/wo8\\_dicarlo\\_architectures\\_public.pdf](https://architecturesofspatialjustice.files.wordpress.com/2013/09/wo8_dicarlo_architectures_public.pdf)
- Centro 2020. (2016). *Centro 2020*. Obtido de <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/dlbc-desenvolvimento-local-de-base-comunitaria>
- Centro Social Paroquial São Lourenço de Alhos Vedros. (s.d.). *Paragem | Fonte da Prata – Centro Comunitário*. Obtido de Centro Social Paroquial São Lourenço de Alhos Vedros: <http://cspsl-alhosvedros.pt/paragem-fonte-da-prata-centro-comunitario/>
- Coelho, A. B. (2007). *Habitação Humanizada*. Lisboa: LNEC.
- Coelho, A. B. (2009). *Opúsculo 18 - Entre Casa e Cidade, A humanização do habitar*. Porto: Dafne Editora. Obtido em 12 de Dezembro de 2022
- Comunità. (2021). *Instituto Vila Praia/Comunità*. Obtido de Archdaily: [https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praia-comunita?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praia-comunita?ad_source=search&ad_medium=projects_tab)
- Conceito.De. (5 de julho de 2019). Obtido de <https://conceito.de/boulevard>
- Conselho Nacional do SAAL. (1976). *Livro branco do SAAL 1974 - 1976*. Lisboa: FAUP Publicações. Obtido em 12 de Dezembro de 2022
- Cortina, A. (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre: Un desafío para la democracia*. Barcelona: Paidós.
- Costa, I., & Subtil, M. (2013). *Programas de Realojamento PIMP e PER - Relatório de Finalização*. Lisboa.
- Decreto de Aprovação da Constituição - Artigo 65.º. (10 de Abril de 1976). Constituição da República Portuguesa. *Diário da República, Série I(86)*. Obtido em 12 de Outubro de 2023, de <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-50476675>
- Dias, J. (Realizador). (2007). *As operações Saal* [Filme]. Portugal: Midas Filmes. Obtido em 14 de Dezembro de 2021
- Dicionário do Desenvolvimento. (2020). *Dicionário do Desenvolvimento - Habitação*. Obtido de Dicionário do Desenvolvimento: <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/habitacao/>
- Dicionário Financeiro. (s.d.). *Dicionário Financeiro*. Obtido de <https://www.dicionariofinanceiro.com/especulacao-imobiliaria/>
- Dicionário Linguee. (2023). *Linguee*. Obtido de Dicionário Linguee: <https://www.linguee.pt/ingles-portugues/traducao/grassroots+movement.html>
- Dicionário Priberam. (s.d.). Obtido de <https://dicionario.priberam.org/aporofobia>

- Dicionário Priberam. (s.d.). Obtido de <https://dicionario.priberam.org/habitat>
- Dicionário Priberam. (s.d.). Obtido de <https://dicionario.priberam.org/habita%C3%A7%C3%A3o>
- Ensaio & Diálogos Associação. (2019). *EDA*. Obtido de EDA: <https://e-da.pt/portfolio/caixas-de-boxe/>
- Equipa dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) da Câmara Municipal de Lisboa. (2019). *Programa BIP/ZIP 2019 - Ficha de Candidatura Ref<sup>a</sup>: 068 Espaço Comunit. Paz Amizade e Cores*. Obtido de <https://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2019>
- Estratégias de Desenvolvimento Local*. (2017). Obtido de Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Urbano/Gaia: <http://www.dlbcgaia.pt/o-que-%C3%A9-o-dlbc/estrat%C3%A9gia-de-desenvolvimento-local/>
- Fernandes, C. (14 de Março de 2023). “*Também Estão No Mapa?*”: *Cartografia como espaço de resistência*. Obtido em 18 de Outubro de 2023, de Afrolis: <https://afrolis.pt/tambem-estao-no-mapa-cartografia-como-espaco-de-resistencia/>
- Ferreira, I. (12 de Agosto de 2015). Governação, participação e desenvolvimento local. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXX*, pp. 97-117. Obtido em 15 de Janeiro de 2023, de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1280>
- Fortuna, C. (2009). Cidade e urbanidade. *Plural de Cidade: Novos léxicos urbanos*, pp. 83-97. *Fórum das Cidades*. (2020). Obtido de <https://www.forumdascidades.pt/content/desenvolvimento-local-de-base-comunitaria>
- Fundación del Español Urgente. (s.d.). Obtido de <https://www.fundeu.es/Sobrefundeubbva/quienes-somos/>
- Gadelha, J. B. (2018). Arquitetura participativa como inclusão social e transformação do território. *Quarta Jornada Discente*, pp. 261-287. Obtido em 18 de Maio de 2023, de [https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/arquitetura-urbanismo/17\\_Arquitetura\\_participativa\\_como\\_inclus%C3%A3o\\_social\\_e\\_transforma%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_territ%C3%B3rio.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/arquitetura-urbanismo/17_Arquitetura_participativa_como_inclus%C3%A3o_social_e_transforma%C3%A7%C3%A3o_do_territ%C3%B3rio.pdf)
- Gerações Hispânicas. (2020). Obtido de <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/ghispanicas/2020/09/02/adela-cortina/>
- Goinhas, P., & Pedro, J. B. (2013). *Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo - Levantamento e descrição de métodos e técnicas*. LNEC, Departamento de Edifícios - Núcleo de Arquitetura e Urbanismo, Lisboa. Obtido em 15 de Março de 2023, de <http://repositorio.lnec.pt:8080/xmlui/handle/123456789/1004509>
- Gomes, C. P. (2010). A integração do princípio de coesão sócio-territorial no processo de reabilitação urbana: o caso da Baixa Pombalina. *Dissertação de Mestrado*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia. Obtido em 11 de Janeiro de 2023, de <http://hdl.handle.net/10362/8866>

- Guterres, A. B. (6 de Janeiro de 2024). Dos presos políticos aos presos da política. *Diário de Notícias*. Obtido em 8 de Janeiro de 2024, de <https://www.dn.pt/8038058617/dos-presos-politicos-aos-presos-da-politica/>
- IHRU. (s.d.). *IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*. Obtido em 4 de Julho de 2023, de IHRU: <https://www.ihru.pt/resumo-historico1>
- Inteligov. (2 de Março de 2021). *Grassroots: a influência em decisões estratégicas*. Obtido de Inteligov: <https://blog.inteligov.com.br/grassroots-influencia-em-decisoes-estrategicas/>
- Jacobs, J. (1961). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. (C. M. Rosa, Trad.) São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda.
- Lahdelma & Mahlamäki. (2014). *Community Centre Kastelli / Lahdelma & Mahlamäki*. Obtido em 12 de Dezembro de 2023, de Archdaily: <https://www.archdaily.com/782762/community-centre-kastelli-lahdelma-and-mahlamaki>
- Lima, M. E. (Novembro de 2011). Operações SAAL, Uma política urbana vanguardista - O caso do SAAL no Bairro do Casal das Figueiras, em Setúbal. I. Obtido em 19 de Junho de 2023, de <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/2353642372448>
- Lima, M. E. (Outubro de 2011). Operações SAAL, Uma Política Urbana Vanguardista - O caso do SAAL no Bairro do Casal das Figueiras, em Setúbal. II - *Caderno de Anexos*. Obtido em 19 de Junho de 2023, de <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/2353642372448>
- Lisboa, E. d. (2019). Programa BIP/ZIP 2019 - Ficha de Candidatura Ref<sup>a</sup>: 068 Espaço Comunit. Paz Amizade e Cores. Lisboa. Obtido de <https://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2019>
- Lusa. (31 de Maio de 2022). *Público*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2022/05/31/local/noticia/camara-lisboa-vai-avancar-regularizacao-bairro-portugal-novo-2008309>
- Matos, F., Marques, T., Maia, C., & Ribeiro, D. (2020). O acesso à habitação e as políticas públicas. Porto. Obtido de <https://hdl.handle.net/10216/127140>
- Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção. (28 de Outubro de 1976). Despacho Ministerial, de 28 de outubro. *Diário da República n.º 253/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-10-28*, pp. 1-3. Obtido em 3 de Outubro de 2023, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-ministerial/1976-244885>
- Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente. (6 de Agosto de 1974). Despacho. *Diário do Governo - 1ª Série, N.º 182*, pp. 873 - 874. Obtido em 9 de Julho de 2023, de <https://dre.tretas.org/dre/227731/despacho-DD4630-de-6-de-agosto>
- MJMA. (2021). *Centro Comunitário e Complexo Esportivo Churchill Meadows / MJMA*. Obtido em 12 de Dezembro de 2023, de Archdaily: [https://www.archdaily.com.br/br/1010138/centro-comunitario-e-complexo-esportivo-churchill-meadows-mjma?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com.br/br/1010138/centro-comunitario-e-complexo-esportivo-churchill-meadows-mjma?ad_source=search&ad_medium=projects_tab)

- Neurosentidos*. (4 de Março de 2019). Obtido de Neurosentidos: <https://neurosentidos.pt/ja-ouviu-falar-de-neuroplasticidade/>
- Nunes, J. A., & Serra, N. (s.d.).
- Paulilo, M. A. (Janeiro - Junho de 1999). Participação Comunitária - Uma proposta de avaliação. *Serviço Social em Revista*, 1(2), pp. 183-187. Obtido em 22 de Janeiro de 2023, de [https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v1n2\\_participacao.htm](https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v1n2_participacao.htm)
- Pereira, L. (2022). *Dicionário Financeiro*. Obtido de <https://www.dicionariofinanceiro.com/stakeholders/>: <https://www.dicionariofinanceiro.com/stakeholders/>
- Pires, C. (25 de Abril de 2023). Operações SAAL: pode a habitação em Lisboa aprender com este sonho de Abril? *A Mensagem de Lisboa*. Obtido em 23 de Setembro de 2023, de <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/>
- Pitta, L. (11 de Outubro de 2020). Obtido em 21 de Maio de 2023, de Informática para todos: <https://sites.google.com/a/aebenfica.org/apontamentos-tic/educacao-portugal/construtivismo>
- Poder Popular. (29 de Novembro de 1976). Unir, organizar, lutar, prás barracas acabar. *Poder Popular*(53), 4. Obtido em 10 de Outubro de 2023, de [https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/PoderPopular/N53/N53\\_master/N53.pdf](https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/PoderPopular/N53/N53_master/N53.pdf)
- Portal da Habitação. (2020). *Nova Geração de Políticas de Habitação*. Obtido de Portal da Habitação: <https://www.portaldahabitacao.pt/nova-geracao-de-politicas-de-habitacao>
- Portas, N. (1978). 2.2. *O Serviço de Apoio Ambulatório Local - 2.2.1. O programa SAAL, um balanço provisório*. Obtido em 12 de Outubro de 2023, de <https://www.optecfilmes.com/>
- Portas, N. (2 de Maio de 1979). Os Problemas da Habitação. *À Volta da Cidade*. Portugal. Obtido em 24 de Agosto de 2023, de <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/os-problemas-da-habitacao/>
- Porto Editora. (s.d.). *Infopédia - Dicionários Porto Editora*. Obtido em 24 de Maio de 2023, de Infopédia: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tokenismo?intlink=true>
- Porto Editora. (s.d.). *Infopédia - Dicionários Porto Editora*. Obtido de Infopédia: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$per](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$per)
- Porto Editora. (s.d.). *Infopédia - Dicionários Porto Editora*. Obtido de Infopédia: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/xenofilia>
- Porto Editora. (s.d.). *Infopédia - Dicionários Porto Editora*. Obtido em 5 de Julho de 2023, de Infopédia: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/vetusta>
- Porto Editora. (s.d.). *Infopédia - Dicionários Porto Editora*. Obtido em 19 de Setembro de 2023, de Infopédia: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tecnocrata>
- Promontório. (2022). *Promontório-Projects-Fonte da Prata Community Centre*. Obtido de Promontório: <https://www.promontorio.net/projects/Fonte-da-Prata-Community-Centre>

- Ramos, M. d. (2013). Solidariedade, inovação social e empreendedorismo no desenvolvimento local. *The Overarching Issues of the European Space*, pp. 313-342. Obtido em 16 de Janeiro de 2023, de <https://hdl.handle.net/10216/100967>
- República Portuguesa - XXIII Governo. (13 de Maio de 2021). Obtido de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=conselho-de-ministros-define-regularizacao-dos-bairros-portugal-novo-bairro-horizonte-amlisboa-nova-e-liberdade>
- Républica Portuguesa. (2016). *Républica Portuguesa - Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo*. Obtido de DLBC'S – Desenvolvimento Local de Base Comunitária: <http://www.draplvt.mamaot.pt/observatorio-desenvolvimento/DLBCs/Pages/DLBCs.aspx>
- Resende, A. C., & Machado, C. A. (2021). A fraternidade como antídoto. *SEQÜÊNCIA*, 42(88). doi:<https://doi.org/10.5007/2177-7055.2021.e74086>
- Rodrigues, C. (27 de Novembro de 2013). O envolvimento dos moradores nos programas de realojamento no Portugal democrático. *Configurações*(9), pp. 181-193. doi:<https://doi.org/10.4000/configuracoes.1181>
- Romão, C. A. (Novembro de 2015). O Papel do Arquiteto em Processos Participativos - Um contributo para a compreensão de alternativas no modo de projetar. Lisboa, Portugal. Obtido em 21 de Maio de 2023
- RTP. (s.d.). *O Verão Quente de 1975*. Obtido em 17 de Agosto de 2023, de RTP Ensina: <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-verao-quente-de-1975/>
- Sena, A. M., Matos, F., Mesquita, R., & Machado, D. (Julho de 2017). Abordagem grassroots e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável. *Cadernos Ebape.br*, 15(3), pp. 651-666. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395152097>
- Significados. (s.d.). *Significados*. Obtido em 5 de Outubro de 2023, de Significados: <https://www.significados.com.br/democracia-representativa/>
- Silva, L. M., & Almeida, R. P. (2021). Shrinking the plan. A middle-class wishful thinking. *Optimistic Suburbia 2: Middle-Class Mass Housing Complexes - International Conference*, (pp. 61-74). Lisboa. Obtido em 10 de Outubro de 2023
- Soares, L. J. (1975). Extracto do Documento enviado pela BAL – Alto Moinhos – à EPUL. Em *Livro Branco do SAAL: 1974-1976* (pp. 200 - 202).
- Social Arquitetura. (2023). *Sede Conselho de Vizinhos Manuel Rodríguez/Social Arquitectura*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/1006713/sede-conselho-de-vizinhos-manuel-rodriguez-social-arquitetura>
- Stop Despejos! (11 de Outubro de 2022). *COMUNICADO DE IMPRENSA: DEMOLIÇÕES E DESOCUPAÇÕES NO BAIRRO 2º TORRÃO*. Obtido de Stop Despejos!: <https://stopdespejos.wordpress.com/2022/10/11/comunicado-de-imprensa-demolicoes-e-desocupacoes-no-bairro-2o-torrao/>
- Tainha, M. (1 de Março de 2000). O artista é o mais frio dos homens - Entrevista a Manuel Tainha. (J. C. Fonseca, & J. Monteiro, Entrevistadores)

REMINISCÊNCIA

Vicente, M. (Maio-Junho de 1976). Entrevista aos Arquitectos: Nuno Portas, Filipe Lopes, Nuno Teotónio Pereira, Raul Hestnes Ferreira, Gonçalo Byrne, Manuel Vicente.  
*L'Architecture d'aujourd'Hui*(185), 78-81.

## **Capítulo 12**

### **Anexos**

## 12.1. Moção de Repúdio (30/10/1976)

“Em reunião de Inter-associações de Moradores dos Bairros de Lata dos arredores de Lisboa, Setúbal e Porto, efectuada no dia 30 de Outubro de 1976, e na apreciação do Despacho Conjunto dos Ministros da Administração Interna e da Habitação, Construção e Urbanismo de 27 de Outubro de 1976, publicado em suplemento do Diário da República no dia 28 de Outubro de 1976, ficou decidido o seguinte:

Repudiar todo o conteúdo do Despacho por o mesmo ser contrário à realidade dos factos, enganando as pessoas que venham a tomar conhecimento do mesmo, sem que estejam a par dos motivos que poderiam estar na origem deste despacho. Nesse conteúdo se pretende demonstrar por artifícios que só a reacção costuma utilizar, serem as brigadas SAAL, os Moradores devidamente organizados e constituídos em Associações e Cooperativas de Moradores e todo o SAAL em si, os grandes culpados de os processos não avançarem com a rapidez que se impunha, acusando o SAAL de falta de colaboração com as Câmaras e Fundo de Fomento de Habitação.

Repudiamos totalmente estas afirmações por serem completamente falsas, pois não esquecemos o trabalho incansável que nós moradores e as Brigadas que nos acompanhavam e tentavam executar as decisões e vontades expressas dos moradores pobres tiveram junto das Câmaras, FFH e MHUC, tendo este trabalho sido sistematicamente boicotado e entravado pelas entidades referenciadas. Consideramos pois o SAAL vítima de uma manobra arquitectada há já muito tempo e só agora posta em prática, por só agora existirem as condições políticas ideais para o fazerem.

Não podemos compreender como um Governo que se diz democrático e até socialista, pode tomar decisões deste cariz, sem consultar os moradores pobres, que são na prática os verdadeiros atingidos por estas decisões, não tendo a coragem de trocar impressões com os moradores, tentando saber da nossa boca aquilo que pensamos ser a melhor solução dos nossos problemas.

Será que o Governo sente aqui a diferença de classes, não querendo pôr a burguesia a dialogar com os explorados moradores pobres deste País? Será esta a melhor maneira de conduzir um processo revolucionário em curso neste País e que de dia para dia se agrava com decisões do Governo tomadas sempre em prejuízo de quem trabalha e é pobre? Quem pretende o Governo e neste caso os Ministros do MAI e do MHUC enganar com decisões deste tipo?

A nós moradores atingidos e que sentimos isto tudo na pele, pois há muitos anos vivemos em barracas sem o mínimo de condições de habitabilidade, a nós que sabemos ser o SAAL o melhor meio de concretizarmos o nosso acesso a uma habitação digna, a nós que sabemos ser este despacho mais um golpe desferido em nós com vista a cortarem-nos mais uma das conquistas do

25 de Abril, a nós não nos enganam, porque sabemos aquilo que queremos e aquilo que é melhor para pormos em prática as nossas aspirações de toda a vida, uma habitação digna.

A luta continua e novas formas irão surgir para travar o avanço da burguesia que se quer impor mas que nós contestamos, pois num País com um regime democrático não pode haver imposições, venham elas de onde vierem, mas sim concretizar a vontade expressa dos interessados, que neste caso não foram ouvidos nem achados.”

(Documento obtido no caderno de anexos de Lima (2011), p. 6)

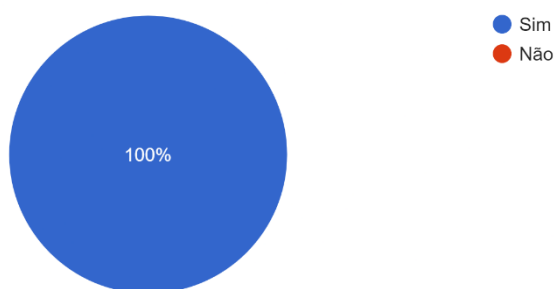
## 12.2. Inquérito

Apresento em seguida os resultados de um questionário, elaborado pela autora desta dissertação, dirigido a pessoas que habitem ou tenham habitado durante mais de 1 ano, nos últimos 40 anos, na cidade de Lisboa (Área Metropolitana de Lisboa). O objetivo consistiu em tentar perceber como num universo de 26 pessoas, e dependendo da frequência com que frequentam, circulam e se deslocam pela zona, as pessoas conhecem ou não o bairro.

A primeira pergunta funcionou essencialmente como uma pergunta de controlo, dado que uma das premissas do questionário foi que, quem participasse fosse morador ou tenha sido morador da cidade de Lisboa, durante os últimos 40 anos. Os questionários que tiveram como resposta a esta pergunta a opção “Não” foram eliminados, visto que, de outra maneira, invalidariam os restantes resultados do inquérito.

Reside ou residiu nos últimos 40 anos em Lisboa?

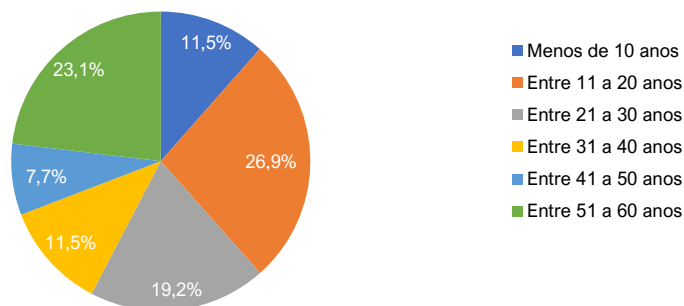
26 respostas



Na segunda pergunta pretende averiguar a incidência sobre, durante quantos anos moraram, ou há quantos anos moram, os participantes do inquérito na cidade. Esta questão pretende perceber este aspeto, quantitativamente, no tempo.

Há quantos anos reside, ou durante quantos anos residiu, em Lisboa?

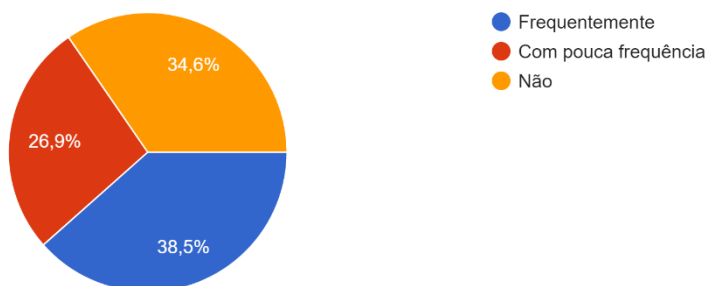
26 respostas



A terceira pergunta averigua a frequência com que, neste universo, as pessoas se deslocam para a já referida zona da cidade, para depois se relacionar com a quarta pergunta.

Costuma ou costumava, deslocar-se ou circular na zona das Olaias ou freguesias em redor (Areiro, Beato, Marvila)?

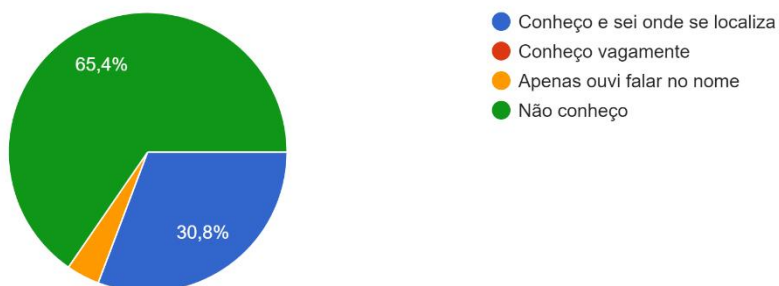
26 respostas



Na quarta pergunta percebe-se efetivamente a quantidade de pessoas que afirma não conhecer o bairro, que, neste caso, são cerca de 17 pessoas (65,4%).

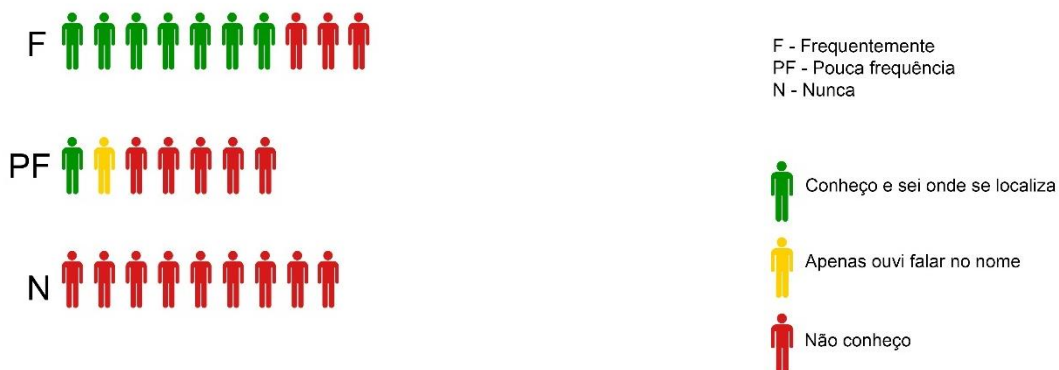
Conhece ou alguma vez ouviu falar no Bairro Portugal Novo?

26 respostas



Para melhor se perceber, a relação entre as pessoas que frequentam essa zona da cidade e as que conhecem ou sabem, efetivamente, que o bairro existe, a autora desta dissertação elaborou um gráfico que, fundamentalmente, cruza os dois anteriores.

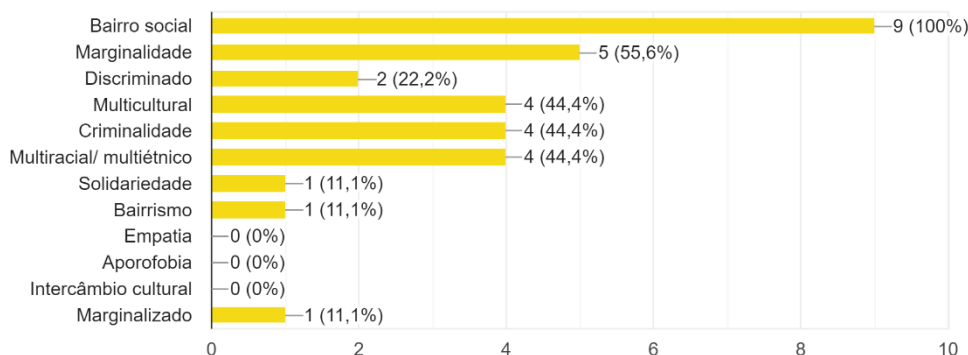
Conclui-se então que só quem vai frequentemente para a zona conhece o bairro, ainda que nem todos. A maioria dos que por ali passam com pouca frequência, não conhecem o bairro nem ouviram falar e todos os que não costumam passar por ali, não conhecem o bairro.



Por fim, a última questão serviu apenas para aprofundar um pouco mais o entendimento de qual era a percepção que as pessoas, que efetivamente sabem que o bairro existe, têm do mesmo. Para isso é-lhes dado um conjunto de palavras, algumas com uma conotação mais positiva e outras mais negativa (ex.: marginalizado vs. marginalidade), e pede-se que escolham as que, na opinião pessoal do inquirido, caracterizam melhor o bairro.

(Se na questão anterior respondeu "Não conheço" não responda a esta questão.) O que sabe acerca do Bairro Portugal Novo? (De entre as opções...que na sua opinião caracterizam melhor o bairro.)

9 respostas



Conclui-se então que a percepção que os habitantes da cidade têm do bairro é mais negativa do que positiva e que só acaba por conhecer o bairro quem conhece melhor aquela zona da cidade, por a frequentar mais, independentemente das razões pelas quais o faz.





A



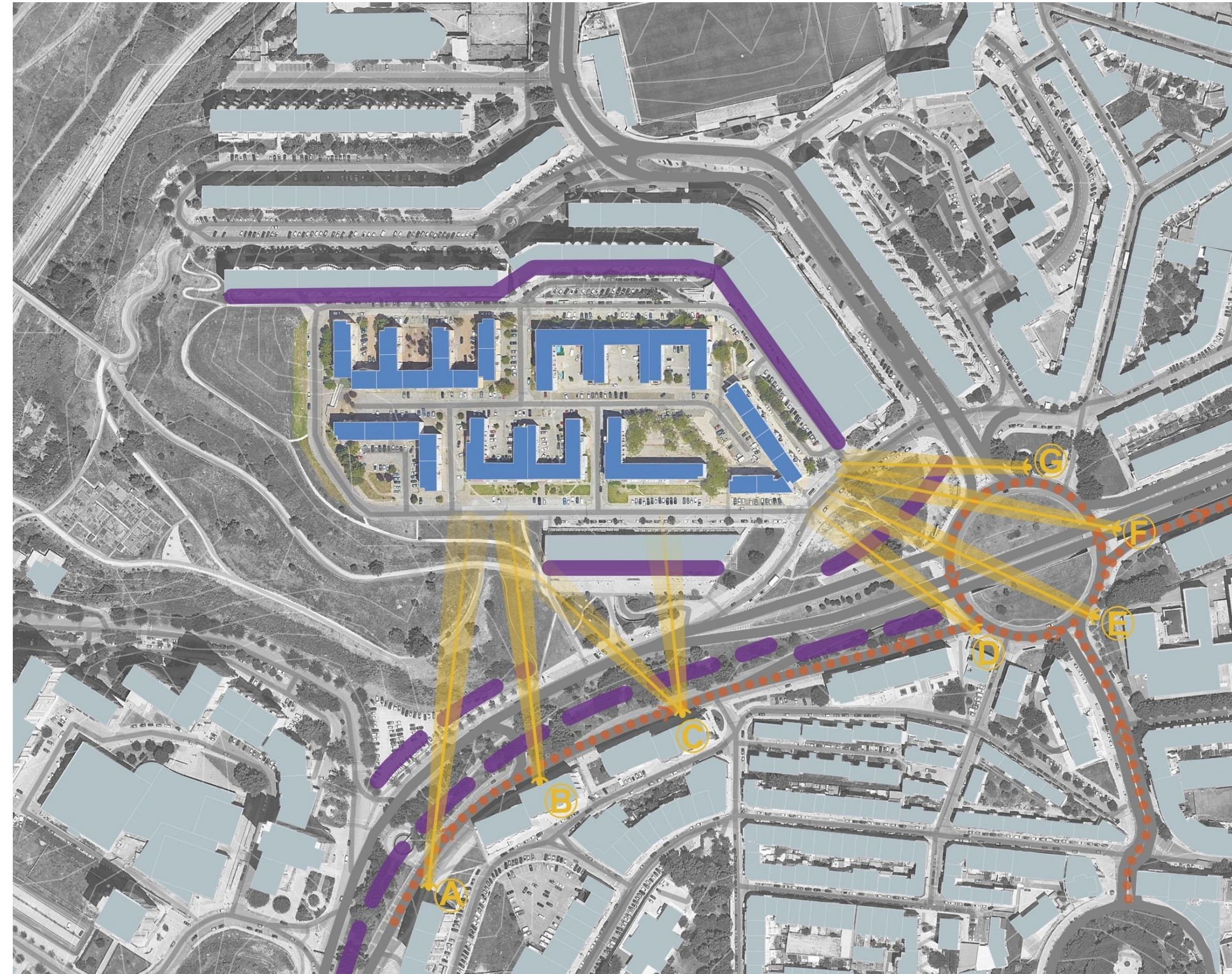
B



C



D



Escala 1:2500



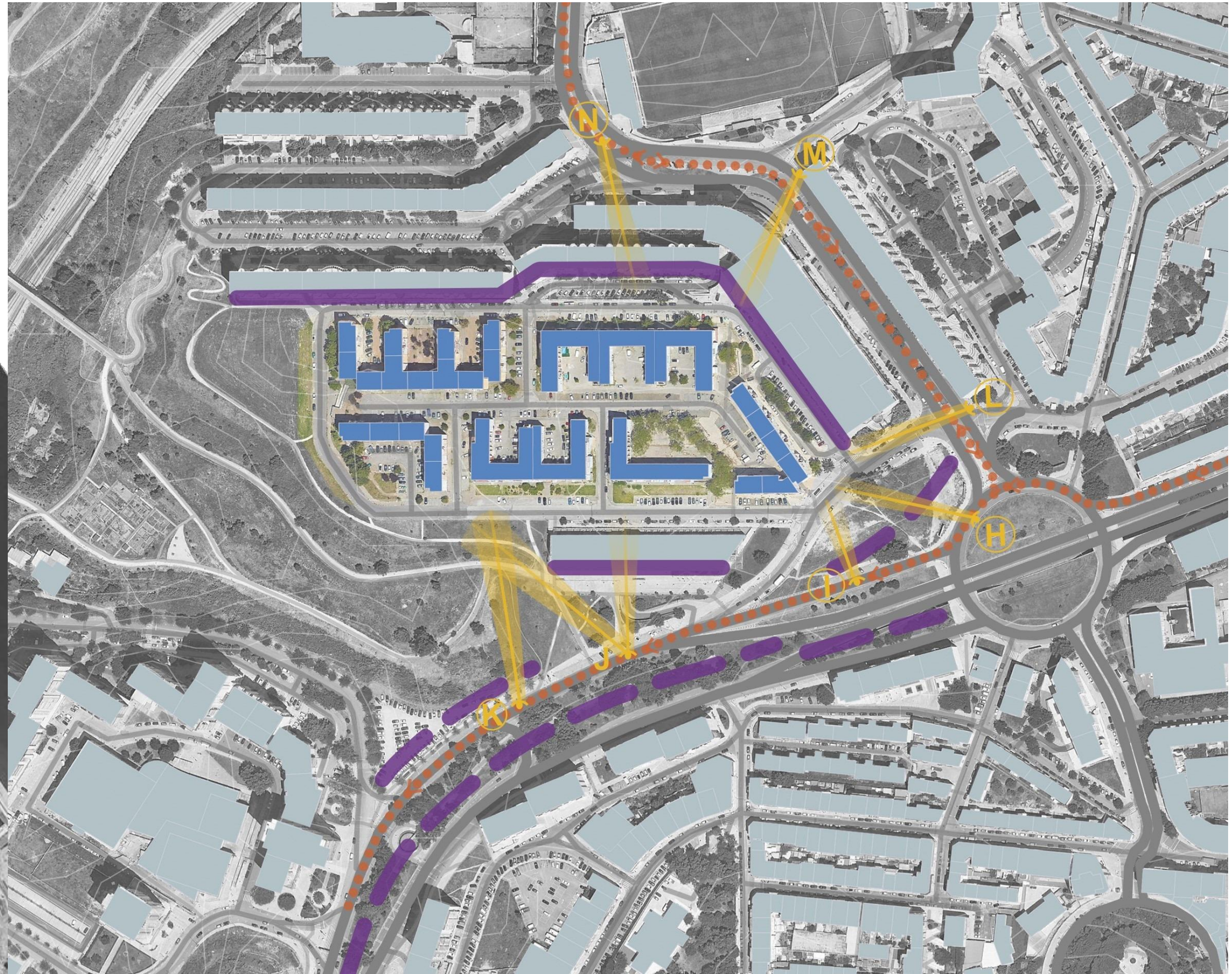
E



F



G



Escala 1:2500



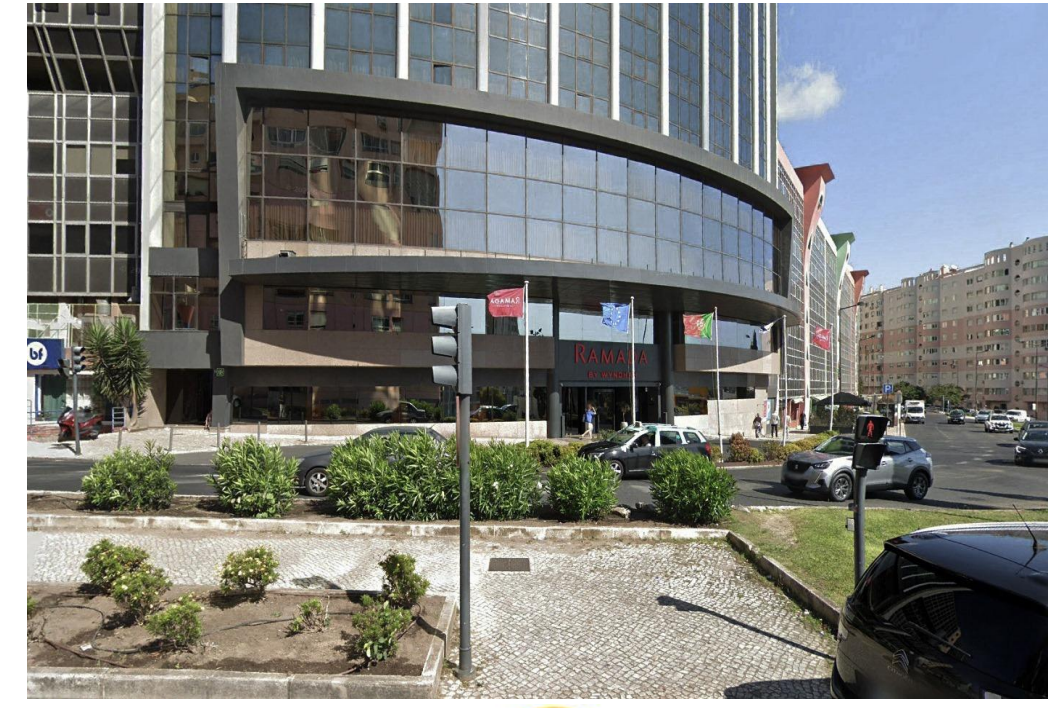
J



K



N



M



L



O



H



	Edifícios do bairro Portugal Novo e Olaias		Principais itinerários rodoviários e pedonais		Caminhos pedestres	<h3>Reminiscência</h3> <p>O caso do Bairro Portugal Novo</p> <p>Mapa de localização (ao centro) e mapas esquemáticos das obstruções visuais (à esquerda e à direita), com fotos das vistas assinaladas, com letras, em cada um dos mapas</p> <p>Local: Bairro Portugal Novo, Olaias, Lisboa</p> <p>USI   Mestrado Integrado Arquitetura Janeiro 2024</p>
	Edifícios envolventes		Visibilidade para o bairro (pontos estratégicos)		Ruas principais	
	Barreiras que obstruem completamente a visibilidade (edifícios)		Ruas secundárias		Ruas secundárias	
	Barreiras que obstruem parcialmente a visibilidade (árvores e elementos naturais, diferença de cotas, outdoors publicitários, etc)					